

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO ALVES GOMES

**“ISSO É ALGO QUE NÃO ERA PARA TER ACONTECIDO”: O DESASTRE-
CRIME NO RIO DOCE EM POVOAÇÃO/ES A PARTIR DA PERSPECTIVA
DAS CRIANÇAS**

VITÓRIA- ES

2021

PEDRO ALVES GOMES

**“ISSO É ALGO QUE NÃO ERA PARA TER ACONTECIDO”: O DESASTRE-
CRIME NO RIO DOCE EM POVOAÇÃO/ES A PARTIR DA PERSPECTIVA
DAS CRIANÇAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Trigueiro

VITÓRIA- ES

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

G633" Gomes, Pedro Alves, 1996-
"Isso é algo que não era para ter acontecido" : o desastre crime no rio Doce em Povoação/ES a partir da perspectiva das crianças / Pedro Alves Gomes. - 2021.
144 f. : il.

Orientador: Aline Trigueiro Vicente.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Crianças. 2. Paisagem. 3. Desastre. I. Vicente, Aline Trigueiro. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

PEDRO ALVES GOMES

**“ISSO É ALGO QUE NÃO ERA PARA TER ACONTECIDO”: O DESASTRE-
CRIME NO RIO DOCE EM POVOAÇÃO/ES A PARTIR DA PERSPECTIVA
DAS CRIANÇAS**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Aline Trigueiro Vicente
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Vânia Carvalho de Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof^ª. Dr^ª. Teresa da Silva Rosa
Universidade de Vila Velha

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a toda a minha família que foi fundamental em mais essa etapa, especialmente a meu pai, minha mãe e minha irmã que estiveram sempre presentes dando suporte físico, emocional e até financeiro para o desenvolvimento dessa pesquisa. Gostaria também de deixar um agradecimento especial a minha companheira de vida, pelo apoio incondicional, pelo apoio nos momentos de dificuldade, pela ajuda na realização prática e material de toda a pesquisa. Grande parte desse trabalho vai também para vocês.

Queria agradecer também a minha professora orientadora Aline Trigueiro, por topor encarar esse desafio, foi uma jornada de muito aprendizado, e a orientação e atenção foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Deixo também um agradecimento a outros professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo que contribuíram de forma direta ou indireta para este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Às professoras que compuseram a banca deste trabalho e contribuíram para que ele fosse desenvolvido da melhor maneira possível.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer a todos os moradores da comunidade de Povoação/ES que se mostraram receptivos, acolheres e dispostos a ajudar. A todos os funcionários da escola da comunidade, que com sua parceria contribuíram para a realização da pesquisa, assim como todas as crianças e adolescentes aqui mencionados e os não-mencionados, também presentes, que contribuíram de forma direta e indireta, sendo eles os protagonistas de toda essa pesquisa.

RESUMO

O trabalho propõe um enfoque diferenciado sobre a análise do desastre-crime no rio Doce: a partir da perspectiva das crianças. Busca entender os efeitos e as alterações no cotidiano e na paisagem, tendo como interlocutores as crianças do distrito de Povoação/ES, comunidade atingida pelas implicações da chegada da lama de rejeitos oriunda das atividades de mineração da Samarco, em novembro de 2015. A partir da perspectiva das crianças, objetiva-se observar as mudanças na comunidade, decorrentes dos efeitos provocados pelo rompimento da barragem, com base nas ideias de paisagem e cotidiano. A abordagem teórica do estudo privilegia contribuições do campo da antropologia da criança, análises sociológicas acerca da infância e das práticas do brincar, além dos estudos sobre a paisagem. Para tanto, caracteriza-se enquanto um trabalho exploratório e recorre à observação participante, assim como outras ferramentas como, por exemplo, coleta e análise de desenhos infantis e grupos focais. Os dados aqui coletados e observados demonstram a percepção das crianças sobre a complexidade e dimensão do rompimento da barragem para diversos âmbitos da vida da comunidade.

Palavras-chave: Desastre-crime na bacia do rio Doce; Crianças; Cotidiano; Paisagem.

ABSTRACT

The work proposes a different approach to the analysis of the disaster-crime in Doce river: from the perspective of children. It seeks to understand the effects and changes in daily life and the landscape, with the interlocutors of children from the district of Povoação / ES, a community affected by the implications of the arrival of the tailings mud from Samarco's mining activities in November 2015. From the children's perspective, the objective is to observe the changes in the community, resulting from the effects caused by the rupture of the dam, based on the ideas of landscape and daily life. The theoretical approach of the study privileges contributions from the field of child anthropology, sociological analyzes about childhood and playing practices, in addition to studies on the landscape. To this end, it is characterized as an exploratory work that uses participant observation, as well as other tools such as, for example, collection and analysis of children's drawings and focus groups. The data collected and observed here demonstrate the children's perception of the complexity and dimension of the dam breach for different areas of community life.

Keywords: Disaster-crime in the Doce river basin; Children; Daily; Landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização geográfica do distrito de Povoação	21
Figura 2. Fachada e ruínas restantes do Clube Recreativo Golfinho (Povoação- ES)....	26
Figura 3. Desenho de menina de 13 anos representando o rio Doce antes e depois do desastre	86
Figura 4. Desenho de menina de 13 anos representando o mar depois e antes do desastre	87
Figura 5. Museu Histórico de Povoação (conta a história da comunidade – localizado no Centro Cultural da comunidade).....	100
Figura 6. Rio Doce nos dias de hoje (foto tirada em outubro de 2019).....	100
Figura 7. Elemento cultural-histórico da comunidade (Associação Cultural e Folclórica de Povoação).....	101
Figura 8. Espaço de lazer (parque de diversões das crianças da comunidade).....	101
Figura 9. Espaço natural da comunidade (trilha onde se pode observar fauna e flora da comunidade e leva até a praia).....	100
Figura 10. Espaço natural da comunidade (praia – importante <i>point</i> de surfe).....	101
Figura 11. Elemento cultural-histórico da comunidade (antigo bar, casa de pescador e oficina de barcos a beira mar).....	101
Figura 12. Espaço natural da comunidade (praia perto do encontro do rio Doce com o mar).....	102
Figura 13 – Desenho de menina representando o mar depois e antes do desastre	124
Figura 14 – Desenho de menina de 13 anos representando o rio Doce	125
Figura 15 – Desenho de menina de 12 anos acerca do desastre-crime.....	126
Figura 16 – Texto de menina de 14 anos sobre o rio, o mar e o desastre-crime.....	128
Figura 17 - Texto de menina de 12 anos sobre o rio Doce e as afetações do desastre-crime	130
Figura 18 – Desenho de menina de 12 anos sobre o desastre-crime	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População por idade do Distrito de Povoação (Linhares – ES).....	30
Tabela 2. Comparação entre antes e depois do desastre sobre atividades do cotidiano das crianças	64
Tabela 3. Fala das crianças e adolescentes de Povoação sobre o que o desastre-crime no rio Doce representou.....	113
Tabela 4. Observações das crianças e adolescentes sobre as mudanças na comunidade após o desastre-crime no rio Doce.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1. A INVENÇÃO DA INFÂNCIA	34
1.1 A CRIANÇA NA SOCIEDADE	35
1.1.1 A infância como tema das Ciências Sociais	35
1.1.2 A criança e o sistema de relações sociais	37
1.2 A NOÇÃO DE INVENÇÃO A PARTIR DO TRABALHO DE ROY WAGNER	44
1.3 A INVENÇÃO DA INFÂNCIA	47
1.4 A CRIANÇA E A EXPERIÊNCIA DO BRINCAR	57
1.5 LOCALIZANDO A INFÂNCIA	60
Capítulo 2. DESASTRE-CRIME NO RIO DOCE	67
2.1 CONCEITUANDO DESASTRE(S)	68
2.2 INSERINDO O DESASTRE NUM CENÁRIO LOCAL-GLOBAL	70
2.3 O DESASTRE NO RIO DOCE	72
2.4 A CRIANÇA E O DESASTRE	79
2.5 VULNERABILIDADE	88
Capítulo 3. A EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM	97
3.1 A PAISAGEM DE POVOAÇÃO/ES	99
3.2 LOCALIZANDO A DISCUSSÃO DA PAISAGEM	105
3.3 PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS SOBRE OS EFEITOS E ALTERAÇÕES NO COTIDIANO E NA PAISAGEM DE POVOAÇÃO	111
3.4 DESENHO DAS CRIANÇAS	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo principal entender, a partir da perspectiva das crianças e adolescentes, quais foram os efeitos e alterações ocorridos no cotidiano e na paisagem da comunidade de Povoação (Linhares-ES), um dos locais afetados pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração, localizada em Fundão, Mariana (MG), sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP, que ocorreu em novembro de 2015 na bacia do rio Doce. A pesquisa aborda a perspectiva das crianças, suas vivências, relações, modos de ser, habitar e brincar, a fim de entender as alterações e mudanças engendradas na paisagem da comunidade.

Como o presente trabalho tem como sujeitos de pesquisa as crianças, objetiva-se escutar suas vozes, o título já as coloca numa centralidade maior, pois a frase “Isso é algo que não era para ter acontecido” foi enunciada por uma menina de 12 anos que nasceu na comunidade de Povoação. Estar no título representa tanto a centralidade buscada às crianças, quanto exprime o modo como o desastre-crime no rio Doce é interpretado por elas.

É sabido que o rompimento da barragem de rejeitos já citada ultrapassou e ainda ultrapassa a esfera ambiental e atinge outras dimensões da vida social. É dessa forma que se pode caracterizar o maior desastre socioambiental da história do país, o qual implica, também, um tipo de crise social (GEPPEDES, 2017), tendo-se em vista uma série de modificações no cotidiano das comunidades atingidas. Pode ser caracterizado, ainda, enquanto um evento devastador que altera as dinâmicas sociais e as experiências locais em várias instâncias, dentre elas as vivências das crianças de Povoação/ES com o rio e com o mar – essa experiência de paisagem – um dos aspectos analisado nesta dissertação.

O termo *desastre* é aqui utilizado enquanto categoria sociológica que pressupõe um evento resultante de relações sociais, ou seja, para as discussões aqui propostas - e para o embasamento teórico desse trabalho - o desastre não pode ser considerado um acontecimento natural, mas sim um acontecimento de cunho sociotécnico que expõe as condições de risco e vulnerabilidade de diferentes populações (MARCHEZINI, 2018). Já a utilização da categoria *desastre-crime*, que consta no título deste trabalho, e também nas páginas subsequentes, justifica-se por ser assim reconhecido pelos grupos atingidos,

os quais utilizam essa denominação para se referirem ao evento ocorrido, quando atuam nas instâncias de luta, como por exemplo o Fórum Capixaba de Entidades em Defesa da Bacia do Rio Doce e a Aliança Rio Doce (ambos criados em novembro de 2015), dentre tantos outros fóruns e articulações coletivas que reivindicam a condição de *atingidos* pela lama de rejeitos. Há uma congruência de fatores que caracteriza o rompimento como sendo um crime, um desses fatores é que diversos estudos apontam a mineradora responsável como tendo conhecimento da possibilidade iminente de um rompimento da barragem bem antes do evento ocorrido, outro fator foi a morte de 19 pessoas em decorrência do espalhamento da lama, e também a devastação de ecossistemas e a mudança abrupta de práticas de vida e condições de trabalho.

Sobre Povoação, cabe dizer que é um distrito que pertence ao município de Linhares e se localiza na foz do rio Doce, uma comunidade histórica constituída principalmente de pescadores, mas também de agricultores, que dependem da água do rio para as suas atividades cotidianas e de trabalho. A dinâmica da comunidade está atrelada ao contato direto com o rio Doce e o mar em diversos aspectos e formas de representação. O rio é também um espaço de lazer e uma experiência de brincar para as crianças e jovens da comunidade. Observam-se formas múltiplas de experienciar, vivenciar e habitar esse lugar, e modos de vida que foram alterados no bojo das repercussões decorrentes do crime da Samarco, dentre os quais os espaços lúdicos e as práticas do brincar. E é justamente essa ruptura da dinâmica social na sua totalidade que sustenta o desastre enquanto uma categoria sociológica boa para se pensar.

Acerca do recorte dirigido aos estudos da paisagem, aqui proposto, cabe dizer que se trata de uma agenda de pesquisa que vem se consolidando academicamente, trazendo possibilidades de análises que dialogam com a sociologia, a filosofia, a geografia, dentre outras abordagens. A paisagem é ao mesmo tempo uma experiência concreta e material com o lugar, mas também uma construção simbólica e uma experiência corpórea perceptiva. Ou seja, ela deixa de ser somente o exterior, o distante, e começa a ser entendida como uma vivência, uma maneira de interpretação, um modo de envolver sujeitos, espaços/lugares, ambientes, constituindo relações que se dão também no plano sensorio-afetivo (BESSE, 2014; CAMPELO, 2012; COLLOT, 2013; INGOLD, 2008; TUAN, 1980). A paisagem, portanto, compõe e engendra práticas sociais por meio das interações que os sujeitos estabelecem nas suas formas de habitar e isso se torna bastante

significativo para o entendimento da dimensão cotidiana, considerada aqui como esse conjunto de operações singulares que diz respeito a uma sociedade e seus indivíduos (CERTEAU, 2014).

Em termos analíticos, o presente trabalho desenvolve três eixos principais: a infância, as repercussões do desastre-crime de Mariana na comunidade de Povoação e as experiências de paisagem de crianças e jovens no contexto pós-desastre. Está estruturado em três capítulos, cada um deles referentes a um eixo, respectivamente, conforme foi apresentado. Quanto ao desenvolvimento metodológico da pesquisa, os instrumentos e ferramentas utilizadas e materiais coletados serão apresentados mais a frente, nesta introdução.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da interlocução direta com crianças e adolescentes de Povoação (na época do desastre eram crianças – 5 anos atrás {2015}), buscando ouvi-las. Interessaram as interpretações dessas crianças sobre a comunidade, sua constituição e elementos históricos, suas relações e dinâmicas de funcionamento principais, assim como as alterações nos espaços de lazer e na prática do brincar, a fim de compreender sob este novo ângulo os efeitos do desastre-crime na foz do rio Doce. Para tanto, como um primeiro passo, foi preciso desdobrar a categoria infância em um campo de discussão teórica, a fim de entender melhor esse sujeito de pesquisa – a criança (e o adolescente), aspecto tratado no capítulo 1 desta dissertação. O trabalho também buscou aprofundar os efeitos do crime da Samarco na comunidade de Povoação, por meio de uma abordagem crítica à lógica do desenvolvimento, no capítulo 2. Discutiu, ainda, as interpretações das crianças acerca do desastre por meio das alterações nas práticas do brincar, no cotidiano e na paisagem, no capítulo 3. Não obstante, ao longo do trabalho de escrita também foi feita uma caracterização da comunidade de Povoação, apresentando seus elementos históricos, geográficos e culturais gerais, que possuem relação direta com a infância na comunidade.

Como já foi apontado, o fio condutor deste trabalho são as práticas do brincar, ou seja, a partir de observações e dados coletados em trabalho de campo, tanto oriundos de conversas com as crianças e adolescentes da comunidade, quanto nos grupos focais e oficina de desenho realizadas, pude observar os efeitos e alterações no cotidiano e na

paisagem no âmbito da comunidade, tendo por base a visão específica das crianças sobre o desastre-crime.

Quanto às justificativas para o recorte de pesquisa, cabe acrescentar sua importância dado os seguintes fatos: o primeiro deles é a contribuição do mesmo para uma centralidade maior do tema infância ou criança para as ciências sociais, assim como para a sociologia dos desastres de maneira concomitante. Há muito tempo que as ciências sociais como um todo se debruçam a estudar sobre a infância ou a criança – pode-se destacar tal presença desde os escritos de Emile Durkheim, por exemplo, considerados um dos fundadores da sociologia –, fazendo-o a partir de diversas perspectivas, entretanto, durante toda essa história tais temas ainda não chegaram a ocupar efetivamente um lugar de centralidade para a área. Outra justificativa a ser ressaltada é que os estudos pertinentes à área da sociologia dos desastres também não dispõem um foco de centralidade sobre as crianças e seus modos de serem afetadas por desastres. Nesse sentido, esse trabalho pretende contribuir nesses processos de consolidação.

Entretanto, além de consolidação de um campo de estudos é preciso ressaltar a importância objetiva de se fazer um trabalho de campo dedicado às crianças e jovens. É de suma importância escutar a voz a esses sujeitos historicamente subjugados, deixar que eles contem suas próprias histórias e nesse caso, deixar que as crianças e os jovens da comunidade apresentem suas perspectivas do desastre-crime do rio Doce. Inserir-los numa posição de protagonistas, que poucas vezes ocuparam em estudos acadêmicos da área, permite que eles dimensionem suas próprias relações e vínculos com a comunidade e a construção da paisagem local em seus diversos usos.

Não obstante, ainda é possível justificar o estudo entendendo que a comunidade de Povoação, até a presente data, não foi palco de muitos estudos de caráter sociológico ou antropológico interessados em entender os efeitos e alterações sofridos com a chegada da lama de rejeitos na foz do rio Doce, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG)¹. Outras localidades atingidas têm alcançado maior visibilidade

¹ Há estudos realizados até a presente data que dizem respeito ao desastre-crime e a comunidade de Povoação aparece neles justamente por ser uma comunidade extremamente afetada. Entretanto, tais estudos não se voltam a estudar especificamente a comunidade e os efeitos por elas sofridos. Vide o relatório de pesquisa “Rompimento da barragem do Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)” apresentado pelo Grupo de

acadêmica e pública, enquanto Povoação, apesar de depender do rio Doce para sua existência e sobrevivência, de ter na relação com o mesmo a sua principal fonte de renda, acabou não ganhando tanto destaque.

CAMINHO METODOLÓGICO

Este trabalho se caracteriza como um desafio em alguns pontos especiais, o principal deles tem a ver com o próprio recorte da pesquisa, qual seja, a infância, ou melhor, a perspectiva das crianças e adolescentes acerca do desastre-crime da Samarco. Estudos que tenham como sujeito de pesquisa crianças e adolescentes não ocupam, ainda, uma centralidade na área das ciências sociais e, portanto, os métodos e técnicas de pesquisa a serem utilizados não se encontram constituídos num corpo de procedimentos sistematizados, havendo um desafio maior para o pesquisador que deseja trabalhar com esse público. Algumas indagações surgem: como fazer pesquisa com crianças? Quais procedimentos metodológicos são os mais adequados? Torna-se preciso ir um pouco além da caixinha de ferramentas clássicas, que, por vezes, se mostra limitada, e sair em busca de métodos e técnicas que apesar de não ocuparem a caixinha também já são bem consolidados e discutidos. Para tanto, como pretendo trazer a perspectiva das crianças, ou seja, escutar a voz delas, as metodologias qualitativas são as mais indicadas, sobretudo aquelas que marcam a relação de proximidade e contato direto com os sujeitos da pesquisa.

Dessa maneira, a pesquisa se desenvolveu a partir de trabalho de campo, por meio de observação e contato entre o pesquisador e a população local, ou seja, através de conversas e entrevistas semiestruturadas com moradores² – presidentes de associações locais (moradores e pesca), o diretor da escola, assim como crianças e adolescentes da comunidade. Para o desenvolvimento da pesquisa obtivemos o apoio e contamos com a parceria da escola localizada na comunidade. Lá foram realizados dois grupos focais com crianças e adolescentes, selecionados por meio de participação voluntária, e uma oficina de desenho.

Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES – UFES) em parceria com o Greenpeace: LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. Relatório de pesquisa. GEPPEDES. 2017.

² No total foram entrevistados 5 adultos moradores da comunidade conforme acima mencionado, para além dos dois grupos focais realizados com as crianças, conforme apresentaremos mais adiante.

O percurso metodológico da pesquisa buscou, a todo momento, entrar nesse complexo universo das crianças, numa tentativa constante do pesquisador de tratar as crianças em condições de igualdade – mesmo que isso seja impossível numa realidade prática, a tentativa é um norteador importante – e ser capaz de conseguir ouvi-las e saber o que pensam, o que fazem, adentrando um pouco o mundo delas (COHN, 2005). Devido as condições estruturais e infraestruturais do projeto não foi possível uma inserção do pesquisador no local durante um tempo prolongado. Deste modo, as observações se deram a partir de observações feitas em três visitas, com estadias mais curtas, à comunidade³, todas ocorridas no segundo semestre do ano de 2019.

A primeira visita teve por objetivo o contato inicial com o campo e com os sujeitos da pesquisa e se deu a partir de minha estadia durante três dias na comunidade, realizando entrevistas, conversas com moradores, observações e registros fotográficos. A segunda visita durou um dia no qual realizei visita ao CRAS e a Unidade de Saúde da comunidade, entrevistando funcionários de ambos os locais e visitando a escola, a fim de organizar o desenvolvimento dos grupos focais e oficina de desenho. Nesse dia, os alunos foram escolhidos por meio de participação voluntária e foram distribuídos os termos a serem assinados pelos pais ou responsáveis. Já a terceira ida a campo durou dois dias e consistiu na realização dos dois grupos focais, um em cada dia, e na realização da oficina de desenho no segundo dia. Em ambos os dias foi oferecido um lanche aos alunos como forma de agradecimento a participação na pesquisa.

Permito-me contar um pouco de minha história pessoal para dizer como foi a minha recepção enquanto pesquisador em campo e as experiências oriundas disso. Durante pouco mais de dois anos de minha graduação em Ciências Sociais na UFES fiz parte de um grupo de pesquisa em movimentos sociais, participação e democracia que possuía, a época, um grupo de pesquisa acerca do desastre no rio Doce e suas diferentes consequências para as diversas comunidades afetadas. Durante pesquisas com esse grupo conheci a comunidade de Povoação por meio de um trabalho de campo, e vi de perto

³ Admito que gostaria de ter feito mais visitas à comunidade, tenho certeza de que traria outros elementos ao trabalho, mas a realidade prática do contexto de desenvolvimento da pesquisa só permitiu que fossem feitas essas três idas a campo. Cabe considerar, ainda, que o ano de 2020 (segundo ano do projeto de mestrado) foi acometido pela experiência inusitada da pandemia de Covid-19, que impossibilitou atividades presenciais de pesquisa.

como a comunidade tinha sido afetada (no ano de 2016 – um ano após o rompimento), percebi que suas condições eram diferentes de outras comunidades atingidas, e como a comunidade tinha o que falar embora ninguém a escutasse.

Portanto, quando pensei em elaborar um projeto de mestrado logo pensei que poderia ajudar aquela comunidade na tentativa de mostrar o quanto a mesma também foi afetada e isso não tinha sido devidamente “divulgado” para reparações e estudos. Resolvi, entretanto, estabelecer um recorte, e partir da perspectiva das crianças. Quando retornei em 2019 a fim de desenvolver o projeto de mestrado, a realidade já era bem diferente, a comunidade parecia um pouco saturada do assunto, pelo fato de ter de falar as mesmas coisas, mas as crianças sempre se mostraram dispostos a falar e serem ouvidas, uma necessidade por sinal. A comunidade me recebeu muito bem, acolhedora, gentil e simpática, entretanto, a realidade da dinâmica na comunidade não se mostrou facilitadora para abordar simplesmente crianças na rua ou bater nas casas. O caminho mais fácil, seguro e responsável para o desenvolvimento do trabalho foi procurar a escola, onde o diretor se mostrou solícito, atencioso, e desde o início ajudou muito no desenvolvimento da pesquisa. A escola que atualmente possui mais alunos do que tempos atrás é o local onde as crianças de todo o distrito estudam, seja da região mais central, assim como das áreas mais rurais, de fazendas, etc.

Entrevistei uma professora moradora da comunidade e docente da escola há muitos anos que me disse que conseguiria desenvolver o projeto com as crianças e que elas teriam muito a dizer. Então, em posterior conversa com a coordenadora da escola ela me disse quais salas abrigavam os alunos com idades entre 10 e 14 anos. Só então fui até as salas, me apresentei, apresentei a pesquisa, perguntei se alguém gostaria de participar, expliquei como funcionaria, entreguei um Termo de Consentimento para pais ou responsáveis assinarem autorizando tanto a participação na pesquisa quando gravações e imagens que pudessem ser tiradas, informei que só poderia participar quem trouxesse assinado tal termo. Muitas crianças e adolescentes não quiseram participar logo de início, outras disseram que queriam, mas não trouxeram o termo assinado. Portanto, só participaram da realização dos grupos focais e da oficina de desenho as crianças que trouxeram os termos assinados. O processo buscou, portanto, que houvesse uma participação voluntária, na qual as crianças – os sujeitos dessa pesquisa – pudessem falar e serem ouvidas.

É preciso lembrar, desde o primeiro momento da realização da pesquisa, que a criança é um sujeito social pleno, ativo e completo. Lembrar da criança enquanto produtora. Nesse sentido, é necessário capturar as vozes das crianças, suas perspectivas, seus interesses e direitos (CORSARO, 2011), como, por exemplo, o direito à prática do brincar. Perceber como este direito é negligenciado, ou mesmo impossibilitado, cabe como objeto de pesquisa.

Uma ferramenta metodológica importante apresentada por William Corsaro em Sociologia da Infância (2011) é a proposição, coleta e análise de diferentes desenhos infantis e de outros recursos imagéticos. A autora Clarice Cohn (2005) afirma que a coleta de desenhos infantis é um instrumento importante que complementa as observações participantes realizadas. A proposta e coleta de desenhos pode ser feita sem intervenção ou com intervenção e pode-se pedir que as crianças elaborem desenhos a partir de determinado tema, ou, ainda por meio do fornecimento de materiais para colagem. Falarei sobre isso mais adiante.

Como já dito, foram feitas três idas a campo à comunidade, sendo que nas três ocasiões foram feitas entrevistas semiestruturadas e conversas informais com moradores da comunidade a fim de coletar dados. Algumas lideranças e figuras importantes locais foram entrevistadas, como, por exemplo, o presidente da Associação de Moradores, o presidente da Associação de Pescadores, o diretor da escola e funcionárias do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da comunidade. Entrevistas abertas foram feitas com professores e coordenadora da escola, moradores locais mais antigos e moradores que já viviam na comunidade antes do rompimento da barragem.

Não obstante, foram feitas diversas conversas com as crianças e adolescentes moradores da comunidade, tanto dentro do ambiente escolar, quanto na comunidade como um todo. Observações acerca de quais atividades são mais recorrentes no cotidiano dessas crianças, ou seja, as práticas do brincar existentes, também foram observadas. No que tange à parceria com a escola, foi firmado um termo onde o diretor da escola, demonstrando apoio e suporte para o desenvolvimento da pesquisa, concordou em ceder tanto o espaço físico da escola para o desenvolvimento dos grupos focais e da oficina de desenho, quanto colocou a escola à disposição para auxiliar na participação dos alunos.

De forma a corroborar na viabilidade do desenvolvimento da pesquisa, tanto pelos sujeitos envolvidos (crianças) quanto pelo tempo e idas a campo, foi utilizada também a metodologia de pesquisa qualitativa do grupo focal. Tal método se mostra útil quando o pesquisador lida com pessoas que não podem responder questionários escritos, por exemplo (DIAS, 2000).

Foram realizados dois grupos focais com alunos da escola, ambos aconteceram na quadra de esportes da própria escola. O primeiro grupo focal foi realizado no dia 31 de outubro de 2019 e contou com a participação de 9 crianças e jovens, sendo 8 meninas e somente 1 menino, com idades variadas entre 11 e 14 anos. O segundo grupo focal foi realizado no dia seguinte, dia 01 de novembro de 2019, e contou com a participação de 8 crianças e jovens, sendo 2 meninos⁴ e 6 meninas, com idades variadas entre 12 e 13 anos. A forma como os alunos foram selecionados e a responsabilidade quanto a exigência da entrega do Termo de Consentimento já forma expostos acima.

Em ambos os grupos focais houve crianças que falavam mais, eram mais comunicativas e outras eram mais tímidas e falavam menos, para aquelas que falavam menos realizei perguntas diretas, algumas eram respondidas e outras não. Mas, em ambos os grupos, foi dada liberdade para que as crianças falassem sobre vários assuntos e, muitas vezes, todos falavam juntos, discordando ou concordando entre si. Houve análises super interessantes das crianças em relação à comunidade, suas dinâmicas de funcionamento e avaliações sobre o rompimento da barragem. A análise posterior das falas por meio de transcrição e anotações das falas orientaram o desenvolvimento desse trabalho.

No dia 01 de novembro de 2019 também foi realizada uma oficina de desenho na área de refeições da escola, a participação também foi voluntária de alguns alunos que já haviam participado dos grupos focais, ao total participaram da oficina 16 alunos. Foram fornecidos lápis de cor, giz-de-cera, canetinha e uma folha em branco para todos os participantes. A única instrução/orientação dada foi para que eles desenhassem o que o rio Doce representa para eles, o que o rio é na vida deles. Algumas crianças que não

⁴ Nota-se que em ambos os grupos focais realizados há uma presença bem maior de meninas do que de meninos, isso reflete um pouco da realidade da escola, onde há mais estudantes meninas do que meninos. Busquei manter o maior equilíbrio possível, mas as participações voluntárias levaram a esse cenário de realização da pesquisa.

quiseram desenhar optaram por escrever textos/poemas. O momento da oficina de desenho foi registrado com fotografias.

Estudos pertinentes às áreas das Ciências Sociais usualmente se utilizam de instrumentos metodológicos tradicionalmente consolidados para estudos da área. Entretanto, devido ao projeto aqui apresentado ter por objetivo entender o desastre-crime e as alterações no cotidiano e na paisagem da comunidade de Povoação/ES a partir das perspectivas das crianças e suas experiências do brincar, é preciso recorrer a estudos que apontam instrumentos metodológicos para lidar com as crianças enquanto sujeitos que constroem a pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, os sujeitos desse trabalho são as crianças, ou seja, sujeitos que até agora não foram ouvidos em todo esse processo, mesmo sendo igualmente afetados em relação a outros sujeitos, mesmo tendo muito a contar. Diante do desafio que é estudar crianças, o presente trabalho buscou manter o protagonismo das mesmas, por meio de seus modos de contar, interpretar e figurar (por meio de desenhos) o que percebem e sentem, deixando que digam quais são as afetações oriundas do desastre-crime no rio Doce em suas vidas.

CARACTERIZANDO A COMUNIDADE DE POVOAÇÃO

A comunidade de Povoação é o recorte espacial que compõe a pesquisa realizada, e está localizada no município de Linhares, região norte do estado do Espírito Santo. Provavelmente, devido a sua localização e a dificuldade de acesso à comunidade não são encontrados muitos estudos acadêmicos sobre este lugar e seu cotidiano. Fiz uma extensiva busca a fim de encontrar trabalhos realizados sobre Povoação, sejam eles de quaisquer naturezas, ou seja, em quaisquer áreas do conhecimento e só encontrei dois trabalhos, os dois precedem o desastre-crime de Mariana, sendo um do ano de 2007 e o outro do ano de 2014⁵.

⁵ A busca pelos trabalhos se deu no site Google Acadêmico, por meio de palavras-chave como: desastre-crime, desastre no Rio Doce, Povoação, desastre Rio Doce em Povoação, entre outras.

De forma muito sucinta vou apresentá-los a fim de auxiliar na caracterização da comunidade, tentando descrever seus principais aspectos econômicos, culturais e históricos. Parto, então, da localização geográfica da comunidade:

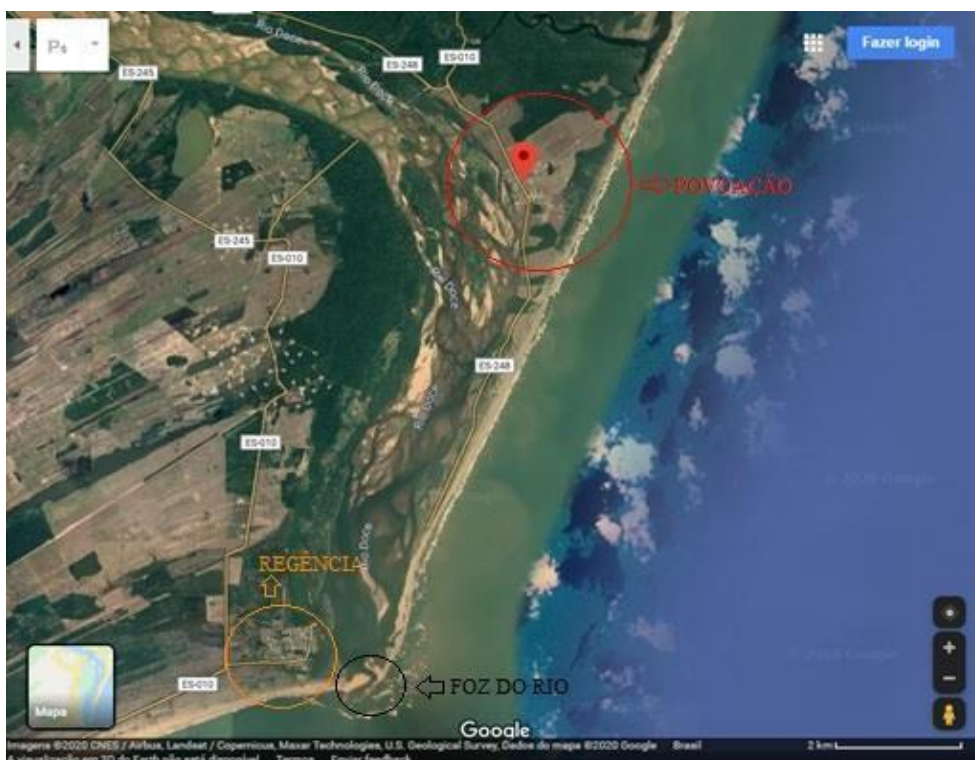
A vila de Povoação situa-se no município de Linhares (19°33'45"S; 39°48'45"W), a 36 km da sede do município e 160 km ao norte de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. A vila localiza-se na margem norte do rio Doce, a 10 km de sua foz e a 1 km do mar. (PINHEIRO; JOYEUX, 2007, p.16)

As características da comunidade se alteraram muito após o desastre-crime no rio Doce, portanto, acho necessário apresentar algumas características da comunidade antes do rompimento. O estudo de Gonçalves (2014) vai mostrar que de acordo com o IBGE (2013) o distrito de Povoação possuía o total de 3.247 moradores, sendo um número maior que o de Regência (1.204 moradores) e Pontal do Ipiranga (2.061 moradores), outros dois distritos da região litorânea de Linhares. Observa-se que o distrito de Povoação concentra aproximadamente metade de todo o contingente litorâneo do município (GONÇALVES, 2014).

O distrito de Povoação se localiza na foz do rio Doce (conforme mostra a figura abaixo) e por isso foi diretamente afetado pelo desastre da Samarco e a chegada da lama de rejeitos, que atingiu tanto o rio quanto o mar, trazendo diversos impactos para a localidade, tanto no quesito das relações de trabalho constituídas na interface com o rio e com o mar, quanto na história da comunidade e nas experiências de vida inseridas nesses espaços. Cabe lembrar, por exemplo, que a atividade da pesca encontra-se proibida desde fevereiro de 2016.

É perceptível na **Figura 1** que Povoação se localiza do outro lado do rio Doce, em relação a Regência, o distrito também abrange a foz do rio, mas a comunidade se localiza um pouco acima do rio, justamente porque o mesmo faz uma curva antes de encontrar o mar. Isso também pode evidenciar características geográficas distintas da localidade de Regência, por exemplo. Povoação é uma comunidade ribeirinha que tem acesso a diversas ilhotas formadas em meandros do rio Doce.

Figura 1. Localização geográfica do distrito de Povoação



Fonte: Imagem de Satélite retirada do Google Maps do distrito de Povoação. Endereço eletrônico: <<https://www.google.com.br/maps/place/ES-248,+Linhares+-+ES/@19.580463,39.7949197,774m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0xb6301a61dd7aa9:0xd1b18f5ae9b71f08!8m2!3d-19.5804681!4d-39.792731?hl=pt-BR>>. Acesso em: 06 de fev. de 2020.

Legenda: O marcador e círculo vermelhos indicam a localização da comunidade na foz norte do Rio Doce (foz do rio marcado com círculo e seta pretos⁶).

O mesmo estudo ainda vai mostrar que Povoação tinha 54,1% de sua população habitando áreas rurais (GONÇALVES, 2014), ou seja, pouco mais da metade da população do distrito estava localizada nas áreas rurais e não na parte “urbana” da comunidade. Não obstante, o estudo mostra que a maior parte da população que habita a foz do rio Doce está concentrada nos núcleos urbanos, ou seja, nas sedes de Regência e Povoação, cada uma localizada numa das margens do rio Doce, mais especificamente na sua foz (GONÇALVES, 2014).

⁶ Optei por inserir um mapa mais distante a fim de mostrar com mais exatidão onde se localiza a comunidade, assim como mostrar a foz do rio com o mar.

Já o estudo de PINHEIRO e JOYEUX (2007) nos releva aspectos interessantes do desenvolvimento da comunidade e sua constituição enquanto comunidade ribeirinha composta basicamente por pescadores. Uma comunidade que vivia na expectativa do aumento importante de impactos antrópicos em prol de um desenvolvimento, assim como uma crescente demanda de recursos extraídos localmente. Houve um crescimento acelerado da população local ocasionado por um desenvolvimento industrial ainda incipiente, mas desenfreado, que começa a ameaçar a destruição ou alteração dessa comunidade tradicional (PINHEIRO; JOYEUX, 2007).

A vida e história de Povoação foi sempre construída para e com o rio Doce, que além de possuir 875 km de extensão é responsável pelo regime de águas de toda a planície costeira. Uma comunidade que se constitui, basicamente, com a atividade pesqueira e agrícola, que sempre foi – antes do rompimento – praticada principalmente no leito e nas ilhas que se formam no rio, assim como no mar e nas lagoas da região. A pesca para a comunidade foi historicamente uma atividade comercial, recreacional e de subsistência, e a grande diversidade de pescarias praticadas pelos moradores pode ser atribuída a um conhecimento construído além de experiências individuais, como conhecimento acumulado por pais, avós e outros companheiros de pesca (PINHEIRO; JOYEUX, 2007).

Povoação é, portanto, uma comunidade histórica, datada anterior ao surgimento da cidade de Linhares, e que se manteve ao longo do tempo com características tradicionais de comunidade ribeirinha e pesqueira, com pouca infraestrutura e atividades de subsistência locais como a pesca e algumas plantações típicas da região como o cacau, por exemplo. É, portanto, uma comunidade que existe na relação que estabelece diretamente com o rio Doce, e que tem sofrido com o espalhamento da lama de rejeitos de mineração na bacia deste mesmo rio, e com a proibição da prática da pesca desde então. O rompimento da barragem gerou uma alteração profunda em toda a comunidade, inclusive sobre seu desenvolvimento e história.

Histórico da comunidade: um resumo

Todos os dados apresentados abaixo foram retirados do Museu Histórico de Povoação nomeado de “Mestre Vicenti Sabino”. O museu é patrimônio histórico-cultural da comunidade e foi inaugurado em 23/04/2010. A organização em tópicos apresentada é a

mesma conforme o Museu apresenta, assim como toda a escrita, portanto, foi mantida em respeito a história da comunidade e ao Museu que forneceu informações essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Os habitantes iniciais da mata densa que cerca a região, hoje chamada de Povoação, eram os índios botocudos. Esse local aos poucos foi sendo ocupado por colonos brancos e mestiços, principalmente mineiros e baianos levados para trabalhar na cultura do cacau. O primeiro registro histórico da comunidade data de 1818 e foi feito pelo naturalista francês Auguste Saint-Hilaire; o bispo Dom José Caetano em 1819 também fez referências ao lugar. Em 1975, o historiador linharenses Lastênio Calmon Júnior confirma todos esses registros históricos sobre a comunidade, em livro publicado.

Entre os anos de 1918 e 1930, com a introdução do cultivo do cacau na região, muitas fazendas foram surgindo e o lugar cresceu rapidamente. Povoação passou, assim, a ter um juiz, um cartório, armazéns e grandes fazendas. O uso de barcos contribuiu para desenvolver e impulsionar a economia na região e fazer a integração com Linhares e Colatina.

No ano de 2010 Povoação ocupava uma área de 29 hectares, possuindo 400 imóveis⁷. Além do plantio do cacau como atividade, a comunidade também conta com um grande empreendimento da Petrobrás em seu entorno, a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), assim como uma termoelétrica que gera possibilidade de emprego para moradores da região.

A comunidade de Povoação conta com lagoas e praias, além do rio Doce e possui, também, atividades agropecuárias. Podemos destacar também o potencial turístico, o artesanato e a pesca como atividades relevantes na região. Povoação possui também grandes tradições culturais e religiosas como, por exemplo, grupos de congo, folia de reis, manifestações religiosas e o Carnaval.

Aspectos culturais e históricos da comunidade

⁷ Devido à falta de informações e registros não consegui obter quais são os valores atuais para tais informações, mas registra-se um aumento populacional que elevou o número de imóveis na região.

- O Rio Doce

Formado pelos rios Chopotó e Piranga, o Rio Doce nasce na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais. De seus 875 km de extensão, 180 km estão em terras capixabas. O rio corta o Espírito Santo de Oeste a Leste e desemboca no Oceano Atlântico entre Povoação e Regência, ambos pertencentes ao município de Linhares. Os índios botocudos deram ao rio o nome de “Vatu”, já os índios mutuns o chamavam de “Nak-ne-nuk”. Os colonizadores portugueses quando chegaram em 1501 deram o nome de Santa Luzia. Mais tarde passaram a chamar de Rio Doce pois encontraram água doce perto da foz, a seis milhas do mar adentro.

O Rio Doce, outrora também chamado de “Nilo Brasiliense”, por causa da grande extensão e da fertilidade das terras que o margeiam, vinha sofrendo nas últimas décadas, até o desastre-crime da Samarco, uma mudança preocupante, uma metamorfose física, que se explica pelo aumento de sua largura e a diminuição da profundidade e do volume de água. Uma das causas da alteração era o desmatamento, que facilitava a erosão no período de enchentes.

- Carnaval

No século passado o Carnaval era agitado pelos tradicionais “Blocos de Cordões”, que desfilavam pelas ruas da comunidade ao som das marchinhas tocadas por instrumentos de sopro, de corda, pandeiro e sanfona, seguindo depois aos seus respectivos clubes. Dois importantes clubes carnavalescos foram: o Ideal, fundado pelo senhor Pedro Francisco Penham, e o Douradinho, do senhor Ricardo Ferreira Leirte. Era um Carnaval de glamour, simplicidade, inocência e animação, que atraía inúmeros visitantes que não mediam esforços para chegarem por meio de canoas, a cavalo, a pé ou pelos vapores que navegavam o Rio Doce. Com o fim dos clubes Ideal e Douradinho, as festas foram transferidas para os salões de dona Sebastiana e dona Cristina. Com a construção do Clube Golfinho, os bailes carnavalescos começaram a ser realizados naquele local. Hoje o carnaval é promovido nas ruas, de uma forma menos tradicional, com trio elétrico, música baiana e forró, mas ainda há a presença de alguns blocos organizados de forma diferente.

- Quadrilha

Moradores registram que a quadrilha é uma importante manifestação de caráter religioso que acontece no mês de junho, em comemoração aos dias de Santo Antônio, São João e São Pedro. O evento teve início no século XX, por intermédio da senhora Amélia, que ensaiava a quadrilha nos clubes carnavalescos e fazia a festa nas ruas da localidade. Na época, comidas e bebidas típicas eram distribuídas aos visitantes, que curtiam a tradicional fogueira, pau de sebo e fogos de artifício, além do baile, que começava após a quadrilha e ia até o sol raiar.

- Festa do Robalo

A Festa do Robalo teve início no dia 06 de setembro de 2005, por meio do senhor Francisco Zanon, membro da Associação dos Pescadores Amadores de Linhares. A programação conta com gincana de pesca e shows regionais, atraindo grande público, principalmente pescadores amadores do município. Mesmo após o desastre-crime no Rio Doce a festa continua acontecendo.

- Clube Recreativo Golfinho

Foi construído por iniciativa do senhor Edgar Ferreira Leite, seu primeiro presidente, em 1978. Lá era festejado o Carnaval, as comemorações dos títulos conquistados pelo time do Golfinho, festas de formaturas, casamentos, reuniões diversas, desfiles, concursos de beleza e bailes. Era o principal centro de cultura da comunidade. A primeira sede principal do clube foi desativada, hoje só restam ruínas e a fachada original.

Figura 2. Fachada e ruínas restantes do Clube Recreativo Golfinho (Povoação- ES)



Fonte: registro feito pelo próprio pesquisador em ida a campo (2019).

- Bandas de Congo

As bandas de congo são compostas por alguns instrumentos essenciais como o tambor, construído em madeira oca (antes era utilizado a madeira tambor) e também os ganzás, também conhecidos como casacas, um tipo de reco-reco com cabeça esculpida em madeira, revestida com uma taquara dentada na frente.

A primeira banda de congo de Povoação, surgida em 1930, era denominada Tambor de São Benedito, e contava com apenas dois tambores e dois ganzás. Teve como primeiros integrantes: Leopoldo Barros, Francisco Geofino, Antonio Sirilo Barros e Manoel Nobre, tendo como capitão oficial o senhor Vicente Sabino, o fundador. Eles reuniam pessoas de Povoação e comunidades vizinhas nas festividades que geralmente duravam três dias. Alguns anos depois, o descendente de escravos Vicente Sabino foi convocado para lutar na guerra e prometeu que se voltasse vivo da batalha reassumiria como capitão da levantada do mastro e da banda do Tambor em definitivo. Ao voltar à comunidade, permaneceu por muitos anos à frente da banda, até poucos anos antes de sua morte, quando passou o “bastão de capitão” oficial da levantada do mastro ao senhor Joviano Pereira dos Santos.

Como capitão da Banda de Tambor ficou o senhor Edison, conhecido por Ueté, cargo ocupado depois por Dalte Penha, Luis Amaral e também pelo senhor Severino Barbosa Tito que assumiu o cargo de capitão da banda e também capitão oficial da levantada do mastro de São Benedito.

- Folia de Reis de Bicho e Mirim

A festa religiosa de Folia de Reis de Bicho, um folguedo – espécie de teatro popular – foi comemorada pela primeira vez em 1960 em Povoação, graças a um grupo de moradores vindos de localidades próximas. A festa começa no dia 3 de janeiro e termina no dia 3 de fevereiro, o auge dos festejos ocorre em 6 de janeiro, quando é celebrado o Dia de Santo Reis. Durante esse período de festa pessoas vestidas de trajes típicos (tocadores, marujos, vaqueiros e bichos) visitam as residências da comunidade e levam a mensagem da chegada de Jesus Cristo. Antes elas caminhavam léguas até as comunidades de municípios vizinhos. Em 2006, o senhor Oswaldo, o seu Vavá, passou para a senhora Juraci da Costa Mendonça, dona Mozinha, o comando da Folia de Reis. Essa importante manifestação religiosa e cultural acontece até os dias de hoje em Povoação.

Já com o objetivo de manter essa tradição cultural juntos aos jovens da comunidade, foi fundada em 6 de janeiro de 2007 na comunidade, a Folia de Reis Mirim, pela senhora Argentina Barbosa de Sena e por Arildo Anchieta e Claudionor Soares. O grupo se apresenta em festejos da comunidade e regiões vizinhas, mantendo viva essa tradição cultural.

- As parteiras

Atualmente ainda se fala na existência de uma parteira na comunidade, mas os partos acontecem em hospitais na cidade de Linhares. No passado, a atividade era realizada por pescadoras, agricultoras e benzedeiras, que na maioria das vezes adquiriam a prática realizando partos por conta própria ou após aprender o ofício com entes da família ou outras colegas. Marcaram época em Povoação, como parteiras: Maria Eulália de Jesus (dona Marinheira), dona Feuza, dona Antônia, dona Júlia Penha, dona Chiquinha, Auzira Costa Max e Palmerina Guilherme. Elas cumpriram historicamente um importante papel social e eram identificadas como lideranças, por estabelecerem laços com as famílias, sendo muitas vezes escolhidas para serem madrinhas de crianças trazidas ao mundo por suas habilidosas mãos.

- Os benzedeiros e curandeiros

Trata-se de um costume passado de geração em geração, desde os primeiros habitantes, os índios botocudos, que inclui o sinal da cruz e outros ritos como banhos, chás, simpatias, imposição das mãos e aspersão de água benta, além da utilização de materiais simbólicos como tesouras, facas, ramas, terços, panos e agulhas. Em comunidades como Povoação, muitas pessoas até hoje procuram esse tipo de ajuda, na crença da resolução de seus males, físicos ou espirituais. Para os benzedeiros e curandeiros, a pessoa que procura auxílio precisa ter fé. A maioria dos benzedeiros e curandeiros da comunidade já faleceu.

- A religiosidade

A primeira Igreja Católica de Povoação não existe mais, assim como as primeiras habitações, em função da erosão das margens do Rio Doce, que mudou de curso no início do século XX. A segunda igreja, construída em seguida, se encontra com sua entrada defronte para o Rio Doce, uma vez que a comunidade que antes usava a sua frente teve que se mudar para trás, devido a erosão do rio e ao crescimento da comunidade.

Uma das tradições religiosas da localidade é a centenária fincada e derrubada do Mastro de São Benedito, padroeiro da comunidade. A fincada acontece junto com a festa dedicada ao santo, no dia 25 de dezembro, e a derrubada, no dia 3 de fevereiro. Por muito tempo a comunidade celebrou a Coroação de Nossa Senhora. Durante as noites de maio eram oferecidas flores e no último dia do mês havia a coroação, nestes dias as crianças se vestiam de anjos, a fim de representar a pureza. Atualmente a comunidade mantém elementos de sua religiosidade tradicional e histórica, entretanto há uma diversidade religiosa muito maior, inclusive é possível observar a existência de diferentes igrejas na comunidade.

Educação⁸

Não há informações históricas sobre a construção e fechamento da primeira Escola Unidocente de Povoação. A atual escola, construída em 5 de março de 1971, recebeu o nome de Professora Urbana Penha Costa, em reconhecimento ao trabalho prestado pela educadora na comunidade. A escola atualmente já possui Educação de Jovens e Adultos

⁸ Nesse item contam somente os dados atuais sobre a escola, obtidos a partir de realização de entrevista com o diretor da escola no segundo semestre de 2019. Não foram encontrados dados sobre a escola no acervo do museu.

funcionando à noite. Sua infraestrutura conta com 10 salas de aula pela manhã, 6 salas a tarde e 7 salas a noite, a média de alunos é 20 a 25, sendo que salas menores possuem 15 alunos. A escola possui 208 alunos pela manhã e 125 alunos pela tarde. Depois do desastre-crime, por conta de um aumento demográfico na comunidade, houve superlotação na escola, a ponto da necessidade de transformar a biblioteca em sala de aula para atender a demanda de alunos. O atual diretor está no cargo da direção desde 2013, vem conseguindo um bom trabalho pedagógico para melhorar o desempenho dos alunos, e conta no total com 54 funcionários na escola. Por ser uma comunidade tradicional o distrito de Povoação também conta com 4 escolas de fazenda em funcionamento.

- Petróleo e Gás

As pesquisas da Petrobrás no Espírito Santo tiveram início em 1957. Após décadas de trabalho ocorreu a descoberta de petróleo e gás em Povoação e foi perfurando um poço perto do atual cemitério da comunidade. A primeira descoberta de gás na foz do Rio Doce, precursora dos atuais campos de Peroá (maior reserva natural do Estado) e Cangoá, aconteceu em 1988. Em 1998 e 1997 foram feitas novas descobertas na foz do rio.

A primeira fase da Unidade de Tratamento de Gás e Cacimbas (UTGC) começou a ser construída em 2003. Dentro da comunidade de Povoação e nas imediações existem quatro poços de petróleo perfurados que ainda estão na reserva (em 2010). O primeiro poço perfurado na comunidade estava localizado próximo ao Cemitério que foi desativado.

- A comunidade hoje⁹

Por se tratar de uma comunidade pequena, ou melhor, de um distrito localizado afastado da cidade, com poucos recursos para organização e registro de dados, não há uma estatística oficial de quantos moradores a comunidade possui hoje em dia. Os últimos dados oficiais registrados são de do Censo de 2010, ou seja, cinco anos antes do rompimento da barragem, sendo que após o desastre esses dados se alteraram conforme é possível observar e também pelas falas dos próprios moradores. O próximo Censo era previsto realizado no ano de 2020, com resultados em 2021, logo é bom lembrar que estamos tratando de dados defasados, conforme mostra tabela abaixo, mas que todavia

⁹ Os dados sobre a comunidade hoje foram obtidos por meio de pesquisa no site do IBGE, assim como de entrevistas e conversas realizadas com moradores da comunidade.

nos mostram aspectos interessantes e servem como base para comparação com a realidade atual do distrito.

Tabela 1. População por idade do Distrito de Povoação (Linhares – ES)

População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade e a idade				
Variável - População residente (Pessoas)				
Distrito	Forma de declaração da idade	Idade	Ano x Situação do domicílio x Sexo	
			2000	2010
			Total	Total
			Total	Total
Povoação - Linhares (ES)	Total	Total	...	3247
		0 a 4 anos	...	349
		5 a 9 anos	...	323
		10 a 14 anos	...	372
		15 a 19 anos	...	358
		20 a 24 anos	...	287
		25 a 29 anos	...	291
		30 a 34 anos	...	230
		35 a 39 anos	...	188
		40 a 44 anos	...	179
		45 a 49 anos	...	155
		50 a 54 anos	...	143
		55 a 59 anos	...	130
		60 a 64 anos	...	83
		65 a 69 anos	...	60
		70 a 74 anos	...	38
		75 a 79 anos	...	31
		80 a 89 anos	...	23
		90 a 99 anos	...	5
		100 anos ou mais	...	2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

É possível observar que só há dados registrados oficialmente sobre a comunidade no ano de 2010, porque não houve registro no censo de 2000. Àquela época com uma população total de 3.427 moradores, 1.402 eram de crianças e jovens de até 19 anos, isso representa cerca de 43% da população total. Ou seja, ainda em 2010, as crianças e jovens eram parcela significativa, representando quase metade da população total da comunidade. A

partir de algumas observações de campo nota-se que a parcela da população referente às crianças e jovens aumentou após o desastre-crime no rio Doce. Apesar da ausência de registros oficiais, as entrevistas realizadas com moradores, professores e com o diretor da escola da comunidade corroboram tal fato. A superlotação em relação ao número de alunos da escola gerou a necessidade da criação de mais salas de aulas, como já foi mencionado acima. Esse é mais um fator que corrobora a constatação desse aumento populacional.

Alguns outros fatores como a superlotação dos ônibus, por exemplo, indicam também um crescimento da população total da comunidade. A partir da fala de moradores locais, de funcionários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de funcionários da Unidade de Saúde da comunidade, assim como de conversa com o então presidente da Associação de Moradores, podemos estimar que a população total da comunidade seja entre 4000 e 5000 moradores até o ano de 2019. Tais dados só poderão ser confirmados após a divulgação dos dados coletados pelo Censo de 2020.

Em conversas realizadas com funcionários do CRAS da comunidade foi possível ouvir relatos sobre alguns efeitos do desastre na bacia do rio Doce para a comunidade, os moradores, a vida e saúde dos mesmos. Os profissionais da assistência social revelam que algumas crianças começaram a demonstrar comportamentos mais agressivos, com o aumento do número de crianças houve também uma procura maior aos serviços do CRAS. Começaram a ser relatados casos muito mais recorrentes de alcoolismo e abuso infantil, que antes não eram tão observados, assim como um aumento geral da violência da comunidade, e do consumo de drogas. Houve, também, um registro maior de problemas psicológicos como depressão, automutilação e mães com depressão pós-parto, assim como mais adolescentes grávidas.

De forma geral os funcionários do CRAS, que também são moradores da comunidade, relatam que houve uma mudança no perfil de moradores por causa das pessoas novas que chegaram para morar na localidade. Ou seja, a comunidade que possuía na pesca sua principal atividade, com moradores antigos e uma ampla rede de interação e reciprocidade, começa a mudar seu perfil, com a chegada de pessoas exógenas à comunidade, muitas delas vieram por conta do recebimento do cartão de auxílio da Samarco, por exemplo. Esse crescimento demográfico alterou a dinâmica local, trouxe

uma movimentação à comunidade, inclusive de carros e motos que antes não existiam, tornando, segundo moradores, maior o risco para as crianças que brincam na rua. O CRAS da comunidade desenvolve, às quintas-feiras, um programa de atividades para as crianças com brincadeiras, oficinas de desenho, passeios, música e afins, no contraturno do horário escolar das crianças. Atualmente, o CRAS da comunidade possui um total de 261 famílias cadastradas.

Em suma, com esta introdução busquei apresentar os objetivos do trabalho de pesquisa, assim como esclarecer os encaminhamentos metodológicos que foram utilizados. Além disso, considere importante caracterizar o recorte espacial – a localidade de Povoação – a fim de informar ao leitor sobre as condições ambientais, socioeconômicas e culturais que marcam a história desta localidade, e também para que possam entender, quando for abordado nos próximos capítulos, os aspectos alterados dessa história. Na sequência, no capítulo 1, o enfoque será dado ao debate teórico sobre a infância e suas abordagens dentro do campo das Ciências Sociais. A discussão será dirigida, portanto, à caracterização dos sujeitos da pesquisa – as crianças - por meio desse debate.

Capítulo 1 - A INVENÇÃO DA INFÂNCIA¹⁰

O desafio de todo pesquisador na construção de sua pesquisa e recorte do objeto é conseguir desenvolver um trabalho o mais sólido conceitual e teoricamente possível. Isso exige de antemão que o conjunto da obra deve ser capaz de abranger o maior número de perspectivas¹¹ possíveis, sejam elas teóricas ou não. Nota-se que tal ponto de partida orienta qualquer trabalho para o âmbito da interdisciplinaridade, o que por si só se constitui como um grande desafio.

Algumas temáticas ou áreas, em específico, trazem consigo uma bagagem conceitual e prática que torna o desafio ainda maior. Esse é o caso de todos aqueles pesquisadores que se propõem ao estudo da infância, ou da criança, independente de qual seja seu referencial teórico. É notável que o tema já vem se consolidando enquanto importante agenda de pesquisa há alguns anos, sendo muito recorrente em algumas áreas específicas como é o caso da pedagogia, da psicologia ou até mesmo a educação física.

O desafio específico ao qual me dedico ao longo deste capítulo é trazer o maior número de perspectivas possíveis sobre esse tema – a infância – a partir do enfoque das Ciências Sociais, tanto no que tange a área mais sociológica quanto às orientações antropológicas. Até por isso a utilização do título de “A Invenção da Infância”, em notável referência à obra “A Invenção da Cultura” do antropólogo norte-americano Roy Wagner.

Para que possamos seguir com essa ideia, alguns procedimentos metodológicos-conceituais precisam ser explicados. No que tange ao eixo da infância é necessário situar a discussão dentro do campo da Sociologia, explicitando suas principais contribuições à área. O mesmo processo deve ser aplicado para a Antropologia. Logo após, seguindo a ideia das *perspectivas* serão apresentadas outras abordagens sobre o tema. Para finalizar argumentarei sobre o que estou chamando de “Invenção da Infância”, justificando teoricamente essa construção.

¹⁰ Nota-se que a discussão teórica principal do trabalho gira em torno da infância, mas no desenvolvimento das pesquisas os sujeitos são crianças e adolescentes, isso se dá por dois motivos. O primeiro deles é por considerar que apesar de legalmente não serem considerados crianças, adolescentes de 13 e 14 anos ainda se encaixam nessa categoria de análise em termos teóricos. O segundo motivo é que esses jovens de 13 e 14 anos eram efetivamente crianças quando houve o rompimento da barragem, há 5 anos atrás, em 2015.

¹¹ No decorrer do trabalho a noção de “perspectiva” vai ser desenvolvida por meio de conceituação teórica.

Como um trabalho de caráter exploratório qualitativo, o trabalho de campo é um fator determinante nas discussões e argumentações teóricas aqui apresentadas. A distância existente entre teoria e prática já foi bem demonstrada por diversos autores, e em minha opinião é e sempre será uma realidade concreta que permeia os estudos. Nesse caso, em especial, há uma distinção entre o que é a teoria, ou seja, o que diversos autores conceituam enquanto infância e a prática, a infância construída, vivida ou inventada pela comunidade em especial.

Essa realidade concreta evoca necessariamente no mínimo duas perspectivas – teórica e prática – as quais são apenas um dos nós constituintes dessa teia de construção de uma pesquisa. Partimos de algumas perguntas essenciais, tais como: O que é infância? Quem constrói essa infância? Como ela é construída? Para quem ela é construída? A infância afinal de contas é uma construção ou uma invenção? Os parágrafos que se seguem são elaborados em cima dessas perguntas, se serão todas respondidas ou não veremos no final, no mais, a dúvida tanto move o pesquisador quanto pode ser seu produto final.

1.1 A CRIANÇA NA SOCIEDADE

1.1.1 A infância como tema das Ciências Sociais

Apesar da infância e da criança enquanto categorias sociais já existirem há muitos anos nas estruturas sociais das sociedades mundiais, as Ciências Sociais e Humanas de forma geral demoraram muito para incluir tais categorias dentro de suas agendas de pesquisas. Contudo, a chamada Sociologia da Infância, em tempos recentes, vem se consolidando enquanto um campo de estudo promissor.

Ainda com o fim de consolidar essa agenda de pesquisa, podemos traçar um breve resgate histórico pensando a infância no campo de estudo da sociologia. Todos os pontos desse resgate apontam para uma conclusão central: o conceito de infância enquanto uma construção social (ARIÈS, 1981; FREITAS, 2006; JAMES; PROUT, 2005). Tentarei explicar algumas abordagens a partir de autores que considero interessantes para entender o tema, ao longo deste capítulo.

Nota-se que até o século XVII é possível dizer que a ciência desconhecia a infância. Parte disso se deve ao fato de que naquela sociedade ocidental europeia (ARIÈS, 1981) não havia lugar para as crianças de forma geral (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008). Não obstante, deve-se levar em consideração também que talvez aquela sociedade não visse sentido, ou não produzisse em sua tessitura social, essa construção que hoje estamos chamando de infância. Numa perspectiva construtivista dos estudos da infância, deve-se atentar a todo tempo para não cair no erro do anacronismo, justamente porque essa construção é localizada e particular tanto em termos históricos, quanto no que se refere a sociedades diferentes.

Os estudos da Sociologia da Infância, embora muito recentes em termos de produção e de consolidação enquanto agenda de pesquisas, tiveram início “na França e na Inglaterra com os estudos de Sirota (2001) e Montandon (2001), respectivamente (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008, p. 58)”. O desafio aqui proposto não se limita a essa visão construtivista da infância, mas também não pode prescindir de discuti-la e apresentar seus argumentos e ideias principais, pois só assim é possível construir as bases teóricas que auxiliam a ideia que será defendida – a infância enquanto uma invenção –, mas para isso, será apresentado um leque de perspectivas a fim de construir um objeto mais sólido.

Cabe lembrar que a criança já é objeto de estudo desde Durkheim, tanto no âmbito de suas contribuições sobre a importância e influência da educação na sociedade como um todo, quanto nas instituições escolares (MORUZZI, 2011). Ainda na linha durkheiminiana, Marcel Mauss se volta para escrever sobre as crianças e como a sociologia em geral pode aprender com a Sociologia da Infância e vice-versa (MAUSS, 2010 {1937}). Entretanto, essa linha de análise se restringe a compreender o papel das crianças dentro e para o funcionamento das instituições. Nesse sentido, as crianças são entendidas como agentes sociais, mas ainda somente como agentes sociais passivos.

Como estamos falando de infância e criança, precisamos definir o que é criança, como ponto de partida. Uma orientação necessária é o enquadramento legal, ou seja, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (2003) “considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos” (BRASIL, 2003, p.13). Para além disso, se pretendemos entender

que criança é essa, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil podem auxiliar, pois dizem que a criança é um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

Portanto, as crianças, além de serem sujeitos com faixa etária específica precisam ser entendidas enquanto sujeitos sociais, sujeitos ativos, sujeitos capazes de compor e contar suas próprias histórias.

1.1.2 A criança e o sistema de relações sociais

Considerações mais recentes acerca da Sociologia da Infância continuam a entender a criança enquanto agentes sociais, não mais como agentes passivos. Nesse sentido, “as crianças se socializam e são atores de sua socialização (MORUZZI, 2011, p. 130)”. Ou seja, as crianças já transcendem para a posição de “sujeitos ativos na construção da dinâmica social (MORUZZI, 2011, p. 135)”. Ainda assim, mesmo consideradas como sujeitos ativos, as abordagens feitas limitam a pensá-las por meio de estruturas, ou seja, de fora para dentro; primeiro analisa-se a instituição para depois pensar o papel do sujeito ou como ele se apresenta para o funcionamento dessa instituição.

Ainda que as crianças já ocupem a posição de sujeitos ativos, ou seja, possam ser consideradas como “participantes ativos da vida social” (FERNANDES, 1979, *apud* FRIEDMANN, 2011), não é possível dizer que elas ocupam verdadeiramente uma posição de foco de atenção especial (FREITAS, 2006), para a sociedade de maneira geral. No conceito de infância pensado enquanto construção social, a construção é sempre pensada “de fora”, ou seja, da sociedade para as crianças, das instituições para as crianças. Entretanto, antes de discutirmos acerca desses olhares de fora, ou construções inventadas, precisamos entender em termos sociais o que a sociedade ocidental moderna influenciada por ideais europeus cunhou como infância.

Além de entender essa construção da ideia de infância é preciso lembrar que os sujeitos dessas infâncias são as crianças, portanto, cabe dizer como a criança também está sendo

construída nesse contexto. Isto é, “a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica (FREITAS, 2006, p. 21)”. Dessa maneira, por não ser um fator biológico, não é possível definir a existência de uma única infância, e sim deve-se trabalhar com a ideia de “infâncias” diversas.

Por ser uma construção cultural, cada sociedade, ou cada cultura, elabora a sua própria noção de infância, possibilitando, desse modo, que vários modelos de infância coexistam em um mesmo tempo histórico. Não obstante, por também ser uma construção histórica, o entendimento do que é infância é sempre alterado com o passar do tempo. A infância construída pela sociedade de três décadas atrás não é a mesma construída hoje. Dessa maneira, esses dois fatores principais orientam a construção social do conceito. A infância é, portanto, uma categoria que vive no espaço social (FREITAS, 2006).

Se pretendemos aprofundar os entendimentos acerca do conceito de infância, suas origens e seus limites, não podemos deixar de lançar mão de um dos autores pioneiros nesse campo de estudos. A obra de Ariès (1981) é uma das mais importantes para entender a origem do tema, ou seja, visa discutir a construção da infância na instituição da modernidade. Assim, para o autor, essa noção de infância que vai sendo remodelada ao longo do tempo é uma construção moderna. Somente a partir do final do século XVI e início do século XVII a infância começou a se desenvolver como campo de representação artística e de estudos (ARIÈS, 1981).

Só podemos conceber nossa atual concepção de infância, de acordo com Ariès (1981) se entendermos que a infância era inexistente nos séculos passados, e que a infância passa a ser vista e sua concepção vai se alterando ao longo do tempo. A criança que já foi compreendida como “[...] homens de tamanho reduzido (ARIÈS, 1981, p. 51)”, hoje já possui novas concepções desses sujeitos. Os desdobramentos de Ariès (1981) vão, portanto, muito além de apresentar o surgimento da infância enquanto categoria e área de estudos.

Desde então os estudos foram se consolidando e atualmente já é possível falar tanto em termos teóricos, quanto em termos metodológicos, em uma Sociologia da Infância, assim como também há uma Antropologia da Criança. Os primeiros escritos acerca da Sociologia da Infância partiam de uma base única, que era o fato de que os estudos sobre

crianças estavam sempre atrelados à família ou a escola, evocando assim a ideia da socialização. Essa abordagem da Sociologia da Infância, principalmente no que tange a questão da socialização, compreende que a criança representa o sujeito e o ator social de seu próprio projeto de socialização, assim como da infância (DIP, 2016).

Com a consolidação dessa área de estudos – a infância –, alguns pressupostos foram mudando, atualmente já se compreende que “[...] a infância não é uma mera passagem de tempo para a vida adulta. As crianças são atores sociais com pensamento crítico e reflexivo (DIP, 2016, p. 20).” Além de um novo olhar sobre a infância, há uma preocupação maior com os sujeitos dessa construção – as crianças –, que passam a receber uma atenção mais especial. A própria Sociologia da Infância entende a criança enquanto um sujeito de/na história, que é capaz de atribuir significados e dar sentido a própria cultura (DIP, 2016).

Para as definições aqui propostas, as crianças são atores sociais, o que significa que não são só receptores, mas também produtores, são agentes ativos que constroem suas experiências de cultura (CORSARO, 2011). Nessa perspectiva, a criança deve ser estudada enquanto sujeito que detém direitos, assim como qualquer outro sujeito que compoñha quaisquer culturas.

Para desenvolver pesquisas e estudos sobre a infância, alguns pressupostos devem ser tomados por esses pesquisadores ou escritores. O pressuposto principal é a contextualização dessa infância e, para tanto, os pesquisadores ou escritores que não reconhecem a constituição da infância dentro do discurso social e historicamente situados deixam de dar o devido peso ao tema (JAMES; PROUT, 2005). A infância situada social e historicamente aponta para a necessidade de falar em infâncias e não infância (JAMES; PROUT, 2005), justamente porque uma infância que existe num contexto social e histórico em determinado tempo não é a mesma construída em outro contexto ou tempo social e histórico.

A infância entendida a partir de uma abordagem construtivista varia segundo o contexto cultural e é constituída a partir de sujeitos, que são as crianças. Esses sujeitos da história estão usualmente tendo sua condição de existência subjugada por outros sujeitos, assim, é imprescindível a afirmação de que “uma criança não é um adulto em miniatura, assim

como sua mente não é a mente de um adulto em escala menor (VYGOTSKY, 1998, p.12)”. São sujeitos completos em si mesmos, sua existência é completa por si só, assim como sua mente, suas ações, relações e direitos.

Para tanto, se pretendemos estudar esses sujeitos que constituem a infância enquanto construção social precisamos compreender que a história da infância traz consigo uma necessidade de incluir e entender a comunidade, ou seja, o local ao qual esses sujeitos estão inseridos no contexto social (FARIA; DEMARTINI; PRADO, 2002). As crianças estão muito longe de serem sujeitos inocentes, ou adultos em miniaturas, são sujeitos que, assim como adultos, estão inseridos em contextos sociais, possuem pensamentos próprios, pertencem às classes sociais e estão envolvidas nos problemas da sociedade da qual fazem parte.

Lançando mão da noção de pertencimento da criança para com a sociedade, é preciso compreender que, assim como todos os outros indivíduos, há um vínculo entre a criança e a sociedade a qual ela pertence. Em outras palavras, isso tem a ver com o lugar que a criança ocupa nesse sistema de relações sociais (MARSIGLIA, 2011). Esse vínculo pode ser observado por meio da atividade da criança (MARSIGLIA, 2011), como, por exemplo, a prática do brincar¹² que pode servir enquanto forma de representação desse vínculo do sujeito com a sociedade.

A criança está para essa sociedade, ou as crianças estão para essa sociedade, de maneira diferente de outros grupos. Nesse sentido, há autores que caracterizam as crianças enquanto um grupo minoritário nessas sociedades, e enquanto grupo minoritário é em grande parte excluído do poder (JAMES; PROUT, 2005). Podemos pensar também, e deixo aqui como provocação para o decorrer desse trabalho, que esses grupos dominantes, ou os sujeitos que estão no poder inventam essa infância e essa criança para que lhe sirva a seus interesses.

Já sabemos, portanto, que a criança é um sujeito pertencente à sociedade assim como qualquer outro indivíduo, sabemos também que ela ocupa um lugar no sistema de relações sociais, pertence às classes sociais e está, conseqüentemente, diretamente inserida nos

¹²A noção de prática do brincar será aprofundada mais a frente neste capítulo.

problemas e desigualdades dessa sociedade. Também gostaria de apresentar a ideia de que as crianças, assim como as mulheres, negros e indígenas são segmentados como *outros* (FREITAS, 2006, p. 230). As crianças compõem um grupo social segmentado, pois, assim como outros grupos mencionados acima, não representam o grupo reconhecido como modelo padrão de nossa sociedade, ou seja, branco, europeu, pautado em preceitos conservadores de machismo, sexismo e homofobia, por exemplo. Não podemos, entretanto, confundir as violências que esses grupos sofrem (inseridos em contextos específicos na sociedade), com as crianças enquanto grupo dessas mesmas sociedades, pois são grupos sociais segmentados como outros, mas cada um deles possui sua particularidade, lutas e vivências próprias.

A criança enquanto sujeito pode ser observada há algum tempo em algumas esferas da sociedade brasileira, uma presença muito importante da criança é na literatura. Produções literárias no Brasil há muito já incorporaram as crianças em seus escritos, de uma forma ou de outra (FREITAS, 2006). Seja segmentando sua existência na sociedade ou criando pré-conceitos sobre a imagem do que é ser criança e o que representa o período da infância. A poesia, por exemplo, historicamente construiu a imagem da infância como uma vida sem conflitos (FREITAS, 2006), uma ideia romantizada de inocência, período que não compreende os chamados problemas da vida adulta. Entretanto, essa imagem descarta que esse período possui seus próprios conflitos e desafios.

O desafio a que me proponho durante esta pesquisa dissertativa é me distanciar dessas concepções que entendem a criança “de fora”, ou seja, essa infância construída pelos adultos; busco me aproximar, antes, de leituras e novas concepções que não definam a criança de fora, leituras que estabeleçam novos roteiros de significação do ser criança (FREITAS, 2006, p. 263). Por esse motivo, proponho um entendimento do que vou chamar de *invenção da infância*, justamente no que tange a pensar àqueles – pensadores, pesquisadores, sujeitos outros – que estão definindo o ser criança ou a infância enquanto construção social.

Ao entrar mais a fundo no desafio de tentar transcender o olhar de fora para com as crianças e a infância, um procedimento inicial é fundamental, deve-se, necessariamente, repensar o próprio rótulo de criança que criamos, o qual além de ser limitado, representa possibilidades perdidas (CANNELLA; VIRURU, 2004), tanto em termos

epistemológicos quanto em termos empíricos. Epistemológicos no que tange às devidas conceituações e definições propostas ao pensar essa “criança” como uma categoria de análise científica. Em termos empíricos, pois nos limita a pensar as crianças enquanto um grupo social tido como outro na vida social. Talvez seja mais apropriado entender esses sujeitos, segundo proponho, enquanto ‘sujeitos outros’ numa perspectiva de incorporação equiparada nas estruturais sociais das respectivas sociedades. Ou seja, ao invés da ideia de outros sujeitos que carregam consigo, majoritariamente, uma posição inferior ou marginalizada, a ideia de ‘sujeitos outros’ propõe a noção de diversos sujeitos equiparados socialmente na estrutura da sociedade.

O procedimento principal, que defendo como necessário, quando abordo sobre infância e/ou criança é um processo de autorreflexão sobre a posição de pesquisador enquanto sujeito inserido nessa sociedade. Uma autorreflexão que também deve ser feita em termos acadêmicos-científicos ao pensar na criação de caixas conceituas para rotular os sujeitos. Por exemplo, no caso deste trabalho, podemos pensar como nossas concepções sobre a infância “[...] servem como violência contra as crianças, uma espécie de violência epistêmica que limita as possibilidades humanas, liberdade e ações [...] (CANNELLA; VIRURU, 2004, p. 3, tradução nossa)”. Esses procedimentos evidenciam o desenvolvimento histórico dos estudos sobre a infância produzidos em vários lugares do mundo.

Chegamos agora a um questionamento fundamental, o que é ser criança? Esse questionamento não se dá somente no campo semântico, mas também enquanto uma questão acadêmica e de prática profissional (JAMES; PROUT, 2005). Isto é, essa pergunta nos leva a pensar a criança no campo semântico da própria palavra criança, sua origem, seus significados, mas também orienta um desenvolvimento acadêmico enquanto categoria analítica, ou “objeto de estudo”. Até por isso me proponho a trazer várias considerações acerca do tema da *criança*, *crianças*, *infância* ou *infâncias* para depois lançar mão da ideia de uma infância inventada. Por último, o questionamento proposto nos permite pensar sobre nossa prática profissional, principalmente no que tange a um trabalho de campo sobre um grupo ou comunidade específica, pois a própria infância do pesquisador é resultado de um processo socialmente construído, enquanto a infância da comunidade ou grupo estudado pode ser outra (ou, quem sabe, a questão da infância pode nem mesmo ser pensada enquanto categoria social).

Permito-me, pois, retomar a discussão sobre uma sociologia da infância, a fim de pensar a infância a partir de contribuições e análises sociológicas. Nessa perspectiva, a infância é apreendida enquanto uma variável de análise social interseccional, ou seja, não pode ser separada de classe, gênero ou etnia. Essas análises são imbricadas a todo tempo, e essas crianças são sujeitos ativos na construção de suas próprias vidas sociais (JAMES; PROUT, 2005).

As crianças são, portanto, sujeitos ativos, vinculados às sociedades, que estão segmentados como outros por essa mesma sociedade, como no caso da sociedade ocidental moderna, mas que não podem ser desvinculados de outras variáveis de análises sociais (classe, gênero, etnia, etc.). Mesmo nessa perspectiva elas, as crianças, são analisadas a partir do olhar de fora, mas possuem pensamentos próprios, ou seja, são sujeitos completos em si mesmos. As crianças são agentes ativos na fabricação de suas próprias histórias (QVORTRUP, 2005, p. 264) e devem ser tratadas como tal, principalmente por aqueles que se propõem a estudá-las tanto no campo semântico, ou das proposições teóricas, tanto quanto na prática profissional, ou seja, no desenvolvimento de estudos empíricos.

Podemos observar, portanto, que há vários olhares possíveis tanto sobre a criança quanto sobre a infância, ou as infâncias, e é aí que cabe voltar a algo dito mais acima. Um trabalho bem executado teoricamente e praticamente é aquele capaz de apresentar o maior número de perspectivas possíveis, e no caso do tema em questão essa afirmativa se torna ainda mais verdadeira. Pode-se partir do ponto, por exemplo, de que uma criança pode ser definida fisicamente, socialmente, culturalmente, historicamente, linguisticamente, politicamente (SOTO; SWADENER, 2005), entre outras possibilidades, e cada definição dessa apresenta uma infinidade de perspectivas diferentes que servem como modelos teóricos e práticos de uma pesquisa.

Os estudos acerca do que se pode chamar de sociologia da infância possuem um desenvolvimento histórico como, por exemplo, as concepções durkheimianas sobre infância que buscavam basicamente tentar compreender o papel das crianças dentro e para o funcionamento das instituições sociais. Nesse caso, as crianças são consideradas agentes sociais, mas ocupam uma posição de “passividade” muito maior. No decorrer de

estudos acadêmicos posteriores a criança passa a ocupar um papel de agente ativo nessa sociedade, como construtora de sua própria história. A ideia da criança enquanto um sujeito incompleto, uma tábula rasa, é completamente deixada de lado em prol de uma compreensão desse sujeito como completo em si mesmo, que produz cultura e participa ativamente da sociedade como um todo.

Ante ao que já foi discutido, a infância pode ser entendida como uma categoria construída socialmente que varia tanto em tempos históricos diferentes quanto em contextos culturais diversos, daí a importância de se falar em “infâncias”. A infância enquanto categoria social está em constante correlação com os diversos elementos que compõem a sociedade, assim como com o meio ambiente. Nessa perspectiva podemos dizer que “[...] para os sociólogos, a infância é uma categoria social definida pelos elementos estruturais da sociedade (SOTO; SWADENER, 2005, p. 45)”. Todas essas discussões que entendo aqui como referentes à sociologia da infância representam uma perspectiva para pensar o tema da infância como um todo. Entretanto o desenvolvimento metodológico do trabalho que proponho culmina na ideia da *invenção da infância*. Antes de problematizar esta ideia é imprescindível conhecermos a origem da ideia de invenção.

1.2 A NOÇÃO DE INVENÇÃO A PARTIR DO TRABALHO DE ROY WAGNER¹³

A proposição de uma invenção da infância surge a partir das discussões propostas na obra “A Invenção da Cultura”, escrita pelo antropólogo americano, falecido recentemente, que além de propor discussões mais simbólicas da antropologia, se dispôs a repensar a própria ideia do que é antropologia, do fazer antropológico, do ofício do antropólogo, e a problematização acerca do que é cultura – o objeto de estudo da antropologia. Cabe deixar claro que o autor citado não discute os temas da infância e/ou da criança em seus trabalhos acadêmicos. Todavia, a sua obra se torna aqui um elemento inspirador e um mote para se pensar, sob uma outra ótica, tais temas.

Dedico este tópico do trabalho às discussões que considero mais relevantes na obra citada do autor, com vistas a compreender suas ideias centrais. Após devidamente explicado o

¹³ Esse tópico inteiro tem por referência e inspiração a obra de Roy Wagner (2017).

que é a invenção da cultura podemos entender o que seria uma invenção da infância e seus desdobramentos para esse trabalho como um todo.

Um dos pontos de partida propostos pelo próprio autor é essa costumeira ideia da antropologia e da cultura de quererem controlar realidades vividas e experienciadas pelos antropólogos (WAGNER, 2017). E o que isso quer dizer? A necessidade de prever, ter o domínio ou tentar manipular o que acontece nessas realidades, o que é um problema, visto que realidades são incontroláveis. Essa realidade tanto deve ser considerada enquanto um fluxo dialético, que refuta, contrapõe e sintetiza, quanto um aprisionamento desse fluxo em manuais, ou pelo menos a tentativa (WAGNER, 2017). Talvez devêssemos pensar a infância também como um processo de fluxo dialético, com teses, antíteses e sínteses ao qual outros sujeitos, por exemplo, os adultos, tentam compreender por meio de manuais, ou caixas conceituais.

Wagner expõe nitidamente que tem por base um ponto de vista analítico que observa os fenômenos a partir de um “exterior” como uma perspectiva. A infância não deve ser olhada a partir do “exterior” no que tange a delimitação, conceituação ou compreensão do que é ser criança, ou o que é a infância. Mas percebe que o “exterior” proposto por Wagner é análogo a perspectiva aqui apresentada de compreender uma realidade por outro viés que não o das caixas conceituais e analíticas dominantes pré-estabelecidas, ou seja, “exterior” de uma certa construção hegemônica. Ambos, a invenção da infância aqui proposta e invenção da cultura de Wagner buscam, em certa medida, romper fronteiras ao propor novas lentes para enxergar uma realidade social historicamente construída. Se Wagner diz apresentar um ponto de vista diferente ao de outros antropólogos (WAGNER, 2017), o objetivo aqui é também apresentar um ponto de vista, ou uma perspectiva diferente, das usualmente utilizadas por pesquisadores que realizam seus trabalhos sobre a infância ou criança.

Já que estamos falando em invenção é preciso ressaltar que o uso do termo “invenção” que Wagner faz é “bem mais tradicional do que os contemporâneos estereótipos do tipo ‘raio-em-céu azul’ de homens das cavernas sortudos e descobertas acidentais (WAGNER, 2017, p. 19)”. Essa invenção se refere, portanto, aos símbolos que os indivíduos operam na construção de suas realidades sociais, nas suas relações sociais, nas suas vidas em sociedade.

Ainda que reflita ontologicamente sobre a antropologia, o papel do antropólogo e o fazer antropológico, R. Wagner faz questão de ressaltar que mesmo que analogias com os modelos filosóficos de “construção da realidade” possam ser feitas, seu trabalho não é filosófico e nem é filosofia (WAGNER, 2017).

Essas considerações permitem constatar que um dos objetivos principais propostos em “A Invenção da Cultura” é o mesmo proposto nesse trabalho, contudo, sob outras bases de referência: um processo de autorreflexão epistemológico sobre a infância ou o ser criança, e a problematização sobre quem define o que é infância ou o que é ser criança. Diferentemente, no caso de Wagner, a questão central é o pensar o que é antropologia, qual o papel do antropólogo. O autor chega à conclusão de que a antropologia, “[...] é em boa medida ‘sobre’ si mesma, a melhor questão seria: o que essa antropologia idealmente constituída produziria? (E a resposta é, evidentemente, ‘mais antropologia’.) (WAGNER, 2017, p. 23)”. No caso da infância podemos pensar também em um fluxo contrário: o que as sociedades idealmente constroem sobre a infância? Como essa sociedade idealmente constrói a infância? Tais perguntas norteiam o desenvolvimento desse trabalho, sendo que ao final do mesmo surgirão algumas respostas e em contrapartida suscitarão outras questões.

Retomando à noção de invenção proposta por Wagner (2017), sendo ligada a um processo de invenção, qual seria a definição possível para a antropologia? Wagner (2017) propõe que “a antropologia é o estudo do homem ‘como se’ houvesse cultura. Ela ganha vida por meio da invenção da cultura, tanto no sentido geral, como um conceito, quanto no sentido específico, mediante a invenção de culturas particulares (WAGNER, 2017, p. 38)”. Se a cultura ganha vida a partir da sua invenção, questiona-se se as culturas efetivamente existem. Sim, elas existem na medida em que são resultados da efetividade desse processo de invenção (WAGNER, 2017, p. 39).

Um antropólogo quando vai realizar um estudo ele primeiro denomina aquilo que vai estudar como “cultura”. Ou seja, ele inventa a partir de suas vivências e suas próprias invenções particulares, uma “cultura” que permite a ele lidar com suas próprias questões, repensar seus próprios símbolos, além de servir como ferramenta de auxílio para lidar com sua experiência e como controlá-la (WAGNER, 2017). Wagner ainda ressalta que à

medida que essa noção de cultura controla sua experiência, ela automaticamente passa a controlar a sua noção de cultura. Desse modo, o antropólogo inventa uma cultura para as pessoas e as pessoas inventam uma cultura para o antropólogo, uma relação dialógica de invenção.

O trabalho de campo é uma etapa fundamental do processo de invenção da cultura, pois ao estudar outros povos, ao ter contato com outras “culturas”, o antropólogo acaba experimentando sua própria cultura (WAGNER, 2017). A “cultura” do outro só é inventada a partir de sua própria cultura, e ao lidar com essa outra cultura inventada o pesquisador está revivendo, reinterpretando e compreendendo a sua própria. Um ponto chave é compreender como esse processo de invenção condiciona o trabalho tanto em termos empíricos, quanto no que tange às suas bases teórico-metodológicas.

Desse modo, o antropólogo precisa saber a todo tempo que estudo de cultura também é cultura, e estar atento a todo o momento ao uso do conceito de cultura, pois, em grande medida impomos nossas próprias concepções a outros povos (WAGNER, 2017), caindo, por vezes, em um ato de pesquisa etnocêntrico. A discussão acerca do processo de invenção da cultura está relacionada, portanto, às implicações em torno dos aspectos de criatividade e invenção pré-existentes nessas culturas estudadas.

Um ponto central de Roy Wagner nessa obra é pensar criticamente sobre a história da antropologia e o papel do antropólogo, e este seria aquela pessoa que sempre buscou pensar cultura para povos que não a pensavam. Daí surge o cerne da proposta de relacionar a abordagem de Wagner (sobre a ideia de invenção) com o que pretendo discutir neste trabalho, tratando da infância em especial: e se pudéssemos pensar que os estudos historicamente construídos sobre a infância estiveram o tempo todo pensando infância para quem não pensa nela? Ou ainda, para quem não constrói essa categorização analítica e conceitual? Vamos seguir aprofundando a ideia de invenção, desde agora sob esse novo termo.

1.3 A INVENÇÃO DA INFÂNCIA

Se a infância foi historicamente inventada por outros que a buscavam estudar, seja por adultos, por Estados, por sistemas, ou afins, é preciso destacar algumas noções dessas

invenções, ou suas produções exteriores, esse “olhar de fora”. Trarei algumas considerações sobre o que considero mais relevante tendo como ponto de partida algumas bases similares às construções das culturas propostas por Wagner.

A infância é inventada tanto em termos teóricos quanto em termos empíricos, o pesquisador factualmente se utiliza dessa categorização como orientação analítica da pesquisa e também como categoria de análise empírica. O fato é que essa categorização cria algum conceito de infância, mesmo que resultado da criatividade e invenção do pesquisador, como propõe Wagner.

Dizer que a infância é um processo de invenção, significa dizer que ela se apresenta como ferramentada, pois permite a criação de sujeitos, nesse caso, as crianças, e a sujeição a um lugar de inferioridade na estrutura social local e, também, numa estrutura global hegemônica. Entretanto, não obstante, essa categoria inventada, por uma sociedade ocidental moderna, por exemplo, limitada àqueles sujeitos que podem ser entendidos enquanto crianças. Ou seja, há uma predisposição à compreensão de que a criança branca, de classe considerada superior seja uma criança e outras crianças sob outras condições não. Nesse sentido, essa forma de operar ajuda a consolidar categorias atualmente aplicadas, ou seja, essa invenção se apoia em mecanismos de manutenção de uma estrutura racista, sexista, homofóbica, etc. De forma geral e resumida a infância enquanto invenção de uma sociedade ocidental moderna opera no âmbito de criação de caixas conceituais binárias erigidas sob fronteiras rígidas que precisam ser superadas.

Para tanto, a ideia de uma infância inventada é uma tentativa de compreender a partir de quais caixas essa invenção está sendo formulada, para, dessa maneira, ser capaz de superar as fronteiras e romper as caixas, respeitando os sujeitos – nesse caso as crianças – dentro de suas particularidades, reconhecendo e ouvindo suas próprias vozes, histórias e lutas.

A infância resulta, portanto, de um processo de invenção, mas qualquer categorização pressupõe sujeitos, que nesse caso são as crianças. As crianças nesse processo são criadas a partir de formas específicas de interpretar o mundo (CANNELLA; VIRURU, 2004), formas que variam de acordo com o “sujeito” inventivo, incluindo o pesquisador. Defendo, para tanto, a ideia de que esse sujeito inventivo pode ser um indivíduo, como

os adultos, por exemplo, entretanto, esse sujeito inventivo também pode ser um ente político e cultural que estrutura códigos que se afirmam por meio das instituições, como é o caso do Estado. As políticas imperialista e da modernidade também podem se apresentar enquanto “sujeitos” que inventam uma infância. Cada um dos citados acima se torna sujeito detentor do processo criativo de invenção de uma infância, e as crianças surgem assim como seres reprodutores do mundo segundo objetivos específicos.

A ideia de apontar para uma invenção da infância nada mais é do que uma tentativa de transgredir aquele “olhar de fora” habitualmente colocado sobre as crianças e a infância. Uma tentativa de pensar as vozes dessas crianças, ou seja, entender que elas falam, se expressam e contam sobre suas histórias e experiências, sabendo que elas constroem sua própria história, e são sujeitos detentores de fala assim como outros. Não é necessário que alguém fale por elas, que alguém diga o que elas são. Compreender a existência de uma infância inventada se baseia na necessidade de deixar que as crianças contem suas próprias histórias.

É preciso ressaltar o fato de que mesmo quando se busca escutar a voz das crianças e deixar que elas contem as suas próprias histórias, o trabalho se apresenta como uma interpretação, pois o processo de escrita não pode ser esquecido, a escrita sempre será do pesquisador, ou seja, será sempre uma forma de interpretar específica. Nesse sentido, “[...] é importante, porém, assinalar o que foi deixado de lado (CLIFFORD, 2002, p. 42)”, pois essa escrita representa uma interpretação do pesquisador sobre os dados coletados, ou informações obtidas.

Pretendo, portanto, trazer as crianças ao centro do trabalho, inserindo minha pesquisa numa perspectiva crítica sobre os meandros epistêmicos e epistemológicos que reverberam nas condições ontológicas do ser pesquisador e a escrita que ele desenvolve em sua pesquisa. Nesse sentido, um dos primeiros passos necessários é entender as crianças enquanto um desafio, ou até mesmo enquanto uma provocação à ordem social (QVORTRUP, 2005). Assim, devemos questionar se são essas crianças as mesmas daquelas inventadas pelos adultos, por exemplo.

Para transgredir o “olhar de fora”, na tentativa de pensar as vozes das crianças é necessário um processo análogo que busque recuperar a subjetividade dessas crianças

(QVORTRUP, 2005). Subjetividade essa que foi sendo perdida em invenções sobrepostas desse mundo ocidental moderno sob vista de ideias colonizadoras europeias que constroem um mundo próprio e o impõe a outras culturas retirando sistematicamente e historicamente a subjetividades de povos, nesse caso, a subjetividade das crianças enquanto grupo social.

Para chegar a essa subjetividade é preciso situar essas crianças em uma realidade, no caso do presente trabalho essas crianças vivem em uma comunidade histórica ribeirinha formada por pescadores, onde a infraestrutura de vida ainda é precária em diversos sentidos¹⁴, comunidade extremamente afetada pelo desastre-crime do rio Doce, conforme já abordamos na introdução deste trabalho. A subjetividade vem desse habitar das crianças, de suas histórias e vínculos com a comunidade em questão.

Estudar o mundo das crianças abrange uma diversidade muito grande, para tanto, deve-se almejar sempre a maior capacidade de reflexão possível, recuperando as subjetividades e identidades desses sujeitos. Identidades essas que são usualmente retiradas e construídas pelos agentes que inventam a infância; já as crianças, os sujeitos dessa categoria inventada, são subjugadas, sendo extraídas assim suas subjetividades e construção de identidades.

Parto do pressuposto, portanto, de que “as crianças têm muito a dizer não somente sobre seus passados, mas também sobre planos e ideias que têm para o futuro (QVORTRUP, 2005. p. 264, tradução nossa)”. Para isso, um ponto de partida fundamental é meu auto reconhecimento como sujeito e pesquisador, que ao pretender estudar determinada infância também estou inventando uma infância àquelas crianças a partir de minha própria invenção da infância.

É preciso compreender ademais o que se constitui praticamente enquanto uma infância inventada, seja qual for o sujeito do processo criativo de invenção. Uma visualização possível mais concreta dessa ideia é a infância inventada pelos adultos. Nesse caso é notável que:

¹⁴ Tal observação é feita por moradores locais, ou seja, não é uma afirmação externa do pesquisador.

A infância, a invenção dos adultos, reflete as necessidades adultas e os medos dos adultos tanto quanto significa a ausência da idade adulta. No decurso da história, as crianças foram glorificadas, patrocinadas, ignoradas ou desprezadas, dependendo dos pressupostos culturais dos adultos (WALTHER, 1979, p. 64 *apud* KEHILY, 2009, p. 36, tradução nossa).

O trabalho aqui empreendido pretende se inserir dentro do que considero uma corrente mais crítica que pensa a infância a partir de uma invenção. Para tanto, essas crianças que podem ser glorificadas, patrocinadas, desprezadas ou ignoradas, resultado daquilo que a autora citada chama de *pressupostos culturais dos adultos* (os quais permitem inventar essas infância), também podem ser enquadradas por outros sujeitos que não os adultos. A mídia, por exemplo, constrói infâncias, infâncias diferentes de acordo com pressupostos e, mais que isso, de acordo com objetivos distintos. A infância inventada pela mídia e pelo Estado é, comumente, em nossa sociedade, a da criança branca de classe média, que não é a mesma da inventada à criança negra de periferia, por exemplo. A infância inventada para meninos não é a mesma das meninas. Ou seja, assim diversas infâncias vão constantemente sendo inventadas por agentes diferentes, contextos diferentes e, principalmente, com objetivos diferentes.

Não obstante, ressalto a precaução que devemos ter de que é preciso pensar para além da infância enquanto categoria socialmente construída, que dessa maneira pode-se falar de infâncias em contextos sociais e históricos distintos. O que defendo é que devemos pensar em infâncias, mas em infâncias que não são só socialmente construídas, infâncias que são também inventadas por diferentes sujeitos, estando eles em um mesmo contexto social e histórico ou não. Isto é, buscar pensar a invenção da infância enquanto um processo mais complexo do que uma construção cultural, conforme já abordei mais acima.

A ideia de uma construção social da infância aponta para uma construção que ocorre de forma distinta em culturas diferentes ou tempos históricos diferentes. Já a ideia de uma invenção da infância vai além, pois analisa o porquê da infância inventada daquela maneira, não obstante à culturas diferentes, mas a sujeitos diferentes. Uma invenção da infância aponta para motivos e interesses que orientam esse processo inventivo que se torna ainda mais particular do que uma construção social, pois dentro de um mesmo contexto social, cultural, histórico e político, sujeitos distintos podem inventar infâncias distintas.

Nesse contexto é importante chamar a atenção para o fato de que a invenção da infância, aqui proposta, não representa uma ruptura com as ideias de construção social até então formuladas, apenas pretende ser uma ferramenta analítica que traga outra visão, nesse caso, que vá mais fundo nas origens dessas “infâncias” e seus surgimentos. Em certa medida, essa invenção da infância pode ser julgada como uma forma de dizer o óbvio, mas talvez esse seja o ponto. Nos preocupamos tanto em estabelecer análises rebuscadas da sociedade, suas relações, dogmas e paradigmas, que, por muitas vezes, nos esquecemos que dizer algo que, *a priori*, possa parecer óbvio, está presente nas origens de nosso trabalho enquanto cientistas sociais.

Entretanto, dizer que isso pode ser uma forma de dizer o óbvio não tira a importância de se pensar em uma infância inventada, apenas chama a atenção para o fato de que podemos partir do simples para alcançar algo mais complexo. Uma invenção da infância, para além de se colocar de vez nesse cenário de consolidação da infância na antropologia (COHN, 2019), assim como nas ciências sociais como um todo, se mostra inserida nisso que aqui denominei de corrente crítica para pensar a infância, indo além do que foi historicamente dito. É preciso pensar em mutiplicidades, é preciso tentar captar cada “infância” em particular. No caso do trabalho aqui em questão, é preciso saber que a comunidade de Povoação possui sua própria infância, e é ela que merece aqui ser dita, mesmo que estejamos restritos aos sujeitos que as inventam.

É fato datado historicamente que diversos estudos sociais se preocupam com as crianças enquanto grupo social, entretanto poucos são os estudos que se preocupam em pensar a infância sempre produzida em relação ao poder (KEHILY, 2009), ou seja, a órgãos e mecanismos que controlam a sociedade como um todo. E justamente esse poder que produz a infância é o mesmo que orienta as invenções da infância, já que as mesmas são inventadas, muitas vezes, em razão desse poder. Poder oriundo de instâncias diferentes, sendo os mais relevantes na compreensão em questão, o poder político desenvolvido pelo Estado, assim como o poder social que outros indivíduos, como por exemplo, os adultos, exercem sobre as crianças.

Essa infância construída ou inventada não pode ser entendida de forma universal, seu caráter de singularidade deve ser ressaltado a todo tempo, no caso do trabalho aqui em

questão a infância existente na comunidade ribeirinha de Povoação, como já ressaltai anteriormente. Cada povo possui sua construção de infância, indígenas, assim como quilombolas, comunidades pesqueiras, e até grandes centros urbanos, constroem suas infâncias particulares. E o único modo de conhecer qual é a infância de determinado contexto é indo lá, ou seja, entendendo um pouco mais de como se dão os processos de relações, construções, poder, entre outras coisas naquele determinado contexto.

A etnologia indígena, por exemplo, há muito tempo contribui para estudos sobre a infância, destacando diversas infâncias possíveis e revelando o que as crianças têm a dizer sobre o seu próprio mundo. Mais especificamente nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil a etnologia indígena começa a olhar mais para as crianças, começa a observá-las mais, ouvi-las mais e acompanhar suas atividades (COHN, 2013). Tais abordagens realizam, também, um processo de redimensionar o campo de estudos sobre a infância como um todo. Ou seja, para além de apenas contribuir com estudos antropológicos sobre a infância, elas influenciam diretamente tudo o que foi dito anteriormente sobre essa área de estudos, como por exemplo, ter de repensar os estudos sobre a infância voltados sempre a pensar às instituições (família, Estado, escola, etc.). As abordagens oriundas da etnologia indígena contribuem para pensar uma infância que é inventada, ou pensar a infância de forma mais crítica e menos genérica e exterior.

Os estudos de Ariès (1981), já mencionados aqui anteriormente, auxiliam nessa pontuação de que não se deve pressupor uma infância universal, esse fato é constatado com etnografias que apresentam outras infâncias diferentes da europeia ocidental e do modo como esta tem sido construída, por exemplo. A antropóloga Clarice Cohn desenvolve um trabalho com os povos Xikrin onde vai observar a infância lá existente. Cohn (2013) vai dizer que entre os povos do Xingu a concepção de infância está diretamente ligada às concepções de sentido e percepção, de aprendizagem e possibilidade de conhecer o mundo, de corporalidade. Durante seu trabalho de campo, ao questionar-se a si mesma e questioná-los sobre o que é uma criança a resposta era sempre algo vago. Até que um dia uma reposta de um velho chamou atenção por não ser vaga, mas a nossa vista contraditória, “[...] as crianças tudo sabem porque tudo veem e nada sabem porque são crianças.” (COHN, 2013, p. 225).

A etnologia indígena também vai mostrar que além da corporalidade como elemento fundamental de construção da infância, crianças indígenas também podem assumir um papel de mediadoras na sociedade, esse é o caso, por exemplo, do povo Maxakali de Minas Gerais. Para os Maxakali as crianças são mediadoras entre os mundos, as famílias e as pessoas. É por meio da criança que se estabelece a relação com o outro (COHN, 2013. p. 226).

Tais etnografias corroboram a ideia de que não podemos pensar em uma criança e uma infância universais, daí que a ideia de invenção da infância, aqui proposta, pode ter alguma valia interpretativa pois pressupõe um processo mais particular. Não obstante, devemos pensar também, conseqüentemente, se pressupor uma ideia de infância particular será sempre válida (COHN, 2013). Em contrapartida, Clarice Cohn (2013) vai atentar para o fato de que os antropólogos têm dificuldades de reconhecer essas outras infâncias, evidenciadas tanto na etnologia indígena, quanto nas pesquisas feitas em contextos escolares.

É notável a contribuição que a antropologia e seus estudos têm para compreendermos melhor outros modos de ser criança, mesmo que esses modos não sejam reconhecidos pelas políticas públicas, pela educação, pelo direito, entre outros. Uma das pretensões desse trabalho é contribuir para aprofundar as críticas aos estudos que limitam a capacidade ativa e expressiva das crianças como sujeitos, superando preconceitos que já nos impediram de vermos as crianças como sujeitos plenos e capazes, de vermos as crianças indígenas em suas especificidades, de vermos outras infâncias. Já impediu também que escutássemos as vozes das crianças e o que elas têm a dizer (COHN, 2013).

À essas crianças historicamente subjugadas foi negada a possibilidade de consolidar seu lugar na sociedade, construir suas relações. Usualmente ao longo da história as crianças foram reduzidas à passividade, a meros receptáculos dos papéis que deveriam desempenhar na sociedade. Na sociedade Tupinambá, por exemplo, as atividades das crianças eram uma mera imitação do mundo adulto (FERNANDES *apud* BUSS-SIMÃO, 2009), exemplo esse que evidencia a maneira como as crianças são inseridas em algumas sociedades ao longo da história.

Dizer que infâncias e crianças não são universais significa dizer, ainda, que elas se constituem de maneiras distintas de acordo com o contexto sociocultural ao qual estão inseridas. As crianças de Fiji, por exemplo, constroem seus conceitos relativos ao mundo social como uma inversão direta daqueles construídos pelos adultos (TORE, 2003 *apud* BUSS-SIMÃO, 2009). Esse trabalho com as crianças em Fiji é importante pois revela que as crianças explicitam outros aspectos da sociedade, portanto, “[...] a perspectiva das crianças é importante para a produção da etnologia de uma sociedade” (BUSS-SIMÃO, 2009. p. 7). As crianças constroem suas próprias perspectivas que são essencialmente instigantes para pensar diversos aspectos da sociedade, seja no âmbito das relações e sistemas sociais, seja no âmbito da criança com a sociedade onde vive, a relação sujeito-ambiente material e as experiências desses sujeitos no mundo.

Esses estudos marcam uma necessidade de repensar o processo de socialização¹⁵ – conforme apresentado pela sociologia clássica – e também a própria infância, ou que infância é essa. As crianças alertam para outro modo de aprender, de vivenciar, de experimentar, outro modo de construir uma realidade. Nesse sentido, é essencial dar um passo adiante e ser capaz de abordar as crianças e suas práticas em si mesmas, compreender essa fase da vida em seus contextos socioculturais (COHN, 2005). Se quisermos pensar as crianças num sistema de relações sociais devemos pensá-las enquanto atuantes na constituição dessas relações sociais.

Mas, afinal, o que esse mundo da infânica pode nos revelar? Estamos diante de um verdadeiro desafio. A antropóloga Margaret Mead já realizava, há tempos, pesquisas com crianças, e diante disso ela dizia que as crianças existem em toda parte, por isso devemos estudá-las relacionando suas experiências e vivências que são específicas para cada lugar, daí a necessidade de buscar entendê-las em seu contexto sociocultural.

A antropóloga realizou diversas pesquisas em Samoa, seja com crianças e adolescentes, seja com mulheres, comportamentos sexuais e afins. Os estudos de Mead nos ajudam a perceber como devemos inserir o objeto de análise dentro de seu contexto sociocultural. Em seu livro *Sexo e Temperamento*, por exemplo, Mead vai demonstrar como os

¹⁵ A ideia de socialização é aqui mencionada na perspectiva de uma linha interpretativa, muito forte anteriormente no campo da Sociologia, que compreendia a criança dentro de um sistema de relações, pensando-as sempre a partir de um exterior, por exemplo, das instituições para as crianças.

temperamentos categorizados enquanto femininos ou masculinos são construções sociais e não fatores biológicos, essa constatação se dá a partir de análises de contextos particulares. Mesmo que passíveis de críticas tais estudos servem para nos atentar à necessidade de análises particulares a partir de contextos socioculturais.

Já no que diz respeito às crianças e a infância, Mead (2001) observou que a passagem da infância para a adolescência em Samoa era suave e, diferentemente, dos Estados Unidos não estava perpassada por angústias emocionais ou psicológicas, ansiedade, entre outros. A autora discute, portanto, como a infância e a adolescência, e a passagem de uma para outra, é construída de forma completamente diferente em Samoa e nos Estados Unidos, reforçando a ideia já aqui apresentada de que não podemos falar em uma infância universal, e sim em infâncias construídas em contextos específicos, ou mesmo em infâncias inventadas por diferentes sujeitos.

Compreender essa infância construída e inventada é, antes de tudo, uma maneira de respeitar as crianças, uma forma de reconhecer que elas não são um “[...] adulto em miniatura (COHN, 2005. p. 20)”. As crianças são sujeitos próprios, sujeitos que não sabem menos, mas sabem outra coisa em relação aos adultos, por exemplo (COHN, 2005, p. 20). A sociedade usualmente caiu no erro de impor sempre uma visão adultocêntrica, fugir desse equívoco é somente mais um desafio. Pensar nessa visão adultocêntrica é importante, pois são sempre adultos pensando crianças, ou seja, há sempre um processo implícito de (subordinação e) invenção.

As crianças são sujeitos que elaboram sentidos para o mundo, que vivenciam o mundo, experienciam o mundo e compartilham suas experiências. A tendência usual é universalizar essa infância, ou esse ser criança, negando assim suas particularidades socioculturais (COHN, 2005). Assim, essas crianças precisam ser entendidas em seus contextos particulares, compreendendo seus processos de construção e/ou invenção, com a constante autoreflexão de que estamos em posição adultocêntrica, que fazemos constantemente nossas próprias invenções sobre a criança, seu mundo, suas vivências, suas práticas do brincar.

1.4 A CRIANÇA E A EXPERIÊNCIA DO BRINCAR

Essa infância inventada - sobre a qual problematizávamos anteriormente - é dotada de significações particulares, esses sujeitos – as crianças – possuem direitos, sejam eles os mesmos de outros sujeitos como, por exemplo, os adultos, ou direitos voltados mais às crianças em si, dentre eles pode-se destacar o direito ao brincar. Se as infâncias devem ser estudadas dentro de seus contextos socioculturais específicos, a prática do brincar não pode ser diferente, já que, nesse caso, estamos falando de experiências usufruídas pelas crianças.

Não considero que seja possível falarmos na experiência do brincar enquanto uma prática universal com diferentes manifestações. Podemos sim, conceituar a prática do brincar a partir de estudos realizados, como será sua análise no trabalho em questão, visto que as crianças da comunidade de Povoação que compõem esse estudo se utilizam dessa experiência do brincar. O brincar não é igual para todo mundo e talvez o brincar não exista para algumas culturas.

A prática do brincar está aqui sendo entendida enquanto uma forma de experienciar o mundo, uma forma de vivência e convivência. Para os objetivos aqui propostos discutirei a prática do brincar a partir dos sentidos de experiência e construção do lugar habitado pela criança, ou seja, não se limita a compreensão da prática do brincar em si mesma, mas sim enquanto uma atividade de produção social de sentido, uma forma de constituição de vínculos, uma construção da história ligada a um lugar, um mundo maior do que o da criança.

A brincadeira, a concretização da prática do brincar, resulta de processos sociais e varia em diferentes culturas. Cada cultura constrói e significa sua própria prática do brincar (KISHIMOTO, 1996). O brincar é uma atividade socialmente construída, que representa dinâmicas e o cotidiano de culturas, mas, ao mesmo tempo, é um ato livre e individual (KISHIMOTO, 1998). Ou seja, se a prática do brincar é uma experiência também socialmente construída, cada infância vai experienciar sua própria prática e construir vínculos e maneiras de vivenciar o lugar onde estão inseridas de maneiras diferentes.

A experiência do brincar que está sendo entendida aqui é uma atividade lúdica por excelência, de imaginação ou criação, assim como uma produção social. Parto do princípio de que essa experiência do brincar é “[...] o modo de ser da criança, e a brincadeira, sua maneira de experienciar-se e construir-se (MACHADO, 1998. p. 11).” A criança ao brincar está, portanto, construindo seu próprio “ser”, assim como está experienciando o mundo, está se relacionando, tal como uma forma de co-constituição entre esse sujeito e o lugar.

A prática do brincar das crianças é algo há muito tempo já estudado, não podemos falar da categoria brincar sem mencionar uma de suas contribuições clássicas enquanto atividade lúdica, na mesma medida em que as práticas do brincar podem representar experiências e vivências na construção de paisagens locais. Pensar as crianças permite analisar a prática do brincar enquanto um direito desses atores sociais, mas também enquanto um modelo de atividade lúdica (KISHIMOTO, 1998), e mesmo como experiências de paisagem do modo como entendemos, enquanto envolvimento com o lugar, as suas atividades, seus elementos, os objetos, as pessoas, entre outros.

A atividade lúdica é sempre resultado de uma criação humana, e nesse caso, representa espontaneidade e criatividade das crianças (SANTOS, 2003). Nas discussões aqui propostas focaliza-se a prática do brincar, um exemplo de atividade lúdica, desenvolvida principalmente pelas crianças e jovens. Para isso, deve-se dizer que o brincar representa toda atividade cultural que não se limita a uma relação simples com o real, sendo essa atividade sempre dotada de significações sociais (KISHIMOTO, 1998).

Conforme mencionado anteriormente, o brincar aqui é muito mais uma forma de experienciar esse mundo do que uma atividade lúdica. A prática do brincar é uma vivência da criança, um vínculo com o real, com o tangível, uma forma de habitar, de viver, mas também de imaginar, figurar e criar outras possibilidades de mundo, para além do diretamente real. Assim como propõe Marina Machado em *A Poética do Brincar*, aponto para a construção de uma poética particular, uma poética que pensa a criança e sua constituição a partir da experiência do brincar. Essa poética revela “[...] um mundo possível, um jeito de pensar a criança e a infância (MACHADO, 1998, p. 19).”

Esse jeito de pensar a criança e a infância se dá a partir da vivência lúdica, pois é a partir dela que a criança constrói a si mesma e constrói sua própria paisagem, ou seja, sua forma de habitar, experienciar o mundo. Longe de descartar a noção da prática do brincar enquanto atividade lúdica, de criação ou diversão, apenas chamo a atenção para uma outra forma de compreensão possível desse brincar, enquanto experiência vivida, ou ainda, relação íntima com a dimensão local.

Não pretendo também me deixar levar por uma construção meramente filosófica na forma de pensar essa poética do brincar. É necessário ir além, é preciso compreender essa experiência do brincar enquanto “[...] um modo de pensar, de ser e estar no mundo, convivendo com um limite e um espaço: em busca da experiência de brincar, criar e amar (MACHADO, 1998. p. 31-32).” A experiência do brincar para as crianças é uma forma desses sujeitos estarem no mundo, uma produção de sentido, um vínculo com o mundo ou algum lugar em específico.

Ou seja, essa experiência é, portanto, concomitantemente uma experiência concreta, porém dialógica, ou seja, pode-se “[...] além de conjugar materiais heterogêneos (pedra, areia, madeira e papel), [...] fazer construções sofisticadas da realidade” (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006, p. 170). Construir a realidade significa estabelecer vínculos com o mundo, a brincadeira, nessa perspectiva, se apresenta enquanto maneira da criança construir sua experiência de se relacionar com o mundo de forma ativa, com tomadas de decisões que moldam vivências e experiências (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006).

Mais uma vez as evidências apontam para a necessidade da não universalização da compreensão tanto da infância, quanto da experiência do brincar. Não estou certo, porém, de que também devemos particularizar demais ao nível de entender a partir do individual, mas sim, devemos contextualizar em níveis socioculturais, ou seja, a infância e a experiência do brincar enquanto construções comuns às crianças de uma mesma comunidade, ou um mesmo povo. Experiências, ideias, conceitos e categorias que vão se constituindo a partir da relação desses sujeitos com a comunidade, com outros sujeitos ali presentes, ou com o ambiente material de maneira direta.

A criança e a experiência do brincar aqui propostas representam uma forma de compreensão do mundo por meio da ação desse sujeito vivendo e agindo no mundo. Esse

sujeito, porém, não pode ser considerado como membro de alguma comunidade isolada, mas, sim, enquanto atores constituintes da sociedade (BENJAMIN, 1984), parte de um povo, e até parte de uma classe da qual provém. E cada classe social possui um sistema de significação cultural próprio, particular do seu grupo (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006). As crianças inseridas num mesmo contexto sociocultural não são todas iguais, elas possuem raça, cor, classe e afins, mas de certa maneira é possível identificar uma forma de experienciar, uma maneira de viver e construir essa realidade comum.

Afinal, o que essa ideia de experiência do brincar pode evocar? Quais são seus pressupostos? A experiência do brincar evoca esse ser criança no mundo, evoca suas vivências, suas relações, pressupõe “[...] a ideia de laço, relação, jogo, brincadeira, vínculo, pondo indivíduos em relação consigo mesmos, com os outros, com o mundo (FORTUNA, 2004, p. 48).” O brincar, dessa forma, constrói sentido na organização desse lugar habitado pela criança. O brincar possibilita, portanto, concomitantemente, a compreensão da experiência das crianças com a comunidade, o vivenciar, o estar presente, os vínculos e relações com o ambiente, com a história, com a comunidade de maneira geral.

Encerro a discussão sobre a criança e a experiência do brincar ressaltando a ideia de que tudo que foi acima dito, todos os autores, argumentos e ideias tiveram por objetivo traçar um caminho analítico de compreensão que culmina na experiência do brincar enquanto forma de construção do lugar, enquanto forma de habitar, viver e experienciar dessa criança. O brincar, muito mais que uma atividade lúdica, pode ser evocado como uma atividade de produção social de sentido, de constituição de vínculo com a história de um lugar, de construção de paisagens. A experiência do brincar, seja ela qual for, é, por essência, uma forma de “ser” e se relacionar com o mundo.

1.5 LOCALIZANDO A INFÂNCIA

Essa infância acima discutida que é socialmente construída, ou como aqui proposto, uma infância historicamente inventada, dotada de particularidades, que possui uma experiência do brincar própria, todas essas concepções, mesmo que estabelecidas a partir de realidades empíricas, são concebidas em um plano teórico. A fim de escapar de um excesso de teoria sem vinculação mais prática, e como forma de aplicar o que foi acima

proposto, é necessário, portanto, localizar essa infância, nesse sentido, a comunidade aqui em questão¹⁶, uma comunidade ribeirinha localizada na região Norte do Espírito Santo, constrói sua própria infância¹⁷.

Essa busca de vinculação prática da infância com um lugar é um processo necessário a partir do momento em que compreendemos que as crianças são parte de um grupo ou cultura e sempre são crianças em algum lugar. Ou seja, a dimensão de relação entre a infância e sua relação territorial associada a algum lugar é um pressuposto material da existência dessas “infâncias” (LOPES; VASCONCELLOS, 2006).

Localizar a infância pressupõe compreender que a mesma é constantemente entrelaçada a dimensões de espaço e tempo, que em suas medidas ajudam a construir, ou interferem no processo de invenção das diversas infâncias ou formas de ser criança. Há, portanto, uma ligação contínua entre uma infância vivida e o local onde ela é vivida, a dimensão da paisagem está relacionada a esse viver da infância. Nesse sentido, é preciso dizer que as relações entre os sujeitos e o lugar – nesse caso as crianças e a comunidade de Povoação – não são somente uma relação física, as relações estabelecidas possuem sentido e são mediadas por outros sujeitos que também ocupam esse lugar (LOPES; VASCONCELLOS, 2006).

O trabalho aqui apresentado e os posicionamentos apresentados partem ambos da pressuposição do reconhecimento de que as infâncias e a vida das crianças só se dão a partir dessas relações socioespaciais, porque estar em um lugar ou outro, numa sociedade ou outra, faz total diferença (LOPES; FERNANDES, 2018). Ao pensarmos em processos de invenção da infância e suas diversidades é preciso levar em consideração o espaço geográfico nesses processos. Localizar a infância, relacioná-la a uma realidade prática, vivida significa primeiro reconhecer a ligação que há entre paisagem e infância (LOPES; FERNANDES, 2018), segundo dizer como essa ligação se concretiza e desdobra na respectiva realidade, no caso, a comunidade de Povoação.

¹⁶ Nesse momento irei me ater a somente apresentar essa infância observada na comunidade. As características, apresentação geral, e peculiaridades da comunidade foram apresentadas em tópico particular na introdução desse trabalho.

¹⁷ Todos os dados aqui apresentados são resultados de coletas feitas a partir de trabalho de campo na respectiva comunidade.

A infância vivida e relatada por jovens e crianças da comunidade possui uma relação direta com uma construção da paisagem¹⁸ local, ou seja, a infância vivida só se estabelece se for levada em consideração a comunidade, seus espaços de lazer e diversão, e sua história como um todo. Por ser uma comunidade ribeirinha com pouca infraestrutura (conforme relatam os moradores locais), tal qual pode ser observada em cidades grandes e afins, a relação das crianças e jovens com o ambiente, com a comunidade, se estabelece de maneira diferente. A experiência do brincar se dá, geralmente, de maneira coletiva nas ruas da comunidade, algumas vezes no mar, no rio Doce.

Essa infância aqui mencionada se insere num contexto singular de ruptura, do desastre-crime no rio Doce, um evento de caráter complexo e multidimensional. Esse evento também se caracteriza por possuir uma relação local-global, de afetação na comunidade de uma barragem rompida em Minas Gerais, sob cuidados de empresas multinacionais. Tal fato demonstra um pouco da complexidade do assunto, em que esses sujeitos foram e estão sendo afetados por um crime ocorrido há cinco anos atrás.

O desastre-crime no rio Doce, alterou e altera, portanto, a construção da paisagem e cotidianos locais, modificando conseqüentemente a produção de uma infância local. O relato de uma menina ressalta que o desastre “certamente representa um pouco do meio ambiente que foi destruído, era onde a gente ia para brincar, tinha gente que trabalhava, hoje quase ninguém faz isso mais (MENINA, adolescente e moradora da comunidade)”. Ou seja, a infância local que possuía e ainda possui forte influência da experiência do brincar é alterada com o rompimento da barragem de rejeitos. Uma infância que se constitui a partir de uma interconectividade entre a própria infância, o desastre-crime e a experiência de paisagem por elas vividas, construídas e percebidas.

Uma infância que segundo relato das próprias crianças e adolescentes locais possui especificidades. As meninas, em sua maioria, relatam que desde pequenas realizam atividades domésticas no período em que não estão na escola. Relatam que estudam de tarde e acordam cedo, tendo que ajudar as mães em trabalhos domésticos, depois de fazerem o dever de casa (se tivessem) iam brincar. Já o período pós-escola era marcado por brincadeiras, tanto brincadeiras nas ruas, como queimada, jogar bola no campinho,

¹⁸ O conceito de paisagem será aprofundado em capítulo específico neste trabalho.

guerra de água, pique-cola, pique-esconde, e uma brincadeira local chamada de setemaes também é relatada pelos jovens. Como também brincadeiras em casa com bonecos, ursos e afins. Mesmo sendo uma comunidade localizada na foz do rio, o mar, por ser “perigoso” como as próprias crianças relatam, é bem menos falado. O surfe é uma experiência de brincar que foi poucas vezes mencionado pelas crianças e adolescentes da comunidade, embora uma delas, um menino, tenha dito que surfa desde criança.

É uma constatação o fato de que o processo de invenção da infância (processo que se elabora, também, via pesquisador), a partir do qual, nós, temos por base significações particulares, é dado de maneira em que as crianças são muito subjugadas, ou seja, tidas como inferiores, seres que precisam de muito cuidado e atenção, que não conseguem estabelecer conexões, formulações iguais aos adultos. Agora, quando realizamos um trabalho de campo que procura, em primeiro lugar, ouvir as crianças, escutar o que elas têm a dizer, vemos que nosso processo inventivo, na maioria das vezes, não condiz com a realidade observada.

As crianças e adolescentes da comunidade de Povoação relataram e construíram de maneira complexa diversas dinâmicas de funcionamento e relações estabelecidas na comunidade que se alteraram a partir do rompimento da barragem. Nesse sentido, segundo eles, o dinheiro passou a ser um fator determinante nas relações sociais da comunidade, que agora gira em torno dele. As crianças e adolescentes da comunidade observam mudanças em vários âmbitos, por eles definidos, como, por exemplo: brincadeiras, turismo, economia e cultura.

Algumas mudanças relativas às atividades das crianças no cotidiano da comunidade em aspecto comparativo sobre o antes e depois do desastre pode ser observado na **Tabela 2** abaixo apresentada. Tal tabela a partir das falas e relatos das crianças foi feita com fim de sintetizar e permitir análise comparativa das atividades das crianças antes e depois do desastre, a frequência delas e o local onde são desenvolvidas. Tal sistematização permite observar algumas mudanças no cotidiano das crianças oriundas do rompimento da barragem. Além de afetar o brincar enquanto atividade lúdica, é possível observar mudanças cotidianas que tem a ver com o viver dessas crianças, suas relações, maneiras de ser e estar.

Tabela 2. Comparação entre antes e depois do desastre sobre atividades do cotidiano das crianças

	ATIVIDADES	FREQUÊNCIA	LOCAL
	Jogar bola; jogar vôlei	Alguns dias na semana e todo final de semana	RIO DOCE
	Tomar banho de mar; jogar vôlei na areia	Final de semana	NO MAR
ANTES DO DESASTRE	Jogar bola	Direto (quase todo dia)	RUA (no campinho)
	Guerra de água; pique-cola; sete-mares; pique-esconde; polícia e ladrão; tacobol; queimada	Todo dia	RUA
	Assistir TV; brincar com brinquedos (bonecos(as), etc.	Todo dia	EM CASA
	Tomar banho	De vez em quando (o mar está ficando mais perigoso, por isso essa frequência também diminuiu)	NO MAR
	Tomar banho	De vez em quando (geralmente final de semana – insegurança relatada após o desastre; antigamente as crianças iam sozinhas, hoje vão geralmente acompanhadas dos pais)	RIO DOCE
APÓS O DESASTRE	Jogar vôlei	De vez em quando (sempre em finais de semana)	NO MAR
	Jogar bola	De vez em quando	RUA (no campinho)
	Jogar bola (essa atividade foi relatada somente por um menino que participou do grupo focal)	Quase todo dia	NA QUADRA (construída e inaugurada após o desastre)
	Surfar (essa atividade foi relatada somente por um menino que participou do grupo focal)	Quase todo dia	NO MAR
	Celular/ Internet	Direto (grande parte do dia)	EM CASA

Fonte: realização própria a partir dos dados coletados em trabalho de campo (transcrições e relatos das crianças coletados)

Tal tabela foi construída somente a partir das falas e relatos das próprias crianças e nos revela algumas observações importantes. O local das atividades tanto antes quanto depois do desastre são o rio Doce, o mar, a rua e a casa. Os destaques estão presentes na frequência de realização das atividades, assim como em atividades distintas observadas após o desastre. Antes do desastre as brincadeiras na rua ocorriam todo dia ou quase todo dia, o rio era frequentado alguns dias na semana e todo final de semana, o mar era frequentado nos finais de semana. Após o desastre o mar só aparece como uma atividade de “de vez em quando”, ou seja, nem todos os finais de semana. O rio que aparecia como alguns dias na semana e todo final de semana passa a ser somente de vez em quando, e geralmente aos finais de semana, isso se dá principalmente, segundo as crianças, por conta de uma questão de insegurança, antigamente as crianças iam sozinhas ao rio, hoje os pais controlam mais e elas só costumam ir acompanhadas dos pais ou responsáveis.

Em suma, a **Tabela 2** mostra, principalmente, que há uma diminuição nas atividades que envolvem tanto o rio quanto o mar, assim como atividades relativas ao uso, vivência e habitação de espaços públicos e atividades coletivas das crianças nas ruas (campinhos; praça; etc.). Há um crescimento notado e relatado pelas crianças no que tange ao uso do celular, internet e televisão, mais crianças e adolescentes da comunidade possuem mais celular, televisão e outros aparelhos eletrônicos a partir de uma maior circulação de dinheiro relatada após o rompimento da barragem e o recebimento por alguns do cartão de auxílio. Essa dinâmica de circulação e alteração da economia local afeta tanto atividades relativas ao cotidiano das crianças e da comunidade como um todo, como a estruturação, dinâmica e funcionamento de toda a comunidade.

Ou seja, de forma muito sintética, a infância da comunidade de Povoação se mostra extremamente ligada a experiência do brincar, relatada como uma atividade cotidiana, o que evidencia a relação de constituição mútua dessa infância com a comunidade e seu espaço, com o rio, e com a história local. Uma infância que se constitui sem contato direto com grandes centros urbanos, e ligação menos direta com meios digitais, redes sociais e internet. Alguns relatam que têm celular, mas os têm a pouco tempo, alguns têm a mais tempo, e alguns nunca tiveram. Alguns dizem que celular e internet é um veneno.

Uma infância com visão atenta para a comunidade, suas relações e suas dinâmicas como um todo, que afirma uma relação com o ambiente material local (o rio, o mar, entre outros) específica daquela comunidade. É um fato, portanto, que é preciso abandonar um universalismo e construir realidade locais, infâncias locais, é fato também que as crianças precisam ser ouvidas, pois tem muito a dizer sobre a realidade vivida, nesse caso, tem muito a dizer sobre a comunidade, sobre o desastre-crime do rio Doce, sobre seus efeitos e alterações, enfim, sobre quaisquer aspectos que desejamos observar.

Capítulo 2 - DESASTRE-CRIME NO RIO DOCE

“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

Karl Marx

O termo “desastre” vem usualmente sendo utilizado por diversos campos de estudo enquanto agenda importante de pesquisa, sobretudo desde que passamos a vivenciar as consequências socioambientais dos rompimentos das barragens de Mariana (em 2015) e Brumadinho (em 2019), ambos ocorridos no estado de Minas Gerais, mas com repercussões para outros estados da federação.

O “desastre”, entretanto, precisa também ser pensado para além de uma categoria sociológica, mas também como uma experiência real vivida – nesse caso aqui trabalhado pela comunidade de Povoação – a partir do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/Vale/BHP na bacia do rio Doce. Ou seja, para além de somente uma proposição analítica, o “desastre” precisa ser compreendido a partir de seus desdobramentos empíricos: políticos, sociais, emocionais, etc.

No presente capítulo, pretendo apresentar uma definição de “desastre” a partir de concepções das ciências sociais, contrapondo algumas conceituações conhecidas, como, por exemplo, as das ciências naturais, que consideram desastre em linhas gerais enquanto um ocorrido natural. Para tanto, primeiramente se faz necessário conceituar desastre a partir de uma perspectiva crítica, que inclui a problematização dos diversos fatores que o ocasionam, suas implicações e consequências. Será que os desastres são de ordem natural apenas? Essa é a pergunta crucial para um entendimento sociológico da categoria “desastre”.

Primeiro, é preciso discutir algumas noções de “desastre” a fim de construir uma definição final a partir da perspectiva aqui defendida. Ou seja, é preciso primeiro entender conceitualmente “desastre”, depois disso apresentar as particularidades do desastre-crime no rio Doce. Em relação ao primeiro ponto acerca da categoria “desastre”, alguns conceitos correlacionados precisam ser mencionados, o primeiro deles é a

vulnerabilidade, noção que auxilia na compreensão dos aspectos distributivos do desastre, que fazem com que algumas populações sejam mais afetadas, as dificuldades enfrentadas e a falta de medidas de reparação dos danos.

O segundo conceito correlacionado é a dimensão sociopolítica dos desastres que ajuda a compreender o fenômeno em toda sua complexidade, desde suas medidas de prevenção até as de mitigação, assim como o lado das emoções relacionados ao desastre, ou mais precisamente, aos efeitos emocionais-psicológicos que observamos na comunidade de Povoação, especialmente a partir das falas das crianças.

2.1 CONCEITUANDO DESASTRE(S)

O termo desastre já há algum tempo se apresenta enquanto uma agenda de estudo importante para diferentes áreas do conhecimento; assim cada área constrói sua própria concepção acerca do que pode ser entendido como “desastre”. O objetivo aqui é trazer à tona a perspectiva sociológica do desastre, para tanto se faz necessário apresentar algumas outras definições antes.

Numa primeira perspectiva busca-se explicar os desastres naturais a partir das concepções sociológicas. Dessa maneira, os desastres naturais tendem a ser considerados ao mesmo tempo enquanto fenômenos sociais e naturais (MATTEDI, 2017). Essa primeira concepção aqui abordada compreende os desastres enquanto eventos naturais que possuem impactos sociais (MATTEDI, 2017).

Pode-se também evidenciar um conceito mais técnico, visto que a Política Nacional de Defesa Civil (2000, p.6 *apud* GONÇALVES. et al, 2009, p.163) define desastre como sendo um “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. Sob essa perspectiva acrescenta-se também a noção de que esses desastres são responsáveis por uma ruptura da normalidade de várias comunidades, particularmente em áreas ribeirinhas (GONÇALVES. et al, 2009), como é o caso, por exemplo, do desastre do rio Doce que será explicado no decorrer desse trabalho.

Após a compreensão das definições preliminares, o ponto de reflexão do presente capítulo é a compreensão dessa categoria abrangente de estudo: o desastre. Dessa maneira, para as pretensões aqui apresentadas, tal categoria deve pressupor a compreensão de que os desastres não são fenômenos naturais, mas sim resultantes de relações sociais (MARCHEZINI, 2018). O “desastre” enquanto categoria de estudo exige o marco teórico de compreensão que esses processos são inerentes aos sistemas sociais e, portanto, são moldados pela estrutura social ao qual estão inseridas, tudo isso reflete seus processos de mudança e acontecimentos.

Para tanto, “desastres”, quaisquer que sejam, estão muito além de dimensões meramente naturais, e no campo de estudo aqui apresentado nunca serão tratados como um processo natural (MARCHEZINI, 2018). Portanto, partimos da concepção de desastre “enquanto um fenômeno social ou, mais precisamente, um evento de caráter disruptivo da estrutura ou sistema social” (VALENCIO, 2010, p. 749). Vale destacar também que as recorrências cada vez maiores dos desastres são oriundas de uma conjugação de fatores de naturezas distintas (SILVA, T. R. D. et al, 2018).

Dessa forma, diversos fatores aparecem, por exemplo, quando analisamos o contexto de rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana-MG no ano de 2015, os quais influenciam diretamente as ações do Estado frente ao ocorrido, visando a reparação dos danos e auxílios às pessoas atingidas. Nota-se uma incapacidade tanto de empresas, no caso específico do rio Doce, das empresas mineradoras, quanto do Estado em prestar devidos atendimentos e atender às necessidades das vítimas (MILANEZ; LOSEKANN, 2016), o que potencializa os efeitos dos desastres. É, portanto, impensável tratar o desastre fora de seus fatores econômicos e geopolíticos (MILANEZ; LOSEKANN, 2016) que engendram toda a complexidade àquele fenômeno.

Um fato ocorrido como um desastre evidencia o quanto as instituições estão defasadas e muitas vezes não são capazes de atender as demandas da sociedade em minimizar os efeitos dos problemas sociais. Não obstante, ainda é passível de observação certa negligência prévia e a omissão posterior ao mesmo que culminam na afetação em aspectos físicos, sociais e emocionais de toda a população atingida (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

2..2 INSERINDO O DESASTRE NUM CENÁRIO LOCAL-GLOBAL

Desastres socioambientais, como é o caso do que atingiu a bacia do rio Doce, por exemplo, são eventos complexos que possuem características de interconexões entre local, regional, nacional e global. O rompimento da barragem de rejeitos de minério é um desastre socioambiental inserido num contexto mais amplo de produção extrativista, ou seja, na lógica do sistema capitalista de desenvolvimento aliada a peculiaridades de um modelo neo-extrativista. A América Latina sofre historicamente com esse modelo produtivista que visa o lucro acima da vida e acima do meio ambiente. O Brasil entra nesse cenário ocupando uma posição ainda periférica nessa geopolítica transescalar.

Entender esse espectro mais amplo ajuda na inserção do desastre no rio Doce dentro de um cenário político, ideológico e econômico que não pode ser esquecido. Ou seja, o desastre dentro da lógica capitalista de produção, num país periférico – o Brasil – que despende grande parte de seu desenvolvimentismo a partir de um modelo neo-extrativista. Nesse sentido, é preciso dizer que a América Latina como um todo faz parte de uma nova ordem político-ideológica e econômica extremamente produtivista, que visa o lucro acima de tudo. Essa ordem se consolida com o modelo neo-extrativista de desenvolvimentismo acelerado, baseado na economia de *commodities*, que visa o crescimento econômico gerando grandes assimetrias e conflitos sociais, econômicos ambientais e políticos (SVAMPA, 2013). O objetivo aqui não é entrar a fundo nessa discussão, mas apenas situar o rompimento da barragem no rio Doce em 2015 dentro desse espectro mais amplo.

É evidente que as atividades referentes a exploração e exportação de matérias-primas não são uma novidade na América Latina, pelo contrário, estão presentes em toda sua história. Entretanto, nos últimos anos do século XX há um cenário de mudanças dessas atividades, num processo de maiores acumulações e expansão de megaprojetos (SVAMPA, 2013), dentre os quais os minerários, como é o caso, por exemplo, da barragem de rejeitos de minério da Samarco no rio Doce.

Essa visão mais produtivista do desenvolvimento está comumente pautada na lógica da desvalorização de territórios de povos tradicionais, inclusive, os quais são muitas vezes

considerados como apenas “áreas de sacrifício” em prol de um progresso seletivo. O processo de consolidação desse modelo de desenvolvimento neo-extrativista é baseado em padrões de acumulação extensivas sob base de superexplorações dos recursos naturais, muitos deles não-renováveis, assim como uma massiva e constante expansão de fronteiras para territórios antes considerados “improdutivos”. Ou seja, esse modelo funciona a partir de relações verticais que incidem diretamente sobre os territórios, destruindo economias locais e regionais, a biodiversidade, dando profundidade ao perigoso processo de apropriação de terras, que expulsa comunidades rurais, camponesas e indígenas, por exemplo. Esse modelo é baseado, portanto, em atividades tradicionais como, por exemplo, a extração de petróleo, a mineração, dentre outros (SVAMPA, 2013).

É notável também que historicamente a América Latina seja reconhecida pelo papel de exportador da natureza, ou pelo menos esse papel lhe foi imposto de maneira a tentar minimizar ou reduzir as enormes consequências ambientais e os efeitos socioeconômicos desses processos extrativistas devastadores. Pensar o desastre no rio Doce dentro desse espectro mais amplo é necessário pois se insere num processo de formulação de pensamentos e posições mais críticas sobre esse modelo de desenvolvimento extrativista hegemonicamente consolidado (SVAMPA, 2013).

Esse modelo ou essas atividades extrativistas se repetem em praticamente todo o mundo; na América Latina estão por todos os cantos e podem ser considerados como um “drama” social e ambiental devido as suas consequências nos locais em que estão presentes. Essas atividades vêm se intensificando e multiplicando a cada dia e gerando uma série de consequências com grandes impactos ambientais e sociais, como é o caso do rompimento da barragem de rejeitos de minério no rio Doce em 2015, assim como outros desastres que começam a se acumular (GUDYNAS, 2018).

É preciso lembrar, entretanto, que o tipo de impacto não é o fator central definidor dos extrativismos, na medida em que há outros modos de apropriação da natureza que possuem grandes impactos e não são extrativistas. Isso não exclui, todavia, a grande gama já conhecida de consequências negativas do extrativismo, entre elas a perda da biodiversidade, a contaminação dos solos, do ar e da água. Consequências diversas marcadas por extrativismos plurais, ou seja, além das atividades já muito faladas de

minério e petróleo, essas atividades se expandem, também, para setores como a pecuária e a agropecuária (GUDYNAS, 2018).

Diante de tudo que foi dito podemos apresentar uma breve definição da prática de extrativismo, que pode ser entendida como uma atividade de apropriação de recursos naturais em grandes volumes e intensidades, onde metade ou mais dos recursos obtidos são exportados como matérias-primas com baixíssimo ou nenhum tipo de processamento industrial (GUDYNAS, 2018). Essas práticas são realizadas de forma contínua, sem limites e espúrias, representam, portanto, um tipo de violência. Por isso é preciso dizer que:

Hay algunos extractivismos que son tan violentos que es necesario distinguirlo con una etiqueta específica: ‘extrahección’. Este nuevo término proviene del vocablo em latín, *extraher*, que quiere decir: ‘arrancar con violencia’. Por lo tanto, las extrahecciones aluden a los casos de extractivismos donde se violan los derechos de las personas y la naturaleza, en especial cuando ello se hace con violencia (GUDYNAS, 2018, p. 66).

O termo *extraheccion* apresentado e usado por Gudynas não possui tradução para o português, mas se mostra como uma chave analítica importante para pensar não somente o que são e representam as atividades extrativistas, mas pensar em suas consequências para sociedade, para as pessoas diretamente ou indiretamente relacionadas, para o meio ambiental afetado. Essa *extraheccion* pode gerar um rompimento de uma barragem controlada por empresas multinacionais em um estado do Brasil, e atingir uma ampla gama de pessoas e ambientes, chegando a uma comunidade ribeirinha localizada na foz do rio em outro estado do país. Ou seja, os desastres estão sempre cobertos por essas complexas relações entre o local, o extra-local e o global.

Precisamos lembrar também que as *extrahecciones* na América do Sul não são meros acidentes ou casos isolados, elas são uma condição necessário para implantação desse projeto, são prévias e frequentes com o objetivo de levar adiante grandes empreendimentos (GUDYNAS, 2018). A barragem de rejeitos de minério da empresa Samarco existente no rio Doce é só um exemplo desses grandes empreendimentos que se estabelecem.

As dimensões de tais atividades se tornam ainda mais perigosas e grandiosas na medida em que as políticas públicas se modificam para permitir os diversos extrativismos, isso gera consequências em todas as políticas e em todo o país. Os extrativismos representam a concretização desse processo desenvolvimentista do capitalismo, não à toa contém grandes tensões e contradições próprias e inerentes do sistema capitalista. Ou seja, são um modo de apropriação da natureza que devido a sua grande relevância no sistema econômico e seus profundos impactos são responsáveis por danos ambientais e sociais e ocasionam diversos tipos de conflitos (GUDYNAS, 2018).

É possível perceber, portanto, que o desastre-crime no rio Doce é representativo como um desses profundos impactos sociais e ambientais, é mais uma consequência desse modelo de desenvolvimento que visa o lucro acima de tudo, que sobrevive a partir de grandes e contínuos processos de acumulação, que não se preocupa com quem ou o quê está sendo atingido para que tal atividade seja realizada. Longe de ser um acidente, o rompimento no rio Doce representa mais um crime dessa violência como apropriação de recursos naturais.

Talvez seja necessário pensarmos numa perspectiva de redefinições de significados e práticas, tanto da economia, quanto das relações sociais que estabelecemos com a natureza. Quem sabe dessa maneira seja possível se pensar alternativas a esses processos de desenvolvimento e práticas ecológicas não sustentáveis e extremamente desiguais. Ao redor do mundo é possível notar a existência de movimentos históricos da vida econômica, cultura e biológica, é preciso, portanto, buscar transformar esses movimentos em uma virada de mais otimismo nos fatos dessas histórias sociais, culturais, econômicas e ecológicas (ESCOBAR, 2005).

2.3 O DESASTRE NO RIO DOCE

No final do ano de 2015, mais especificamente no dia 05 de novembro, ocorreu o rompimento da barragem de contenção de rejeitos – localizada no distrito de Bento Rodrigues, cidade de Mariana, estado de Minas Gerais – derivados da mineração realizada pela empresa Samarco Mineração S.A, Companhia Vale do Rio Doce e BHP Billiton, resultando na liberação de rejeitos de minério de ferro no ambiente, incidindo diretamente sobre a área da Bacia do Rio Doce e ecossistemas associados.

O rompimento dessa barragem enviou 62 milhões de metros cúbicos de lama no rio Doce, o que ocasionou a morte de 19 pessoas e levou, duas semanas após o rompimento, a onda de lama tóxica direto para o Oceano Atlântico, contaminando diversas cidades e praias ao longo do litoral do Brasil, tanto no sentido Norte como no Sul. Por isso, além de um desastre, o rompimento representa um crime e negligência da mineradora Samarco e suas parceiras Vale S.A. e a australiana BHP Billiton (CREADO; HELMREICH, 2018).

O rio Doce passa por diversas comunidades ribeirinhas, entre elas, Povoação, aquela localizada na foz do rio, pertencente ao município de Linhares. O rio para algumas comunidades ribeirinhas, como é o caso de Povoação, é um “espaço de memória e esquecimento, um local atual de luta e transformações futuras” (CREADO; HELMREICH, 2018, p. 37, tradução própria). Ou seja, a história da comunidade e de seus moradores não se constrói sem o rio, sem o mar, o desastre-crime por afetar tanto um quanto o outro, altera a vida das pessoas, representa uma ruptura e uma transformação na noção de passado, presente e futuro dessas comunidades.

Apesar de realidades distintas, tanto a comunidade de Regência¹⁹ quanto a de Povoação sofreram alguns impactos semelhantes, pois ambas são comunidades localizadas na foz do rio. Portanto há efeitos similares, como, por exemplo, entre as crianças afetadas na comunidade, sujeitos muitas vezes não vistos, mas tão afetados quanto todos os outros, uma alteração importante é referente ao lazer, as atividades de brincar das crianças, pois antes do desastre as crianças brincavam nas águas do rio, assim como pescadores pescavam no rio e no mar, surfista cortavam as ondas do mar (CREADO; HELMREICH, 2018).

Os rejeitos liberados pelo rompimento ao atingirem o rio Doce fazem com que o desastre tome outras dimensões, destruindo o rio, a fauna, a flora e qualquer possibilidade de existência de vida na área da Bacia. Assim, os impactos ultrapassam a esfera ambiental e atinge outras dimensões da vida social, o que o torna o maior desastre socioambiental da

¹⁹ A comunidade de Regência é aqui mencionada como exemplo por ser uma comunidade também localizada na foz do rio Doce, ainda que na chamada “fôz sul”, ou seja, do outro lado do rio em relação a Povoação. Sofre, portanto, também com grandes afetações e alterações oriundos do desastre-crime. Serve aqui como exemplo de análise comparativa em relação ao rompimento da barragem e seus desdobramentos.

história do país, e implica também pensar o mesmo enquanto um tipo de crise social (GEPPEDES, 2017) tendo em vista uma série de modificações na sociedade.

É importante lembrar que o desastre não está localizado só em 2015, o rio já vinha sofrendo muito, com assoreamento e outros problemas. O rompimento causou um dano permanente ao rio, à biodiversidade, às pessoas dentre tantas outras coisas. Ou seja, o desastre aconteceu, ainda acontece e acontecerá eternamente para animais, pessoas e todos os outros seres vivos e não vivos inseridos em tal contexto. Lidar com um desastre é lidar constantemente com incertezas.

Estudos realizados evidenciam diversas instâncias do desastre-crime, sejam elementos relacionados somente ao meio ambiente, quanto as afetações às pessoas e comunidades. Um desses estudos, realizado pelo Organon²⁰ (UFES), releva que entre as falas dos atingidos, algumas palavras aparecem em evidência como, por exemplo “o ‘peixe’, a ‘água’ o ‘rio’, mas também chama a atenção a presença importante de verbos tais como, ‘pescar’, ‘pescamos’, ‘queremos’, ‘precisamos’, ‘acabou’, ‘perdemos’, todos envolvendo um desejo e uma falta” (LOSEKANN; MAYORGA, 2018, p. 44). Tal resultado releva a importância tanto do rio e do mar e suas atividades relacionadas para a vida e vivência das comunidades atingidas e seus moradores. O estudo também mostra que a palavra “não” é uma das mais recorrentes, pois o desastre-crime representa uma mudança, uma alteração nos modos de vida e na relação das pessoas com a natureza (LOSEKANN; MAYORGA, 2018).

O mesmo estudo ainda traz de forma bem colocada a palavra “lazer” com relevância nesse contexto de análise dos discursos, isso evidencia que há uma modificação nas vivências das pessoas com relação ao rio, e com a natureza de forma geral (LOSEKANN; MAYORGA, 2018). Essa abordagem reforça a importância de se pensar sobre as percepções das crianças acerca do desastre-crime, objetivo do presente trabalho de mestrado, principalmente com relação às alterações no cotidiano e na paisagem a partir das práticas do brincar. Práticas estas que justamente se encontram no lazer com mar e com o rio principalmente. Tais evidências também começam a revelar que há uma

²⁰ Organon é o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilização Social, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Maiores informações disponíveis no site: <<http://organon.ufes.br/>>.

formação de um sentimento coletivo, um sofrimento vivido coletivamente que prioriza o “nós” ao invés do “eu” (LOSEKANN; MAYORGA, 2018).

O rompimento da barragem deve ser pensado, portanto, enquanto um evento que modifica toda a conjuntura social e extrapola os limites do conflito social, uma vez que se caracteriza enquanto um ocorrido devastador (GEPPEDES, 2017) que altera as dinâmicas da sociedade. Um evento que altera modos de vida, altera o cotidiano e as relações com o ambiente e a paisagem; afeta pescadores, mulheres e também as crianças, altera seu lazer, suas perspectivas de vida e futuro.

Algumas ações tomadas após o rompimento afetaram diretamente os moradores, como é o caso, por exemplo, dos pescadores que foram impedidos de pescar por conta de uma Ação Civil Pública²¹ proferida pela Justiça Federal de Linhares. Não obstante, muitas pessoas não tomam mais banho nem no rio, nem no mar, muitos surfistas não desfrutam mais do lazer. Toda a vida, história e cultura de diversas comunidades foi apagada, ou melhor, foi carregada junto com a lama.

O desastre que já é considerado um dos maiores do mundo em termos de abrangência e efeitos, altera a vida de muitas comunidades que viviam com e do rio Doce e, portanto, não deve ser considerado apenas como um evento único, e sim um conjunto de fatores que levam a esse evento (GEPPEDES, 2017). Desastres de forma mais ampla, e esse em especial, se efetivam num contexto de falta de participação dos atingidos nos diversos processos decisórios (GEPPEDES, 2017) que corrobora com uma violação de direitos humanos.

O desastre também evidencia a relação constituída entre o Estado e as empresas mineradoras responsáveis, nesse caso há omissão e negligência por parte de instâncias dos três poderes acerca da reparação às vítimas, mortes, violações dos direitos humanos, e a destruição de histórias de vida. Na comunidade de Povoação, por exemplo, observa-

²¹ No dia 17/02/2016 a Justiça Federal de Linhares proferiu uma Ação Civil Pública que proíbe a pesca da região de Barra do Riacho - Aracruz (ES) até Degredo/Ipiranguinha – Linhares (ES). Disponível em: <http://www.jfes.jus.br/noticias/2016/arq20160226165843_Justica_Federal_de_Linhares_proibe_pesca_e_m_trecho_do_Rio_Doce_26_02.htm>.

se uma alteração na história da comunidade, dos moradores e das relações com o rio, com o mar, com a comunidade de forma geral e com a ideia de futuro.

Observações feitas a partir do trabalho de campo que realizei em Povoação, assim como entrevistas com moradores, evidenciam que a comunidade tradicional de características singulares históricas começa a se alterar. Essa alteração se dá pela chegada de novos moradores que não eram da comunidade, por novas relações sociais que se reconfiguram a partir de uma nova movimentação financeira na comunidade com o recebimento do auxílio²². Ou seja, novas dinâmicas moldadas que alteram a história da comunidade, que já não desfruta do mesmo rio, da mesma relação, do mesmo mar.

Para tanto, diversos fatores aparecem nesse contexto do rompimento da barragem de rejeitos e influenciam diretamente as ações do Estado frente ao ocorrido, e, portanto, sua interação com as organizações da sociedade civil. Notou-se uma incapacidade tanto da empresa Samarco quanto do Estado em prestar devidos atendimentos e atender às necessidades das vítimas (LOSEKANN; MILANEZ, 2016) o que aumenta os impactos de tal desastre. É impossível pensar o desastre fora de seus fatores econômicos e geopolíticos (LOSEKANN; MILANEZ, 2016) que engendram toda a complexidade desse fenômeno gerado a partir do desastre. Indissociável justamente porque o “desastre” não é natural, e se é resultado de relações e ações humanas, pressupõe levar em consideração os fatores econômicos e geopolíticos que as orientam.

Falar sobre o Estado de forma geral é partir do princípio de que o mesmo é uma composição de diversas instituições que orientam a vida em sociedade. Um fato como o desastre-crime ocorrido evidencia que essas instituições estão defasadas e muitas vezes não são capazes de atender as demandas da sociedade em minimizar os efeitos dos problemas sociais. Não obstante, ainda é passível de observação certa negligência prévia ao rompimento e a omissão posterior ao mesmo que culminam na afetação em aspectos físicos, sociais e emocionais de toda a população atingida (LOSEKANN; MILANEZ, 2016).

²² A Samarco após o rompimento da barragem paga um auxílio a alguns moradores que foram afetados pelo desastre, principalmente no que tange a pesca ou o rio de maneira geral como fonte de subsistência. Ou seja, para muitos o auxílio é a forma de ainda viver e sobreviver na comunidade.

O rompimento da barragem representa, portanto, uma afetação em diferentes âmbitos para as comunidades, principalmente para as ribeirinhas nas quais o rio tem um sentido múltiplo de existência. Nesse sentido podemos “observar que as águas do rio Doce são formas de conhecer, ser, sentir e existir” (SILVA, 2018, p.22), há alterações, portanto, na forma de viver e existir dessa população. As alterações no cotidiano e na paisagem, por exemplo, as vezes são as primeiras sentidas e não-ditas, é o caso do aumento da quantidade de pessoas que ficam em casa (SILVA, 2018).

Assim podemos dizer que o desastre-crime no rio Doce é sentido e afeta as pessoas de diferentes maneiras, isso se dá por causa de vínculos, de emoções, de pertencimento, identidade, entre outras coisas que apontam para afetações tanto no nível pessoal quanto no nível coletivo. As crianças, suas práticas do brincar são um exemplo de uma dimensão afetada pelo rompimento, o estudo de Silva (2018)²³ mostra que logo após o desastre-crime as mães não deixavam mais os filhos tão livres na rua, por medo de que entrassem nas águas, por exemplo. Toda essa dinâmica aponta para, além de impactos diversos, o fato de que os indivíduos são afetados de maneiras distintas, ou grupos sociais sofrem diferentes impactos. Um dos desafios aqui apresentados é mostrar como tais consequências são sentidas e sofridas pelas crianças e a partir delas mesmas.

Dessa maneira, o rompimento da barragem de rejeitos não é um desastre como qualquer outro, os efeitos são imensuráveis para o ambiente e para as diversas pessoas e comunidades afetadas. Por todos os efeitos, pelas 19 mortes pelas quais nunca ninguém foi responsabilizado, pela comprovada irresponsabilidade de permitir que o rompimento acontecesse, as populações atingidas, se utilizam comumente da palavra *crime* para classificar o ocorrido. Uma das mais importantes organizações da sociedade civil na luta contra o desastre, o Fórum em Defesa da Bacia do Rio Doce²⁴ é um dos expoentes dessa nomeação enquanto crime. Diversos estudos apontam a mineradora responsável como

²³ O estudo desenvolvido por Silva (2018) teve como recorte empírico o desastre-crime no rio Doce, mais especificamente na localidade de Regência.

²⁴ O Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio Doce, criado onze dias após o rompimento da barragem, ou seja, no dia 16 de novembro de 2015, surgiu em uma assembleia que reuniu 72 entidades em defesa da bacia do Rio Doce, com o propósito de criar e manter uma mobilização permanente e atuar enquanto um espaço plural, democrático e de luta pela vida, pela água e pela terra. Entre essas 72 entidades estão reunidas diversas organizações da sociedade civil, como, por exemplo, Associações, Pastorais, Movimentos, Conselhos, Centros, Sindicatos, ONGs, Núcleos e outros Fóruns.

tendo conhecimento prévio da possibilidade de a barragem romper a qualquer momento, assim como a morte de várias pessoas.

2.4 A CRIANÇA E O DESASTRE

O desastre-crime do rio Doce afetou, portanto, todas as pessoas que viviam em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e até mesmo em cidades, entretanto cada comunidade, a partir das suas especificidades, e os diferentes grupos sociais ou indivíduos dentro dessas comunidades, passaram a experienciar o desastre de maneira diferente, dentre estes, as crianças. Estas são afetadas e experienciam o desastre-crime de modo singular, desde suas vidas em comunidade às práticas locais e realidades vividas, como as atividades de brincar, por exemplo.

Como já foi dito anteriormente, o “desastre” enquanto categoria sociológica aqui utilizada será sempre um fenômeno social que altera a conjuntura e tessitura social da sociedade a qual atinge. “Desastres” são, portanto, oriundos de ações humanas, relações entre as próprias pessoas e entre estas e a natureza. Não obstante, são moldados pela estrutura social na qual estão inseridas, que refletem em seus processos de mudança e acontecimentos. Há, entretanto, um viés de compreensão dos desastres enquanto “naturais”, como já foi mencionado acima, não quero aqui analisá-lo a fundo, entretanto, sua utilização auxilia na compreensão de como “desastres” afetam as crianças, nesse sentido, o desastre-crime afeta tanto quanto o que é chamado de “desastre natural”.

A sociologia dos desastres, apesar de produzir estudos e matérias sobre crianças e desastres, também não despente um foco central de atenção sobre o tema, mesmo as crianças sendo consideradas como população vulnerável, conceito fundamental para a compreensão de tais estudos.

Portanto, se aqui é pretendido entender o desastre no rio Doce e suas afetações no cotidiano e na paisagem da comunidade de Povoação a partir da perspectiva das crianças, é preciso, em primeiro lugar, permitir estudar as crianças a partir de suas próprias vozes e não sobre o que outros sujeitos dizem sobre elas, como os adultos, por exemplo. Esse processo é uma forma de superar as concepções clássicas consolidadas sobre estudos da infância (PAVAN, 2009).

As crianças são, de forma geral, um grupo social que apresenta vulnerabilidade especial frente à situação de desastres. Isso se dá primeiro por causa de certa “fragilidade física” decorrente do processo de crescimento biológico natural, e segundo porque o desastre se apresenta como uma situação inédita para a maioria delas, dentre as quais as crianças de Povoação, podendo haver muitos medos, traumas e gerar angústias (PAVAN, 2009).

É por conta desses e outros fatores que as crianças precisam, necessariamente, estar presentes nos planos de soluções dos problemas sociais e ambientais da sociedade como um todo, pois fazendo isso e as devidas preparações, em qualquer outra situação de risco elas podem conseguir se proteger mais e evitar que tais traumas, angústias e medos os afetem tanto. Essa é uma das maneiras de minimizar ou evitar os danos humanos decorrentes de desastres (PAVAN, 2009).

Nesse modelo de análise, dos “desastres naturais”, as crianças podem ser afetadas de diferentes maneiras, seja fisicamente, seja psicologicamente, assim como impactos na educação infantil (KOUSKY, 2016). No caso do desastre-crime do rio Doce é importante ressaltar também os impactos psicológicos sobre as crianças, assim como os impactos físicos, observados a partir de conversas e outros métodos de coleta de dados com as crianças e adolescentes da comunidade. É preciso lembrar que as crianças transformam, selecionam e criam suas percepções e representações do mundo a partir das experiências vividas (PAVAN, 2009).

Antes de aprofundar um pouco mais sobre os aspectos psicológicos, devemos ressaltar que no caso especificamente do rompimento no rio Doce há impactos físicos, sejam eles imediatos ou a longo prazo. Esses impactos se configuram, pois, o rio foi e continua contaminado até hoje com alta concentração de diversos metais que são extremamente nocivos à saúde humana. Algumas crianças – e adultos também – já apresentam problemas de pele decorrentes do contato com a água contaminada (informações obtidas em campo por meio das entrevistas e conversas com moradores). No entanto, o que mais preocupa a população são os impactos futuros, como o medo de que as crianças possam desenvolver doenças (câncer, por exemplo, é citado pelos responsáveis das crianças e moradores mais antigos da comunidade) a longo prazo decorrente de uma contaminação oriunda da água do rio.

Já no caso dos impactos emocionais sobre as crianças primeiramente é preciso ressaltar a ideia de que comparado com os adultos as crianças são mais vulneráveis ou possuem necessidades diferentes após o desastre. As crianças precisam de outras pessoas, os adultos, por exemplo, num momento posterior ao desastre (KOUSKY, 2016). Entretanto isso não leva a um universalismo, ou seja, diferentes crianças em situação distintas não vão responder da mesma maneira ao desastre, isso se dá por fatores diversos, como, por exemplo, condições socioeconômicas, instituições locais, estrutura social da sociedade em específico, assim como respectivas realidades políticas e sociais locais (KOUSKY, 2016).

Ainda na ideia de que crianças distintas em contextos distintos reagem de maneiras diferentes, podemos citar, por exemplo, a reação das crianças no contexto do desastre do Césio 137, que ocorreu em Goiânia no ano de 1987. Neste caso, é possível notar uma invisibilidade por parte dos jovens e uma não aceitação em serem indivíduos que narram o acontecido. Ou seja, é preciso pensar que também há um silêncio e uma procura por invisibilidade enquanto vítima por parte de jovens e crianças (SILVA, 2017).

O caso do Césio 137, assim como o rompimento da barragem de rejeitos no rio Doce, pode ser considerado enquanto um desastre pois “[...] rompeu as ordens sociais, culturais, políticas e econômicas, provocando a ruptura e descontinuidade do cotidiano das pessoas atingidas.” (SILVA, 2017, p. 21). Um desastre que também atinge uma grande população, afetando homens, mulheres, idosos, crianças, entre outros. Mas em ambos os casos – o Césio e a barragem – as crianças podem fornecer outra perspectiva, ou podem demonstrar afetações diferentes das demais observadas na população. Também em ambos os casos é possível observar crianças que sofreram o desastre quando ainda eram pequenas e tiveram que crescer com ele, com as consequências dele, o que pode evocar experiências de vida singulares, como é possível observar nessa entrevista realizada por Silva (2017) com um menino que viveu o desastre do Césio quando era bem pequeno.

É a minha vida que sempre foi isso. É, costumo dizer que é um fantasma. Eu cresci com o desastre. Porque não no sentido psicológico, mas em todos os sentidos. Porque eu tinha sete meses. Então isso, é aquela história da identidade. Isso veio comigo, sabe? É como se eu tivesse nascido com isso. Entendeu? É como se fosse um fio de cabelo,

meu. Não. O cabelo cai. É como se fosse um braço, um dedo. Tá comigo, desde os sete meses tá comigo e vai morrer comigo. (SILVA, 2017, p. 23).

No caso das crianças de Povoação que sofreram com o rompimento da barragem, também é possível observar casos em que quando aconteceu o desastre elas eram pequenas e foram crescendo nesse cenário de pós-desastre. Ou seja, toda sua identidade, história de vida e pertencimento é forjada com o desastre intrinsecamente presente, provavelmente até o final de sua vida. Se para alguns (crianças de Goiânia) é a narrativa de sofrimento e de discriminação trazidas pelos parentes que leva à recusa da fala sobre o desastre, para outros, são as próprias experiências infantis que forjam o silêncio no presente. O desastre afeta, portanto, as crianças também no que tange as suas próprias construções e formações enquanto indivíduos dessa comunidade (ou sociedade); as relações com o ambiente e as pessoas são moldadas por essa sombra constante do acontecido.

No caso do Césio, por exemplo, essas experiências infantis que vão se constituindo com o sofrimento constroem uma dor que não se esquece, e o silêncio buscado por jovens é muitas vezes uma forma de resistência a esse sofrimento e violência gerados para continuar suas vidas (SILVA, 2017).

Nesse contexto de desastre e afetação às crianças e jovens é preciso ressaltar que as experiências vividas são representadas sob a ótica do risco constante que algumas populações vivem. Risco esse que está longe de ser democrático, e que assim como um pensamento antropológico, é sempre uma escolha política baseada num sistema desigual onde as instituições sociais orientam os riscos (SILVA, 1998).

De forma objetiva, portanto, um desastre pode causar diversos estresses e traumas para as crianças, assim como os diversos impactos variam em muitas dimensões, desde dimensões cognitivas, realidades socioeconômicas, e relações sociais de forma geral. Todos esses impactos e fatores estão sendo pensados em um contexto de “desastre natural” que não é o caso desse trabalho, mas há impactos similares ou equivalente para o desastre-crime aqui em questão. Entretanto chegamos, conseqüentemente, a uma conclusão importante de que as respostas ou os impactos variam de acordo com o tipo de desastre, o país, a comunidade, a família e também o indivíduo (KOUSKY, 2016). Ou

seja, uma experiência coletiva que é experienciada e vivida de diferentes maneiras pelas pessoas.

Para além de estudos oriundos dos impactos chamados por alguns autores de “desastres naturais”, podemos trazer à tona estudos que avaliam os impactos e percepções das crianças em um contexto específico da Amazônia, por exemplo. Dutra e Higuchi (2018) vão desenvolver um estudo que parte da percepção ambiental das crianças, no contexto específico da Lagoa da Francesa na Amazônia, e como se dão as respectivas significações atribuídas. Nesse estudo as autoras trabalham com a categoria de “percepção ambiental” que seria, segundo elas, a relação entre comportamento social e realidade física, ou seja, as relações entre ser humano e ambiente natural e construído, por meio do uso cotidiano do espaço (DUTRA; HIGUCHI, 2018). Nesse contexto de percepção ambiental é evidenciado a apropriação da criança, seus usos e significações num contexto de ecossistema amazônico urbano (DUTRA; HIGUCHI, 2018). Para além de evocar as crianças, o estudo aponta à relação delas com a comunidade, o ambiente, o espaço, o que me ajuda a pensar as crianças da comunidade de Povoação no contexto do rompimento da barragem.

As crianças possuem papel ativo em ambos os estudos – tanto das autoras quanto o que proponho – pois concebe-se a ideia da criança enquanto um ser ativo no mundo e suas significações criadas a partir da experiência vivida. Essas crianças que são vulneráveis às mazelas socioambientais percebem, reagem e representam de forma distinta o seu entorno, dessa maneira um mesmo lugar é percebido a partir de perspectivas distintas (DUTRA; HIGUCHI, 2018).

O estudo demonstra que as crianças e suas percepções retratam aspectos do cotidiano e de certa forma avaliam uma realidade baseada em um sofrimento e uma vontade de transformar esse ambiente (DUTRA; HIGUCHI, 2018). Talvez no caso do desastre-crime para as crianças de Povoação não seja possível estabelecer as mesmas vontades ou consequências, até porque devido a acontecimentos e experiências específicas da comunidade há uma desilusão, há uma insegurança quanto ao futuro, o que denota um tipo de sofrimento que revela os aspectos emocionais do desastre-crime, assim como em todos os outros impactos sobre as crianças e sobre a comunidade de maneira geral.

O próprio título desse trabalho, uma frase de uma menina de 12 anos da comunidade, diz: “Isso é algo que não era para ter acontecido”, representa que as crianças sentem e percebem o desastre a partir de suas próprias perspectivas e relatam que o que ocorreu afetou muito a comunidade, e como a própria fala diz *não é certo*, por isso não era para ter acontecido. Uma outra menina diz que “[...] antigamente tinha muita pesca, tipo você via direto vendendo peixe, e hoje tem muito pouco. Minha tia, meu tio e meu primo eles pescam, eles não vão mais porque falaram que tipo peixe está poluído, e uns dias atrás desse minha mãe comeu um peixe desse, aí ela começou a passar mal, agora tá com medo de comer peixe”. Essa frase mostra que as crianças conseguem perceber como o desastre mudou o cotidiano da comunidade, nesse caso, em especial como alterou a vida das pessoas que tinham como atividade de subsistência a pesca. A fala ainda mostra, mesmo que não seja uma afetação e percepção pessoal, como os peixes do rio podem fazer mal as pessoas que os consomem, ou seja, a rotina diária de alimentação das pessoas também foi afetada.

Um menino, também nascido na comunidade, relata que “[...] a lama foi tomando conta do rio, não tinha como mais tomar banho no rio, divertir na água e tomar água também”. Nessa fala é possível observar tanto uma vivência de um desastre que venho chegando, foi tomando conta aos poucos e afetando diversas coisas: o rio e com isso o lazer e atividade de tomar banho no rio, realizada desde pequenos pelas crianças; afeta também a saúde da comunidade na medida em que não se pode mais consumir esta água.

Quanto ao futuro acima mencionado, as crianças trazem algumas perspectivas particulares, uma menina diz que “Povoação ela tem uma chance de voltar ao seu normal, mas se continuar do jeito que tá, ninguém concordando, todo mundo destruindo [...]”. Ou seja, ela até acredita que a comunidade teria uma chance de voltar ao seu normal, mas o desastre causou muitas disputas e problemas de relações internos a comunidade, assim as pessoas não conseguem mais “concordar” e vivem de maneira a não buscar uma efetiva preservação do rio, segundo fala da própria menina.

Já outra menina diz: “Não, acho que não porque o negócio do jornal que eu vi que fizeram lá em Regência²⁵ que o rio tá pior do que antes”. Realmente não há uma certeza quanto

²⁵ Ela se referiu a estudos sobre a qualidade da água e presença de metais nocivos à saúde feito na comunidade de Regência que foram divulgados em diversos meios de comunicação.

ao futuro da comunidade, as falas das crianças demonstram como elas percebem o desastre e como isso afeta toda a noção ou ideia de futuro, tanto delas enquanto indivíduos dessa comunidade, como da comunidade como um todo.

Cada criança encara e lida com as consequências de um desastre de maneira diferente, mas há algumas maneiras que costumam ajudar na compreensão e superação dos traumas, que são refletir, discutir e dimensionar, os desastres, seus riscos e perigos. Uma ferramenta que pode auxiliar nesse processo é o desenvolvimento de atividades lúdicas e recreativas, como, por exemplo, a proposta de desenhos. A coleta de relatos orais é uma ferramenta já consolidada na sociologia e antropologia, entretanto, no caso das crianças, o desenho é um instrumento eficiente tanto para complementar os relatos, quanto para corroborá-los (PAVAN, 2009).

O desenho é uma ferramenta muito importante pois além de revelar imagens criadas mentalmente pelas crianças é uma atividade lúdica (e por vezes até mesmo terapêutica) que faz refletir sobre o desastre, seus medos e perdas consequentes. No momento do desenho as crianças resgatam memórias e histórias de vida, resgatam medos, preocupações, sofrimentos, os desenhos são uma forma de representação dessa realidade (PAVAN, 2009).

Os desastres de maneira geral fazem emergir uma série de preocupações que precisam ser refletidas e debatidas pela sociedade, uma interpretação sociológica dos desenhos pode contribuir na tentativa de compreensão de algumas vivências, representações e relações entre os sujeitos e o meio ambiente material (PAVAN, 2009).

Vale destacar aqui, conforme mencionado na introdução deste trabalho, que foi realizada uma oficina de desenho em Povoação, na escola da comunidade no dia 1 de novembro de 2019 e contou com a participação de 16 alunos. Nessa oficina os alunos produziram desenhos e textos apresentando o rio Doce e o mar, não houve nenhuma orientação por parte do pesquisador durante a oficina quanto a um antes e depois do desastre. Essa produção dos alunos é um material de base importante para buscar compreender melhor como as crianças sentem, pensam, enxergam e representam o rio Doce, o mar, e o desastre como um todo.

Figura 3. Desenho de menina de 13 anos representando o rio Doce antes e depois do desastre



Fonte: Desenho feito na oficina de desenho realizada no dia 01/11/2019

No respectivo desenho a menina representou, em sua perspectiva, como o rio era antes do desastre e como ele é depois do desastre. Vários elementos simbólicos revelam como o rio mudou após o rompimento, a começar pela cor que antes foi representada como azul e agora como marrom. Os peixes antes só tinham o contorno preto, depois são todos pretos, ou seja, eles também mudaram de alguma maneira. Um dos elementos mais significativos que representam afetações negativas para as crianças – ou para essa menina – é o sol. O sol que antes era de cor radiante e feliz, hoje possui cor mais sombria e chora. As aves não voam mais no céu, o coração não é mais vermelho. O desenho demonstra um pouco da perspectiva das crianças de como o desastre afetou a paisagem da comunidade, nesse caso em especial, como afetou o rio Doce.

Figura 4. Desenho de menina de 13 anos representando o mar depois e antes do desastre



Fonte: Desenho feito na oficina de desenho realizada no dia 01/11/2019

Assim como no outro desenho anteriormente apresentado (Figura 3), aqui outra menina também faz uma representação que tem por base a comparação entre antes x depois, mas nesse desenho a autora inverteu a ordem, apresentando primeiro o depois seguido pelo antes. Nesse caso a representação se deu sobre o mar, o mar que agora é marrom e como ela mesma diz “está cheio de lama”, por um mar que era azul segundo representações do desenho. Dois elementos importantes podem ser ressaltados nessa representação, o primeiro é a lama representada no depois que aparece no fundo do mar junto de um peixe, aparece com uma cor diferente. Ou seja, além do mar de maneira geral estar representado de marrom, a lama está presente no fundo dele, com outra cor mais escura. O segundo elemento importante é que tal desenho se baseia, basicamente, na representação acerca da cor do mar que se alterou, entretanto essa foi uma observação recorrente das crianças quanto as afetações do desastre, a cor que foi alterada tanto do rio quanto do mar.

Talvez o ponto mais importante seja compreender a estreita relação entre as crianças e o ambiente, ou como se dá a construção da paisagem nesse sentido, pois, esses lugares “não são apenas externos, são internos também (DUTRA; HIGUCHI, 2018, p.1), ou seja, no caso de Povoação, a paisagem ali estabelecida se constitui na relação com o rio e o mar, são sentidos internos a essa comunidade, internos às crianças, suas vidas e as suas experiências. Portanto, a partir do desastre-crime a paisagem se altera e com isso as experiências, vidas e histórias das pessoas que ali estão, abrindo-se um leque de experiências distintas de vulnerabilidade.

2.5 VULNERABILIDADE

Após discutir a categoria “desastre”, tratada neste capítulo, e a breve compreensão do desastre no rio Doce enquanto um exemplo prático para entendimento de diversas categorias conceituais, é preciso discutir também algumas complexidades relacionadas aos desastres, assim como outros conceitos e fatores correlacionados que auxiliam nos seus entendimentos. Assim, uma breve elucidação sobre a noção de vulnerabilidade é importante nos objetivos deste trabalho, inclusive porque as crianças podem ser compreendidas como população vulnerável para tais estudos.

A vulnerabilidade, na abordagem sobre desastres, caracteriza-se principalmente enquanto “potencial para perdas e danos inerentes a uma pessoa ou a uma coisa (WEICHSELGARTNER, 2001, *apud* ALEXANDER, 2011, p.10). No que tange a sua importância para os estudos dos desastres, a vulnerabilidade se apresenta como uma chave de importante compreensão dos impactos (ALEXANDER, 2011), pois nos auxilia a pensar acerca dos grupos sociais mais afetados que outros, e pensar numa afetação por impactos que nunca foi e nunca será democrática.

Entretanto, ainda pode se perguntar a relação efetiva entre vulnerabilidade e desastre, essa relação se dá na medida em que as noções de vulnerabilidade criam condições que permitem o entendimento do desastre, as condições de vulnerabilidade das populações possibilitam a ocorrência de desastres, ao mesmo tempo em que limitam estratégias para sua prevenção e mitigação. Nesse contexto, uma categoria do conceito de vulnerabilidade em especial merece atenção, a chamada “vulnerabilidade socioambiental”.

A vulnerabilidade socioambiental é resultado da junção da avaliação dos aspectos sociais e ambientais que condicionam a condição de vulnerabilidade a determinada população. Resulta, portanto, de “estruturas socioeconômicas que produzem simultaneamente condições de vida precárias e ambientes deteriorados” (FREITAS, C. M. et al, 2012, p. 1579). Toda a vulnerabilidade, não obstante, também está sempre ligada ao nível de desenvolvimento das sociedades ou comunidades em questão.

A discussão sobre vulnerabilidade traz consigo, necessariamente, as discussões acerca do racismo ambiental e da justiça ambiental que junto com a vulnerabilidade são duas categorias essenciais para pensarmos os desastres, seus impactos e, principalmente, quais grupos e de que maneira estes são mais afetados pelos desastres. Ou seja, os impactos não se dão equivalentes para todos os grupos. A vulnerabilidade, portanto, é um elemento de um pensamento socioambiental que constitui tanto a redução de risco de desastres quanto questões relativas à justiça ambiental. Nesse cenário, pensar em uma “ausência” é fundamental para a compreensão da vulnerabilidade, justamente porque diz respeito a aqueles sujeitos que são colocados à margem dos processos (SILVA, T. R. D. et al, 2018). Ou seja, uma ausência de direitos, de políticas voltadas à essa população.

O racismo de maneira bem genérica e simples pode ser entendido como a maneira pela qual certos grupos ou pessoas subjagam, desqualificam e excluem outros grupos enquanto diferentes (diferenças que podem se dar no que tange a cor da pele, etnia, classe, gênero, entre outros). O Brasil historicamente se constitui, formou e funciona até hoje sob lógicas de funcionamento sociais extremamente racista, transformando o racismo num problema estrutural de nossa sociedade. O racismo no Brasil faz com que a pobreza e a vulnerabilidade da maior parte da população sejam aceitas de forma natural, sem mesmo haver reflexões, discussões ou indignações.

A sociedade brasileira é marcada por uma desigualdade imensa e crescente de pessoas com baixa escolaridade, sem renda, e uma ausência de políticas sociais de amparo e de resgate, simplesmente porque o racismo naturalizou tais desigualdades. Para a pequena parcela da população que detém o poder e concentra a renda de todo o país o racismo é cômodo pois coloca o outro como naturalmente inferior, sob um discurso racista legitimado de que há uma determinação biológica para isso. A verdade é que o racismo exime grande parte da população brasileira de pensar políticas públicas sociais, de resgate

da população e de diminuição da desigualdade, o racismo faz com que desumanizemos as pessoas e assim tudo se resolve (HERCULANO, 2008). Desse modo, o conceito de racismo ambiental se refere, principalmente,

[...] às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. (HERCULANO, 2008, p. 16)

Ou seja, o racismo ambiental nos ajuda a compreender por que alguns grupos sociais são mais afetados do que outros, a compreender um pouco da lógica de funcionamento das grandes empresas e empreendimentos, como por exemplo, a escolha geográfica para o local de instalação e qual o grupo social que compõe aquela região. O racismo ambiental ajuda a compreender o porquê de a vulnerabilidade não ser igual para todos, e, portanto, é uma questão imprescindível quando estamos falando de desastres e os impactos sofridos por diferentes populações.

É importante ressaltar também que não são só os negros que sofrem as consequências do racismo ambiental. O estudo de Selene Herculano (2008) mostra que nos EUA, por exemplo, outras pessoas também são alvos da localização de depósitos de resíduos perigosos e de incineradores, como é o caso de comunidades latinas na Califórnia e mais de 36 reservas indígenas que receberam aterros e incineradores (HERCULANO, 2008).

O racismo ambiental é correlato à existência das desigualdades ambientais presentes nas discussões acerca da justiça ambiental. Primeiro, é preciso dizer que essas desigualdades são construídas a partir de um mercado produtor que visa um lucro maior. Ou seja, o mercado opera pensando nos baixos custos de localização da instalação de resíduos tóxicos em áreas onde os pobres moram (ACSELRAD, 2002).

Já que o conceito de justiça ambiental também é de suma relevância e merece ser discutido, é preciso dizer que:

Por ‘Justiça Ambiental’ entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. Complementarmente, entende-se por ‘Injustiça Ambiental’ o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (HERCULANO, 2008, p. 2).

É perceptível que o racismo ambiental impede que haja uma efetiva discussão sobre a justiça ambiental e os impactos. Tudo isso tem a ver com uma sociedade que sofre com o racismo ambiental e conseqüentemente com altas injustiças ambientais. É preciso compreender que a localização de indústrias poluentes não é aleatória, pelo contrário são distribuídas de acordo com a localização territorial de etnias mais pobres da população (HERCULANO, 2008).

As discussões acerca da justiça ambiental são de extrema importância para uma sociedade tão desigual quanto a nossa, entretanto num país racista e de grandes injustiças o debate ainda é muito incipiente e pouco compreendido. Ainda assim é preciso dizer que há no Brasil algumas ações conjuntas e movimentos sociais que podem ser caracterizados como uma busca pela “justiça ambiental”, mesmo que tal categoria não seja utilizada. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, é composto basicamente por trabalhadores que lutam contra o avanço e impactos das relações capitalistas de produção, que contaminam e degradam diversos espaços de vida e trabalho (HERCULANO, 2008). Isso evidencia que mesmo não se utilizando de tal categoria o MAB busca por mais “justiça ambiental”.

O conceito de vulnerabilidade permite compreender, portanto, que as populações mais pobres, os países mais pobres, os grupos de sociedades e comunidades menos desenvolvidos e localizados, em sua maioria, em situações geográficas menos privilegiadas, geralmente nas chamadas “áreas de risco”, são muito mais suscetíveis a sofrerem com desastres. Para além disso, além de serem mais suscetíveis, também sofrem com a falta de mitigação e reparação de danos, oriundos da omissão do Estado frente a essas populações.

De forma mais incisiva e direta, a vulnerabilidade também pode ser entendida sob outra perspectiva, a de que há uma incapacidade das pessoas em enfrentar os riscos, ou também, uma impossibilidade de conseguir manejar recursos para proteger-se ou defender-se do fato ocorrido (ALVES; TORRES, 2006). De todas as maneiras, a vulnerabilidade deve sempre ser entendida a partir de um perigo ou um conjunto de perigos, que ocorrem em determinados contextos geográficos e sociais.

Evidencia-se também a necessidade de compreensão da vulnerabilidade enquanto capacidade das pessoas para se defenderem, e não como uma dimensão psicológica ou subjetiva. A vulnerabilidade ao passo em que é um dado concreto, uma realidade, um conjunto de componentes relacionados a estrutura de vida das pessoas e os locais nos quais elas vivem (ALVES; TORRES, 2006), também pode ser entendida enquanto uma forma de nomeação e autorreconhecimento, ou seja, para além da dimensão realista (dado concreto), uma dimensão socialmente construída na medida em que são forjadas ou imputadas classificações (vulneráveis, ou risco) para determinados grupos sociais.

Ainda sobre os grupos sujeitos às vulnerabilidades, registra que são vulneráveis tanto aqueles incluídos nos sistemas de produção quanto aqueles que estão excluídos dos benefícios desse sistema (VALENCIO, 2006). O conceito de vulnerabilidade, em suma, pode ser definido enquanto uma possibilidade de um grupo social sofrer danos – por motivos, sociais, econômicos, geográficos e falta de estratégias – frente a um fator de ameaça, nesse caso, os desastres (VALENCIO, 2006).

Dessa maneira, a vulnerabilidade se torna importante pois aparece enquanto um fator correlacional na compreensão e estudos dos desastres. Entender o que é vulnerabilidade, qual sua relevância para os estudos, e como ela se relaciona com os desastres é fundamental para os objetivos desse trabalho. Após entender o conceito de desastre aqui apresentado, entender o caso do desastre do rio Doce de forma geral, e exemplificar a importância da compreensão da vulnerabilidade nesse processo, torna-se imprescindível analisar as dimensões sociopolíticas dos desastres. Vale destacar que a vulnerabilidade não é algo a ser alçando, mas sim mitigado.

Já que o desastre, na perspectiva aqui defendida, não é meramente um evento natural, e sim derivado de ações e relações humanas, a noção de vulnerabilidade ajuda a explicar o motivo de algumas populações serem atingidas de forma mais direta e outras não, umas terem mais auxílio, condições e estruturas e outras não. Assim, são evidentes as dimensões sociopolíticas no que tange os desastres.

Dimensões que são sociais porque envolvem sempre relações e ações humanas, sempre derivadas das formas de afetação geradas pelo próprio humano. E políticas porque envolvem uma série de fatores relacionados a dimensões políticas da sociedade, como, por exemplo, o Estado e sua omissão ou negligência frente aos desastres. Ao levar em consideração as ações e o nível de preparo do Poder Público e instituições do Estado, tanto para administrarem os riscos quanto para lidarem com os desastres, a vulnerabilidade das populações é evidenciada (GONÇALVES, 2009) e evidenciam uma dimensão sociopolítica dos desastres. As principais evidências dessas dimensões sociopolíticas resultam na baixa dialogicidade dos poderes públicos com a população para aglutinar representações do risco e estratégias para mitigar os danos causados pelos desastres (GONÇALVES, 2009).

É possível também pensar a reparação de danos causados por desastres a partir de outras perspectivas, como, por exemplo, a via judicial. Entretanto, alguns autores já chamam a atenção para o fato de que a representação judicial não tem se mostrado suficiente para garantir efetivamente os direitos dos pobres, inquilinos, consumidores, entre outros, que, costumeiramente, estiveram privados de seus direitos a uma justiça igualitária (VIEGAS; PINTO; GARSON, 2014).

A partir da análise desse aspecto político referente aos desastres, inicia-se uma procura tanto no âmbito de agendas de pesquisa quanto no âmbito de aplicação práticas por métodos e instrumentos alternativos para a solução de conflitos e danos causados por desastres (VIEGAS; PINTO; GARSON, 2014). Nesse sentido, “o próprio termo ‘alternativo’ sugere, novas formas de tratamento de conflito que não propriamente pela via judicial” (VIEGAS; PINTO; GARSON, 2014, p.2), exigindo pensar, assim, outras maneiras de lidar com as consequências dos desastres para as diferentes populações atingidas.

Nota-se, assim, uma grande contribuição das dimensões sociopolíticas na compreensão dos desastres. Não somente no que tange a explicação do conceito “desastre”, como também na compreensão de suas implicações sociais, fatores correlacionados e consequências.

Dessa maneira, de forma simplificada, as dimensões sociopolíticas dos desastres se referem a todos os fatores correlacionados a eles, desde sua prevenção, com formação de políticas públicas ou ações do Poder Público, até sua mitigação e reparação de danos, por parte dos responsáveis pelo desastre, seja o governo o próprio responsável ou não. Todo desastre apresentará sua dimensão sociopolítica, de forma direta ou indireta.

Conclui-se que o desastre nunca será um fenômeno natural, ao contrário, será sempre um fenômeno social que altera a conjuntura e tessitura social da sociedade ao qual atinge. Desastres são, portanto, oriundos de ações humanas, relações entre os próprios humanos, assim como nossas relações com a natureza. Não obstante, são moldados pela estrutura social ao qual estão inseridas, tudo isso reflete seus processos de mudança e acontecimentos.

O caso aqui investigado do rompimento da barragem de Fundão, no rio Doce, permite aplicar bem essa categoria de desastre, como o maior desastre socioambiental já registrado na história do Brasil, e um dos maiores do mundo. O desastre-crime no rio Doce afetou diversas comunidades, sejam elas ribeirinhas ou não, destruiu ecossistemas, floras e faunas, matou pessoas, e deixou milhares de outras sem condições mínimas de sobrevivência. E todos esses acontecimentos se deram devidos a atividades de mineração realizadas de forma negligente pela empresa (ir)responsável, sem nenhum cuidado com as pessoas e com o rio, por exemplo.

Além disso, esse desastre também contou com a omissão e negligência do poder público, tanto antes do ocorrido no que tange medidas de prevenção e fiscalização, quanto após com medidas de mitigação, reparação de danos, e responsabilização dos culpados – nesse caso a empresa – pelo ocorrido, como já foi tratado neste texto.

A vulnerabilidade²⁶ é um conceito importante que ajuda a explicar o motivo de certos grupos estarem mais propensos a serem atingidos pelos desastres e suas incapacidades frente a isso, assim como a falta de preparação de órgãos responsáveis para lidar com o ocorrido. Quando ocorre um desastre alguns grupos serão mais afetados que outros, a vulnerabilidade ajuda a explicar os motivos disso.

Por fim, mas não menos importante, é imprescindível compreender os desastres a partir de todas as suas dimensões, inclusive suas dimensões sociopolíticas. Pensar as ações do Poder Público e instituições do Estado frente aos desastres e políticas públicas tanto para administrarem os ricos quanto para lidarem com as reparações necessárias após o ocorrido é fundamental.

O presente capítulo se constituiu, portanto, com vistas a primeiramente conceituar *desastre* enquanto uma categoria analítica, apresentar a compreensão de desastre enquanto categoria sociológica que embasa a construção de todo esse trabalho; em segundo lugar buscou-se apresentar algumas conceituações necessárias como a relação entre crianças e desastres a partir de outros eventos já acontecidos e analisados, as dimensões sociopolíticas dos desastres, a compreensão de categorias essenciais tais como vulnerabilidade, justiça ambiental e racismo ambiental. Buscou-se também inserir elementos empíricos coletados durante o trabalho de campo a fim de apresentar a representação, vivência e experiência das crianças em relações ao desastre-crime no rio Doce.

Tais dados empíricos, por assim dizer – mais especificamente os desenhos apresentados e analisados –, apontam para a relação necessária e estreita em relação a paisagem e o cotidiano com o desastre-crime no rio Doce. Ou seja, qual é o olhar das crianças no que tange às relações com o rio e com o mar, assim como as alterações no cotidiano e na paisagem em Povoação após o rompimento da barragem de rejeitos. O próximo capítulo visa justamente discutir um pouco mais sobre o que está aqui sendo entendido enquanto

²⁶ Cabe ressaltar que categoria de vulnerabilidade é sociológica, produzida e aqui discutida em termos teóricos de análise. Os dados de campo não permitem afirmar que a população se nomeie dessa maneira. Portanto, tal categoria não pretende imputar classificação as pessoas, apenas almeja auxiliar uma discussão teórica acerca de desastres e seus impactos.

paisagem e cotidiano, assim como apresentar – a partir de dados coletados – a visão das crianças em relação ao rio, ao mar e ao desastre-crime no rio Doce de maneira geral.

Capítulo 3 - A EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM

O Brasil é um país situado no continente da América do Sul, no Hemisfério Sul Ocidental. País constituído por 27 estados, dentre eles o Espírito Santo (ES), pequeno estado localizado na parte litorânea da região Sudeste do país, banhado pelo Oceano Atlântico, tendo como principais biomas a restinga, a Mata Atlântica e o Manguezal.

Todas essas descrições vão nos delimitando até alcançarmos um lugar específico: Povoação. Essa comunidade pertence ao município de Linhares (no Norte do ES), um importante polo de produção industrial, serviços de comércio e que abriga diversas comunidades ribeirinhas, localizadas na foz do rio Doce, como é o próprio caso de Povoação. Como pode ser observado pelo **Mapa 1**, apresentado na introdução desse trabalho, um pequeno ponto sob a ótica do continente, e mais ainda sob a ótica do planeta. E é a partir daí que podemos começar uma discussão sobre a paisagem, com vistas de que esse pequeno ponto já representa uma paisagem dotada de particularidades, de sentidos e significados, construídas nas mútuas relações entre sujeitos e ambiente.

Apenas a localização geográfica diz pouco das discussões possíveis e ampliadas acerca da ideia de paisagem. Por isso cabe a utilização de algumas categorias teóricas que, além de justificar a discussão, permitem um embasamento de análise crítica. Mas, como dito acima, de início podemos apenas considerar a paisagem enquanto esse pequeno ponto no satélite, um pequeno ponto que na verdade representa uma demarcação de algo maior, a comunidade, portanto, se caracteriza enquanto uma unidade identificada na contemplação de um todo (SIMMEL, 2009). Uma fração da natureza presente em diferentes maneiras sob diferentes pontos de vista, seja na existência da Mata Atlântica, seja na contemplação do rio que se une ao mar. Vale destacar que a ideia central de paisagem aqui utilizada não se refere a um âmbito geográfico – ainda que existam várias definições para o conceito nesse âmbito –, e sim a uma dimensão muito mais relacional e de interação.

A ideia de paisagem aqui concebida caminha próxima de uma construção que se dá a partir de um ponto de vista, ou seja, a paisagem se constitui a partir de uma perspectiva (COLLOT, 2013). Ou seja, trata-se de uma experiência perspectivada, e no caso da abordagem que trazemos ela diz respeito à forma como as crianças de Povoação vivenciam esse lugar, constroem práticas e sentidos. Trata-se, ainda, de entender como

essa experiência foi alterada a partir do desastre-crime na comunidade de uma maneira geral, reconfigurando as percepções de paisagem.

O objetivo da pesquisa aqui desenvolvida e as discussões propostas exigem que seja apresentada, mesmo que de forma breve e sucinta, uma definição sobre “perspectiva”, já que o trabalho se baseia na perspectiva das crianças. Não pretendo me ater muito acerca dessa discussão ou apresentar um debate mais aprofundado, pretendo apenas apresentar definições possíveis acerca do conceito de “perspectiva” que orientaram o desenvolvimento desse trabalho.

Uma possibilidade é a definição apresentada em dicionários regulares da Língua Portuguesa. Esse tipo de consulta nos permite observar, por exemplo, que de acordo com o dicionário Michaelis de Língua Portuguesa, *perspectiva* pode ser definida como “ponto de vista; modo particular com que cada pessoa vê o mundo”. Mesmo que pareça óbvia ou simplória, tal definição é um ponto de partida, na medida em que precisamos compreender que a perspectiva das crianças, *a priori*, é o ponto de vista delas, a maneira pela qual elas veem o mundo.

Podemos, entretanto, ir além e apresentar outra definição de perspectiva, desta vez de um dicionário de filosofia, que diz que além dessa definição acima apresentada *perspectiva* também pode ser entendida enquanto um projeto, uma esperança, pode, em certa medida, estar relacionada a uma possibilidade (ABBAGNANO, 2003). Ou seja, trazendo isso para o presente trabalho, além de um ponto de vista, a perspectiva das crianças pode representar um projeto, uma representação delas sobre o passado, o presente e o futuro.

De forma resumida, neste capítulo, pretendo me ater a uma definição mais concreta acerca do conceito de perspectiva, a fim de pensar as experiências de paisagem das crianças. Para os objetivos aqui apresentados “perspectiva” está diretamente relacionada a interpretações, sejam elas de si próprio, dos outros ou da sociedade como um todo, “perspectiva” pressupõe sempre relações (STRATHERN, 2014). Ou seja, a perspectiva das crianças sobre o desastre-crime no rio Doce tem a ver com as interpretações dessas crianças, as relações que elas estabelecem com outros indivíduos, com a sociedade, com o lugar, com a comunidade e suas paisagens.

A perspectiva é, portanto, parte da própria vivência – práticas e pensamentos – num dado ambiente. Possui, assim, relação direta com a ideia da paisagem enquanto um vínculo entre pensamento e espaço, o lugar habitado, um ponto de vista.

Nesse sentido, a paisagem pode ser entendida como uma relação, ela existe no vínculo do sujeito com o lugar habitado, por exemplo, a paisagem existe na relação entre as crianças e a comunidade, entre as crianças e o rio, o mar, etc. Pelos objetivos aqui já estabelecidos é preciso definir o que estou compreendendo como paisagem e explicar como as crianças e jovens da comunidade constroem essa paisagem e observam suas respectivas mudanças e alterações a partir do desastre-crime, visto que a paisagem da comunidade está ligada ao mar, e principalmente ao rio.

3.1 A PAISAGEM DE POVOAÇÃO/ES

Como visto acima a paisagem não está aqui sendo entendida como algo exterior, dado, pré-estabelecido, a paisagem é uma construção que envolve sempre um sujeito, um olhar, um ponto de vista. A paisagem tem a ver com o habitar, o viver, o se relacionar, o experienciar, os afetos, as relações entre os sujeitos e o meio ambiente material. Não é possível, portanto, dizer que há uma única paisagem da comunidade de Povoação, é preciso tentar evidenciar as paisagens construídas a partir dos sujeitos, nesse caso, em especial as crianças e jovens da comunidade.

Assim, mesmo que não seja possível mostrar uma única paisagem é possível apresentar, em primeiro lugar, o meio ambiental material da comunidade, ou seja, seus espaços físicos, espaços de convivência e lazer, elementos históricos mais marcantes da comunidade, assim como espaços naturais como matas, rio, mar e afins. Dessa maneira, durante uma das idas a campo eu busquei registrar todos esses elementos principais por meio de fotografias que serão abaixo apresentadas para que se possa construir para vocês, leitores, o ambiente material/físico da comunidade, e com isso é possível que cada um também construa uma paisagem sobre o local.

Figura 5. Museu Histórico de Povoação (conta a história da comunidade – localizado no Centro Cultural da comunidade)



Figura 6. Rio Doce nos dias de hoje (foto tirada em outubro de 2019)



Figura 7. Elemento cultural-histórico da comunidade (Associação Cultural e Folclórica de Povoação)



Figura 8. Espaço de lazer (parque de diversões das crianças da comunidade)



Figura 9. Espaço natural da comunidade (trilha onde se pode observar fauna e flora da comunidade e leva até a praia)



Figura 10. Espaço natural da comunidade (praia – importante *point* de surfe)



Figura 11. Elemento cultural-histórico da comunidade (antigo bar, casa de pescador e oficina de barcos a beira mar)



Figura 12. Espaço natural da comunidade (praia perto do encontro do Rio Doce com o mar - foz)



As imagens acima apresentadas pretendem demonstrar um pouco do que é a comunidade, que tem por características principais aspectos culturais-históricos importantes, visto que a comunidade de Povoação tem seu registro antes mesmo da formação da cidade da Linhares. A comunidade possui uma história de comunidade ribeirinha pescadora, assim como a presença de fazendas de plantações de cacau e banana, por exemplo. A comunidade demonstra uma forte ligação com o rio e com o mar, com crianças que sempre brincaram na rua, e a principal atividade de subsistência local preponderantemente é a pesca e o trabalho em fazendas.

O trabalho de campo realizado e, principalmente, a possibilidade de ouvir as crianças e jovens da comunidade permitiu observar e compreender as experiências de paisagens imbuídas a partir do rompimento da barragem e a chegada da lama na foz do rio Doce. Ou seja, antes do rompimento da barragem eles relatam que o lazer, o habitar e o cotidiano se baseavam principalmente num contato frequente com o rio doce, em brincadeiras na rua, uma experiência de habitar que segundo eles se altera após o desastre. O rio é pouco frequentado atualmente, assim como poucas brincadeiras nas ruas, os pais agora têm mais medo e insegurança de deixar crianças brincarem no rio ou na rua, pois aumentou o número de carros na comunidade, aumentou o número de pessoas armadas e agora com menos policiais. Todas essas são observações feitas pelas crianças que demonstram como o cotidiano e a paisagem da comunidade foram afetados com o rompimento da barragem.

Interessante observar essa paisagem a partir da prática do brincar, ou seja, das formas como as crianças e jovens habitam esse lugar, experienciam, se relacionam com o mesmo e divertem, e como essas práticas constroem uma comunidade com alguns elementos distintos. Há crianças que dizem que não observam alterações na prática do brincar porque nunca foram muito ao rio, ou moram em região de fazenda mais afastada da comunidade. Entretanto, a maioria das crianças e jovens e seus relatos são de que não frequentam mais o rio como antigamente, o rio que era um elemento muito mais presente na comunidade, e dos sujeitos como um todo; também não brincam tanto mais na rua como antes, as pessoas ficam menos na rua de maneira geral. De acordo com eles, há um aumento no número de crianças e jovens com celular que preferem ficar em casa.

Os dados de campos nos mostram que houve mudanças significativas: a percepção da contaminação do pescado, a diminuição do consumo, o uso de equipamentos eletrônicos,

o turismo, etc. Ou seja, há toda uma dinâmica do cotidiano que se alterou, a rua passa a ser menos frequentada, o uso de equipamentos eletrônicos aumenta, os preços de produtos básicos como água sobe, o turismo diminui. Esse engendramento constitui um novo cotidiano, novas relações e novas perspectivas e experiências de paisagens.

As falas e relatos que corroboram o que está sendo dito, assim como outras colocações, podem ser observadas tanto na **Tabela 2** (já apresentada no capítulo 1) que demonstra justamente as práticas do brincar das crianças e jovens, a frequência e o local antes e após o desastre, quanto nas **Tabelas 3 e 4** que ainda vão ser apresentadas. Tais tabelas a serem apresentada trazem em evidência fala das crianças e jovens sobre a comunidade, o cotidiano, as mudanças, ou seja, uma síntese da perspectiva deles sobre os efeitos do desastre-crime do rio Doce no cotidiano e na paisagem da comunidade de Povoação.

3.2 LOCALIZANDO A DISCUSSÃO DA PAISAGEM

Primeiramente, é preciso localizar, no campo teórico, a discussão sobre a paisagem e seus conceitos principais. Há, por exemplo, diferenças de usos dos termos “lugar” e “espaço” nos novos estudos da paisagem; nesse trabalho prefiro me ater à ideia de “lugar” e explicarei o motivo logo abaixo. É importante ressaltar também o uso do termo “estudos da paisagem”, justificando que são discussões extremamente multidisciplinares, abarcando contribuições de vários campos do conhecimento.

Explico aqui a minha escolha pelo termo “lugar”, ao invés de “espaço” e o faço por alguns motivos específicos. Tenho por orientação a diferenciação proposta pelo autor João de Mello (2012) acerca desses dois conceitos. Para o autor o espaço é entendido como o desconhecido, o indeterminado, a representação de uma penumbra que em termos religiosos seria o semelhante ao profano. Já o lugar possui representação contrária, ou seja, marcaria a ideia de sagrado, o vínculo que marca um pertencimento entre sujeito-ambiente (MELLO, 2012). É sobre essa última concepção que oriento a utilização da palavra “lugar” neste trabalho, justamente pela evocação da noção de vínculo e pertencimento dos sujeitos, sendo este um dos objetivos principais do trabalho, perceber

a relação e co-constituição entre sujeito-paisagem no que tange a comunidade de Povoação, seus pertencimentos, sua história e formação.

A discussão acerca da paisagem, cabe dizer, vem se consolidando como uma importante agenda, trazendo possibilidades de análises que dialogam com a sociologia, a filosofia, a geografia, entre outras abordagens. A paisagem de maneira objetiva e simplificada é aqui compreendida como algo construído, ou seja, a paisagem deixa de ser o exterior, o distante, e começa a ser entendida como uma vivência, uma maneira de interpretação, algo relacionado ao simbólico e ao material ao mesmo tempo. Envolve sujeito, espaços/lugares, ambiente, relações, recortes e se dá também em dimensões afetivas (BESSE, 2014; CAMPELO, 2012; COLLOT, 2013; INGOLD, 2008; TUAN, 2012).

Este capítulo tem por objetivo discutir sobre a ideia de paisagem, evidenciando a construção da paisagem a partir das crianças, tendo como recorte espacial a comunidade de Povoação. Para isso, foi realizado trabalho de campo com a utilização de ferramentas de pesquisa como grupo focal, entrevistas, observações, registros fotográficos e uma oficina de desenho, com o propósito de compreender as alterações no cotidiano e na paisagem da comunidade a partir da perspectiva das crianças.

Diversas são as concepções que orientam estudos sobre a paisagem, mas dentro dos objetivos aqui expostos algumas portas específicas podem auxiliar mais, como, por exemplo, a fenomenológica e a representacionista (BESSE, 2014), no sentido de que estabelece a interação entre “pensamento-paisagem”, partindo do princípio de que a paisagem provoca essa relação entre sujeito e ambiente e é capaz de produzir sentidos, percepções e vivências.

Dessa forma, definições fenomenológicas aqui apresentadas, como por exemplo, a de Michel Collot (2013), orientam para a compreensão de que a paisagem só é construída a partir da relação entre o sujeito e o meio. O filósofo francês ainda ressalta que “a paisagem é um espaço percebido, ligado a um ponto de vista” (COLLOT, 2013, p. 17), envolve, portanto, sempre dimensões ligadas às relações e percepções oriundas do sujeito. Um ambiente pode estar ali e não ser uma paisagem, pois só se torna quando é percebido e significado por algum sujeito.

Portanto, a paisagem é um ponto de vista, e também algo percebido, ela é construída e modificada a partir das diversas percepções dos sujeitos que habitam o ambiente. Só há paisagem se houver diferentes sentidos, por isso sua formulação está diretamente relacionada às subjetividades. Não faz sentido, para tanto, compreender a paisagem apenas a partir de uma análise física, geográfica, arquitetônica e histórica, é necessário que as perspectivas sejam levadas em consideração, pois a interação sujeito-lugar é primordial na construção das diversas paisagens que compõem o viver no mundo.

Mesmo partindo das abordagens fenomenológica e representacionista, deve-se pontuar a imensidão de possibilidades no que tange ao entendimento da paisagem. Esse estudo de caso específico não é capaz de pontuar todas as possibilidades, até porque, como ressalta o autor Jean Marc Besse, pode-se considerar que existem diferentes portas (no sentido metafórico) para pensar a paisagem, ou seja, outras possibilidades que orientam formas de pensar a paisagem (BESSE, 2014).

Segundo o autor, a primeira porta seria referente a uma abordagem mais representacionista, na qual a paisagem seria entendida enquanto uma representação mental/social. A segunda porta seria a materialista, na qual a paisagem é um lugar habitado, construído na prática, por meio da relação de um grupo com tal lugar (há uma ideia de território muito presente). A terceira porta seria realista, nela o planeta terra é vivo (ele existe – não é um imaginário), é um sistema vivo, há a discussão sobre natureza e cultura mais presente. A quarta porta é a fenomenológica, onde há a presença do corpo, das sensações, dos sentidos; o corpo é o contato com o mundo, por meio dele tomamos parte na paisagem. A quinta e última porta se refere a uma ideia mais projetista, de um espaço como base para a intervenção, um espaço de memórias, marcas (BESSE, 2014).

A proposta analítica que sustento, pretende pensar a paisagem a partir da porta fenomenológica, por meio da relação das crianças e suas experiências sensoriais, seus corpos na relação com o rio e o mar. Já a porta representacionista está sendo abordada por meio dos desenhos enquanto representações das crianças sobre o desastre e suas repercussões na comunidade. Por último, acrescento a porta materialista, a partir da ideia do brincar enquanto um modo das crianças habitarem o lugar, estabelecerem marcas, constituírem sua presença por meio das práticas. A ideia de paisagem aqui defendida

mobiliza a perspectiva do encontro do sujeito – suas experiências sensíveis, corpóreas – com o mundo, numa condição de presença e percepção, como modo de esse lugar.

Nesse sentido, apreende-se que a paisagem só é construída na relação com os sujeitos, ou seja, os lugares existem e sempre existirão, mas somente podem ser considerados enquanto paisagem se houver a sintonia entre o sujeito e o mundo (SIMMEL, 2009). Isso significa que os atravessamentos entre ser e mundo são elementos chave na compreensão de formação de uma paisagem.

O estudo da comunidade a partir da perspectiva da paisagem, considerando o contexto do desastre-crime da Samarco, permite compreender ainda a relação entre as pessoas e os lugares habitados pelo viés dos sentimentos e identidades únicas. Conversas com moradores antigos e recentes da comunidade evidenciam o forte caráter interacional entre habitantes-habitantes e habitantes-lugar.

Habitar um lugar significa andar, caminhar, observar, perceber, escutar, sentir, ou ainda, imprimir práticas de uso, trabalho, pensamentos, enfim, constituir histórias que abarcam a relação das pessoas entre si com o ambiente. É esse o lugar da paisagem, no modo como consideramos neste trabalho. Paisagens estão diretamente relacionadas aos sentidos, visão, audição e olfato, dessa maneira cada sujeito constrói sua paisagem a partir de um sentido diferente. Conclui-se, portanto, que a paisagem é construída pelas diversas percepções dos sujeitos (INGOLD, 2008), orientadas pelos sentidos principais, ou seja, andar, sentir, caminhar, escutar, sentir, habitar, são percepções dos sujeitos pelas quais a paisagem se dá.

Durante o trabalho de campo, em conversas com os moradores mais antigos da comunidade²⁷, e até mesmo alguns jovens, ouvi de alguns que seria impossível mudar da localidade, pois não conseguiriam viver em outro lugar. Vários fatores constroem essa identidade, uma relação muito forte com a meio ambiente material, com o rio, com o mar.

Ainda na perspectiva da paisagem como experiência da interação do sujeito com o lugar habitado – que vai além de definições geográficas, como já foi mencionado – há aspectos

²⁷ Embora o trabalho tenha sido dirigido às crianças, a pesquisa também ouviu outros interlocutores locais como lideranças e moradores antigos a fim de compreender melhor a comunidade, sua história e o desastre.

sentimentais que devem ser considerados. O mundo possui sentidos diferentes para os sujeitos, cada um o percebe de uma maneira e integra um todo. A paisagem é assim, ao mesmo tempo particular e universal, macro e micro, é a superação das dualidades, das dicotomias, é a representação subjetiva do viver dos sujeitos.

Aqui cabe discutir a apresentar o conceito de *topofilia* de Yi-Fu Tuan (2012). Entendido como “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (Idem, p. 107), esta palavra é um neologismo, que expressa esse vínculo. A topofilia pode atingir diferentes variações e intensidades por estar diretamente relacionada às emoções, à dimensão afetiva, mas também evidencia a noção de lugar na medida em que só se efetiva na interação entre os sujeitos e o ambiente. Essa abordagem de Tuan foi um guia para o estudo da comunidade de Povoação.

Além da abordagem da paisagem enquanto experiência perceptiva, há uma outra interpretação que busca compreender a paisagem mediante uma análise mais aprofundada sobre as relações entre as dimensões físicas e o sujeito, ou seja, representada como vivências, formas de organizações e instauração de práticas (CAMPELO, 2012). Assim, a paisagem também pode ser uma experiência material, definidora de práticas sociais e formas de organização, e nesse sentido, habitar é instaurar práticas num lugar.

A paisagem, a partir das concepções destacadas, constitui-se nas experiências cotidianas, por meio de interações e processos em que os indivíduos desenvolvem – suas práticas – como conversar, habitar, caminhar. Assim, o cotidiano é entendido como um conjunto de operações singulares, que dizem respeito a uma sociedade e aos indivíduos (CERTEAU, 2014). Entender o cotidiano também é fundamental para esse trabalho, pois junto com a paisagem, constitui o eixo norteador através do qual busca-se compreender a perspectiva das crianças sobre o desastre-crime no rio Doce.

A partir do momento em que as falas das crianças informam que houve alterações quanto a forma do brincar, quanto a ocupação do espaço da comunidade, quanto a relação com o rio e com o mar, evidenciam-se assim alterações na paisagem da comunidade, assim como no cotidiano no que diz respeito aos relatos de mudanças nas relações sociais, no turismo, no comércio, entre outros.

No mundo cotidiano (CERTEAU, 2014) os sujeitos são capazes de mobilizar pequenas táticas de subversão dos códigos estabelecidos. Os indivíduos trabalham com seus processos criativos para interpretar ou deslocar esses códigos de seus significantes socialmente atribuídos, engendrando, nesse caso, o que o autor chamou de *artes de fazer*. Em palavras mais simples e resumidas, o cotidiano (vivido, interpretado e subvertido por meio das práticas e táticas dos sujeitos) nada mais é do que escrituras dos sujeitos no mundo.

Portanto, observar e estudar as transformações que envolvem o cotidiano (no caso de Povoação) auxilia a compreender as práticas e percepções das crianças, e como elas se alteram com o rompimento da barragem. Desde práticas rotineiras, aquelas executadas no ambiente da casa, até práticas coletivas, tais como conversas, brincadeiras, caminhadas, o habitar diários dessas crianças na comunidade.

A paisagem de princípio surgiria com a ligação desses três elementos. Não obstante, é fundamental ressaltar que qualquer paisagem só se constrói a partir de um sujeito (COLLOT, 2013). Dizer que o sujeito é um elemento indispensável não basta, é preciso atribuir também a dinâmica de complexidade da paisagem, o sujeito é sim fundamental, mas a paisagem não é algo fixo que os sujeitos observam, constroem, inventam, habitam, entre outros, a paisagem é sempre móvel, ela não é um simples panorama, é uma experiência que se dá com um conjunto e com constituição de sentido. Ou seja, a paisagem não é algo visto, é algo percebido, a troca do homem com o mundo, a interação entre corpo, espírito e mundo é primordial para sua existência, constituição e construção (COLLOT, 2013).

Essa experiência da paisagem pode ainda resultar de pontos de vistas diversos, de relações diversas e formas de se relacionar. Cada sujeito habita no/o mundo de maneira distinta, a metáfora da casa é um bom exemplo (BACHELARD, 2005). Assim, a experiência da paisagem também pode ser atribuída a forma como habitamos essa *casa*, ou ainda, pressupõe a maneira como habitamos nossos espaços vitais, a maneira como nos enraizamos no mundo. Pois, se partirmos da metáfora dessa casa, por exemplo, “[...] a casa é nosso canto do mundo (BACHELARD, 2005, p. 200)”. Por isso a paisagem é uma experiência, que necessita dos sujeitos, pois cada um habita seu mundo de maneira distinta, se relaciona de maneira distinta. A paisagem é, portanto, sobre essa construção.

Como já dito, a paisagem deixa de ser o exterior, o distante, somente a “natureza”, na verdade, ela pode ser entendida enquanto uma apresentação culturalmente instituída da natureza, ou daquilo que envolve os sujeitos em sua vida material. Cauquelin (2007) aponta para um fator interessante que seria pensarmos em uma gramática da paisagem, que teria léxico, sintaxe e também interpretações. Aponta ainda para a possibilidade de irmos mais fundo e pensarmos a paisagem como uma sentença gramatical, possuindo todo um repertório de materiais de linguagem e regras que permitem substituição de um elemento por outro equivalente (CAUQUELIN, 2007).

Essas analogias corroboram alguns fatores aqui já apresentados, o primeiro é a complexidade existente em torno da noção de paisagem enquanto categoria de estudo e pensamento; o segundo é a compreensão da paisagem enquanto uma experiência (diversa e múltipla); o terceiro é que a paisagem envolve sempre a relação entre sujeito e ambiente material; entre outros elementos possíveis de serem mencionados.

Chegamos a um ponto fundamental do trabalho, todas as discussões e possibilidades acima apresentadas demonstram quão diversa é a noção de paisagem e todas as suas possíveis interpretações e definições. Dessa maneira, é possível chegar a algumas conclusões, uma delas é de que a paisagem tem a ver com a percepção, com atitudes e também com valores (TUAN, 2012). Outra conclusão possível é que a topofilia de Tuan (2012), assim como a paisagem de maneira mais ampla, são difusos enquanto conceitos, são vívidos ao tempo em que também são concretos enquanto experiências pessoais (TUAN, 2012).

3.3 PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS SOBRE OS EFEITOS E ALTERAÇÕES NO COTIDIANO E NA PAISAGEM DE POVOAÇÃO

Um longo caminho já foi percorrido para chegarmos até aqui, nesse ponto sobre a perspectiva das crianças sobre os efeitos e alterações no cotidiano e paisagem de Povoação, considerando o contexto do desastre na bacia do rio Doce. Para isso foi preciso primeiro apresentar o que estou aqui entendendo enquanto infância, apresentando além de uma extensa discussão teórica, dados empíricos sobre a comunidade, assim como a

faixa etária dos sujeitos norteadores da pesquisa e o porquê da inclusão de jovens até 14 anos também dentro de uma ideia de infância.

Logo após foi necessário falar um pouco sobre o desastre-crime em si, ou seja, o que considero aqui como “desastre” enquanto categoria sociológica, o motivo e a necessidade de se ressaltar que foi também um crime. Junto com isso falei um pouco sobre as principais características e consequências do rompimento da barragem no rio Doce, discutindo brevemente uma relação entre crianças e desastres, e também apresentando a necessidade de se pensar nos aspectos emocionais relativos ao desastre.

Passadas essas duas etapas iniciais, que correspondem aos dois primeiros capítulos do presente trabalho, chegamos à terceira e última etapa, falar sobre a paisagem. Para isso busquei em primeiro lugar localizar a discussão sobre paisagem num plano teórico, conceituando tanto a “perspectiva” quanto o “cotidiano”. Apresentado o que entendo aqui enquanto paisagem faz-se necessário apresentar dois pontos essenciais: o primeiro diz respeito a apresentar um pouco da paisagem da comunidade; o segundo e último ponto é o que pretendo fazer aqui agora: a perspectiva das crianças sobre os efeitos e alterações na paisagem e no cotidiano de Povoação.

O fundamental é tentar ao máximo deixar que as crianças construam uma narrativa própria, ou seja, se pretendo entender tudo isso a partir da perspectiva delas, da vivência delas, das experiências delas, das relações delas, do ponto de vista delas, é preciso fazer um processo de escutatória muito bom. Para isso, durante a realização do trabalho de campo, principalmente no desenvolvimento dos grupos focais, nesse caso, houve tanto registro escrito, quanto registro de áudio gravado para captar as falas das crianças, ou seja, a perspectiva delas a partir de suas próprias palavras. A fim de facilitar tanto a análise dessas falas, quanto a compreensão do trabalho como um todo, sistematizei tais falas em duas tabelas distintas.

A **Tabela 3** apresenta fala das crianças, o sexo (menino e menina²⁸) e as respectivas idades. O objetivo de tal tabela é observar como as crianças e jovens da comunidade enxergam as mudanças no que tange a paisagem local, principalmente em relação ao rio

²⁸ Entendo a importância de se pensar fora desse binômio de categorização entre menino e menina, entretanto, a fim de facilitar as análises aqui propostas me atenho a tais categorias.

Doce, que como já foi aqui exposto, é um elemento de suma importância na constituição da comunidade, dos sujeitos e suas relações. As observações apresentadas respeitaram completamente a linguística das crianças, sendo feita uma tradução literal de suas palavras.

Já a **Tabela 4** também respeitou completamente a linguística local das crianças, também com uma tradução literal de suas falas. A diferença importante a ser destaca em relação a tabela anterior é de que a **Tabela 4** releva observações das crianças sobre mudanças na comunidade como um todo, ou seja, mudanças em termos culturais, econômicos, de segurança e afins. Tais dados são importantes pois constituem não somente o cotidiano da comunidade, mas sua constituição e existência como um todo, ou seja, nos diz a visão das crianças sobre a comunidade após o rompimento, evidenciando alterações ou continuidades, construindo um mapa de memória sobre dois tempos: antes e após o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco.

Tabela 3. Fala das crianças e adolescentes de Povoação sobre o que o desastre-crime no rio Doce representou

FALA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	SEXO	IDADE
“Antigamente quando não tinha ocorrido a tragédia, todo fim de semana nós ia para o rio tomar banho, depois disso acabou as brincadeiras.”	MENINA	_____
“Eu não como peixe não, jogo tudo para fora. meu pai pesca, na verdade pescava, agora ele tá trabalhando de pedreiro. Antigamente ele pescava e trabalhava nas feiras, agora ele não pesca mais, só trabalha de pedreiro. Mas minha família come o peixe, antes eu comia o peixe, agora eu não consigo comer mais, eu acho que o peixe está ruim.”	MENINO	13 anos
“O rio está sujo, a cor do Rio mudou, agora tá tipo Verde, era tipo transparente, não era assim.”	MENINO	13 anos
“Todo final de semana eu vou no rio tomar banho.”	MENINO	13 anos
“Representa um pouco do meio ambiente que foi destruído, era a gente ia para brincar, tinha gente que trabalhava, hoje quase ninguém faz isso mais.”	MENINA	_____

“A gente brincava, mas tipo hoje a gente não faz como antes, hoje tá meio sujo pra ficar tomando banho.”	MENINAS JUNTAS	11 a 14 anos
“O rio é mais tranquilo do que o mar, o rio tá mais tranquilo porque agora o rio está muito seco.”	MENINOS E MENINAS JUNTOS	11 a 14 anos
“Depois que o negócio da barragem estourou já me sinto mais insegura, já não sou muito mais chegado a ir no rio.”	MENINA	_____
“Agora é meio marrom, era meio azul, agora não tá mais.”	MENINA	12 anos
“Agora não tem como mais pescar agora não tem como mais pescar, poluído por causa da barragem, depois da barragem, depois da lama poluiu muito o rio, o mar, o rio mudou muito.”	MENINOS E MENINAS JUNTOS	11 a 14 anos
“Eu não como não, porque eu me sinto insegura assim pelo fato da barragem ter estourado, sinto meio insegura com o que pode ter acontecido.”	MENINA	_____
“Eu ficava com febre quando eu ia tomar banho no rio, ficava com febre um, dois, três dias. Tem várias pessoas que toma banho no rio e depois reclama que tá com a pele picando, tá com a pele coçando.”	MENINA	_____
“Mas a pessoa tipo assim, ela entra no rio tudo bem e sai mal, se coçando e picando.”	MENINA	_____
“A cor do rio mudou, tá tipo meio vermelho.”	MENINA	13 anos
“Depois da tragédia só fui no rio uma vez.”	MENINA	12 anos
“Depois do desastre eu me sinto mais insegura, mas meus irmãos ainda brincam.”	MENINA	11 anos
“O rio agora fica muito seco.”	MENINA	12 anos

Fonte: elaboração própria a partir de transcrições e relatos coletados durante trabalho de campo.

A tabela acima apresentada foi elaborada por alguns motivos, o primeiro deles é que se pretendo escutar a voz dessas crianças é preciso que as falas delas sejam mostradas de forma completamente literal e assim tal tabela foi construída, respeitando inclusive as diversidades linguísticas de tais crianças. O segundo motivo de realização da tabela é que a mesma permite que seja analisado de forma comparada os diversos relatos de várias crianças, observando suas semelhanças e diferenças. O terceiro motivo é que as falas agrupadas em uma única tabela promovem um discurso mais coeso e forte, ao invés de relatos, falas e perspectivas pessoais muito diluídas e distantes, quando agrupadas promovem uma coesão e força muito maior para que os relatos pessoais se tornem um discurso mais coletivo em relação a comunidade como um todo.

Essas falas acima apresentadas demonstram que há, na perspectiva das crianças, grandes alterações em atividades e práticas que compõe o cotidiano da comunidade. Como, por exemplo, a atividade da pesca que servia como forma de manutenção de diversas famílias aparece no relato de mais de uma criança como uma atividade que se encerrou para muitos. Outra mudança importante relatada que diz respeito ao cotidiano é a alimentação, relatos de que antigamente comiam o peixe e hoje não comem mais. As alterações nas práticas do brincar também mencionadas nas falas nos mostram alterações tanto no cotidiano, como atividade praticada pelas crianças e adolescentes diariamente, como na paisagem, a maneira de se relacionar, de vivenciar é alterada a partir do momento em que o brincar é afetado; uma ocupação maior das ruas e o brincar no rio são substituídos pelo uso de equipamentos eletrônicos e a ocupação do espaço de dentro de casa, por exemplo.

A **Tabela 3** mostra, ainda, a perspectiva das crianças sobre as mudanças no rio Doce após o rompimento da barragem, outras mudanças na comunidade e seu cotidiano também são mencionadas. O primeiro fator a ser mencionado é uma constatação de mais uma criança de que há uma alteração relativa à prática do brincar no rio, ou seja, uma prática que era comum, mas após o desastre tem sua frequência bastante diminuída, tornando-se quase uma atividade esporádica. Outra observação que também se repete mais de uma vez é em relação a cor do rio, há uma constatação de que a cor do rio não é mais a mesma.

Sabemos que Povoação é uma comunidade ribeirinha e que, portanto, depende do rio para a sua subsistência. A pesca é uma atividade crucial no funcionamento da comunidade (vale destacar a importância da agricultura para a dinâmica da comunidade) pois possui seu caráter de atividade de trabalho principal dos moradores, ou seja, fonte de renda de grande parte da comunidade, assim como traz um elemento fundamental da alimentação da comunidade, o peixe. Assim, as crianças relatam afetações nos dois âmbitos, a atividade da pesca que não é mais praticada, ou ainda é praticada por alguns, mas não serve mais como fonte de renda, pois não há mercado de procura de compra do pescado. E também o peixe enquanto alimentação, elas relatam que as pessoas têm medo de comê-lo, por possibilidade de contaminação, alguns comem e passaram mal, mas esta parece representar uma parcela pequena da população local.

Ainda outra observação interessante de ser destacada é em relação a afirmação de que o rio está mais seco do que antes. Não podemos afirmar que esse é um processo novo, as

atividades de mineração no rio Doce (não só com a utilização da barragem de rejeitos que rompeu, mas também com outras atividades praticadas ao longo de toda extensão do rio), assim como outros problemas como poluição, já vinham causando diversos problemas ao rio nos últimos anos precedentes ao desastre. Entretanto, quando do rompimento da barragem todos esses processos são acumulados, acelerados e junto com a lama de rejeitos matam o rio Doce. Esse rio hoje não é mais o mesmo, fica muito mais seco do que antigamente, mesmo em tempos de cheias e muitas chuvas, quando a cor do rio se altera por conta da mobilização da lama sedimentada no fundo do rio.

Se quisermos pensar o que o desastre do rio Doce representa para essas crianças e adolescentes da comunidade, podemos observar que a fala de uma menina pode representar isso de forma sintética: “Representa um pouco do meio ambiente que foi destruído, era a gente ia para brincar, tinha gente que trabalhava, hoje quase ninguém faz isso mais”. Ou seja, a perspectiva é de que o desastre pode ser representado tanto pelo meio ambiente que foi destruído, como o local de prática do brincar que se alterou, tanto quanto pela forma de trabalho das pessoas que não é mais a mesma. As crianças percebem um desastre em dimensões complexas e correlacionadas.

A partir de relatos como o acima apresentado é possível perceber a relação próxima entre a prática do brincar (discutida no primeiro capítulo), o crime-desastre (abordado no capítulo 2) e a paisagem (discutida no presente capítulo). A perda ou alteração nos modos de brincar significa alteração também no modo de compreensão, significação e entendimento do lugar habitado, ou seja, a ideia de paisagem construída e os vínculos com o ambiente e com as pessoas.

Ou seja, a paisagem tanto constitui quanto é constituída pelas práticas do brincar das crianças, seus modos de ocupar e desbravar os lugares materiais e imaginados. O desastre-crime no rio Doce modificou essa experiência, afetando a percepção e construção da paisagem e do cotidiano da comunidade.

Tabela 4. Observações das crianças e adolescentes sobre as mudanças na comunidade após o desastre-crime no rio Doce

	Mudanças na comunidade	Sexo	Idade
OBSERVAÇÕES DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	“Acho que esse negócio de RENOVA mexeu muito com eles (comunidade), só querem saber de dinheiro.”	MENINA	12 anos
	“Agora mudou completamente (a comunidade), dinheiro pra eles são tudo, surgiu bastante casa, muita gente veio de fora para receber esse dinheiro.”	MENINA	_____
	“A comunidade não se ajuda mais, ninguém se ouve, agora o turismo piorou, praia não tem mais.”	MENINO	13 anos
	“Tá vindo pouca gente e tendo muita festa que antes não tinha.”	MENINA	12 anos
	“As pessoas ficam mais em casa e antigamente ficavam na rua.”	MENINO	13 anos
	“Aumentou a população, tem bastante criança.”	MENINA	_____
	“Porque foi muita gente aqui que recebeu indenização porque que foi atingido, aí os moradores de Povoação foram tudo abafando em cima do dinheiro agora não quer saber mais de nada, só quer saber do dinheiro.”	MENINA	_____
	“Muita gente de fora vieram para cá para receber esse dinheiro, vieram até gente de Rio de Janeiro pra receber esse dinheiro, e conseguiu receber, muito daqui não conseguiram receber.”	CRIANÇAS	11 a 14 anos
	“Ah o turismo mudou aqui também, diminuiu muito.”	CRIANÇAS	11 a 14 anos
	“E a cultura também mudou muito, antigamente tinha mais surfistas, eles surfavam muito, vinha muita gente de fora, aí depois que aconteceu está vindo pouca gente, tá tendo mais festa no campo, esses dois últimos meses teve festa e não era assim. Porque parou de dar um peixe aí eles começaram a fazer (festas dos peixes).”	MENINA	_____
“Festa da Manjuba e do Robalo, festa com nome de peixe mesmo fazendo. Eles fazem essas festas para atrair turista para cá para Povoação, mas pelo visto eles estão se enganando.	CRIANÇAS	11 a 14 anos	

	<p>Tem gente que não tem nem bicicleta para passear pela vila de Povoação.”</p>	
	<p>“Tem mais gente com arma aqui antigamente pessoal não tinha arma, tinha bastante policiamento, uma delegacia ali, mas você não vê o carro de polícia nenhuma. Essa escola aqui era para ter um guarda, tem nenhum guarda ali na frente para defender a gente, se alguém quiser entrar aqui para fazer alguma coisa, tem aula de manhã, à tarde e à noite. À noite pode acontecer várias coisas porque a cidade tem iluminação pouca.”</p>	<p>MENINA _____</p>
	<p>“Do meu ponto de vista seria a economia, porque tipo assim depois que vieram muita gente para cá, porque tem mais gente aqui em Povoação, aí tem mais cultura e essas coisas. Os vendedores aumentaram os preços das coisas, e tão ganhando muito dinheiro nas costas dos outros, e pode estar recebendo ainda da Samarco, isso que é injusto para mim, e tem gente daqui da comunidade que não recebe.”</p>	<p>MENINA _____</p>

Fonte: elaboração própria a partir de transcrições e relatos coletados durante trabalho de campo.

A **Tabela 4** além de continuar o processo de apresentar a perspectiva das crianças, trazendo suas frases de forma literal, demonstra um fator muito relevante e crucial para os resultados de tal pesquisa, o nível de complexidade e entrelaçamento demonstrado ao analisar quais foram os efeitos do desastre-crime não só para a paisagem e o cotidiano locais, mas, para as relações e dinâmicas da comunidade como um todo.

Um primeiro ponto a ser destacado é com relação ao turismo, as crianças relatam que houve mudanças bruscas no turismo local, o mesmo diminuiu muito após o rompimento a chegada da lama de rejeitos na foz do rio Doce. Outro relato importante corrobora uma constatação feita a partir de observações e entrevistas realizadas: o aumento da população local. Houve, inclusive, aumento no número de crianças, e as crianças são uma boa porcentagem da população total. Fato que foi reforçado com a entrevista realizada com o diretor da escola local, que apontou para o aumento no número de matrículas. Outro aspecto diz respeito a fala: “as pessoas ficam mais em casa e antigamente ficavam na rua” (MENINO, 13 anos), ou seja, há uma mudança nítida na forma como as pessoas passam

a se relacionar com lugares da comunidade, sugerindo alguma noção de insegurança ou risco, o que faz com que haja mudanças na forma de ser, estar e habitar esse lugar.

Talvez um dos elementos mais importantes dos achados dessa pesquisa, que aparece tanto nos relatos acima apresentados, quanto em dados ainda a serem apresentados, que a mudança observada pelas crianças na economia local. Elas relatam como as relações sociais dentro da comunidade mudaram com uma circulação maior de dinheiro e de pessoas por conta do recebimento do cartão de auxílio da SAMARCO. Essa mudança impacta em diferentes aspectos de todo o funcionamento da comunidade.

O pagamento do dinheiro da SAMARCO - direito de todos aqueles que foram atingidos pelas repercussões do desastre-crime - mobilizou pessoas tanto de dentro quanto de fora da comunidade, muitas delas ao receber a compensação se deslocaram para outros lugares, outras continuaram na comunidade. O impacto econômico se reflete também, segundo as crianças, nos preços das coisas, vendedores cobram mais caro e agora “[...] tão ganhando muito dinheiro nas costas dos outros [...]” (MENINA, moradora local).

Com uma circulação maior de dinheiro também aumentou a construção civil local, os moradores, em sua maioria, reformam suas próprias casas e houve um aumento no número de casas na comunidade. Aumento também relatado em relação ao número de carros, as pessoas trocaram de carro ou compraram um, agora as ruas possuem mais movimento de carros e por conta disso algumas mães não deixam mais seus filhos brincarem na rua. A maior circulação de dinheiro implica também numa maior circulação de pessoas, inclusive exógenas a comunidade, o que gera um aumento na violência, um maior número de pessoas que agora possuem arma de fogo concomitante com uma diminuição no policiamento local, todos esses elementos podem ser observados em:

Tem mais gente com arma aqui antigamente pessoal não tinha arma, tinha bastante policiamento, uma delegacia ali mas você não vê o carro de polícia nenhuma. Essa escola aqui era para ter um guarda, tem nenhum guarda ali na frente para defender a gente, se alguém quiser entrar aqui para fazer alguma coisa, tem aula de manhã, à tarde e à noite. À noite pode acontecer várias coisas porque a cidade tem iluminação pouca. (MENINA, moradora da comunidade desde o nascimento).

Uma maior circulação de dinheiro implica também num aumento do consumo, e dentre as suas possibilidades, o aumento de produtos eletrônicos como telefones celulares, videogames, televisão, entre outros. Esse aumento está registrado na **Tabela 2** que mostra um aumento em atividades que envolvem redes sociais e práticas do brincar que acontecem mais dentro de casa e menos nas ruas.

Esses dados de campo acima apresentados, a se dizer as falas das crianças apresentadas, nos permitem pensar algumas interpretações a partir de eixos que refletem as mudanças cotidianas locais. O primeiro eixo identificado se refere justamente a paisagem, presente nos relatos das crianças por meio da relação com o rio, com o mar e também com as práticas do brincar.

Nesse eixo, a relação com o mar é menos mencionada, mas a relação com o rio aparece com uma frequência considerável, no sentido de que famílias iam ao rio com grande frequência e hoje vão muito menos, ou até mesmo não vão mais. Essa relação com o rio aparece também nos relatos sobre o brincar, na medida em que a ida ao rio era uma prática de brincar recorrente para diversas crianças e adolescentes da comunidade, essa prática é alterada, sendo pouco praticada, ou não mais praticada após o rompimento da barragem.

O segundo eixo que pode ser identificado diz respeito ao consumo e uso do dinheiro como parte do *modus vivendi* e *operandi* da comunidade²⁹. A dinâmica do comércio local é relatada tanto em falas, como nos desenhos e observações coletadas em campo, os preços de alguns produtos sobem após o desastre como é o caso da água por exemplo, assim como aumentam atividades de construção civil, o consumo de equipamentos eletrônicos como celular, computador, entre outros, conforme já foi mencionado. Toda essa dinâmica de consumo é alterada frente à diversas famílias e trabalhadores e trabalhadoras que tiveram que buscar outros tipos de trabalho após o desastre.

Outro elemento importante a ser destacado, é que a perspectiva das crianças nos diz que houve um aumento da violência na comunidade após o rompimento. Esse elemento é

²⁹ Vale ressaltar que a respeito do dinheiro pago pela Samarco, é um valor pequeno frente os impactos que as diversas famílias sofreram e à perda de vidas, considerando que foi um crime e não um acidente de causas naturais ou inevitáveis.

importante pois demonstra a grande complexidade do desastre, as alterações no cotidiano de Povoação e no sentido de segurança. As crianças nos mostram que o desastre-crime é realmente um evento marcante, de grande complexidade, ele aprofunda as condições de vulnerabilidade, expõe aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, etc.

O terceiro eixo, que já foi amplamente citado, se refere ao cotidiano de maneira geral, ou seja, aos diversos elementos apontados nas falas das crianças, que evidenciam as alterações significativas em vários âmbitos que formam e conformam o dia-a-dia da comunidade.

3.4 DESENHO DAS CRIANÇAS³⁰

Conforme já foi dito no tópico sobre notas metodológicas presente na introdução deste trabalho, durante o trabalho de campo foi realizado uma oficina de desenho, na qual o desenho foi utilizado como forma de aproximação com as crianças e onde elas puderam representar emoções, sensações, relações, etc. Tal atividade, conforme já explicado, foi realizada após o grupo focal na escola da comunidade. As crianças tinham papel, lápis, canetinha e giz-de-cera para que pudessem produzir tantos desenhos, quanto produções escritas todas apresentadas abaixo nesse tópico. A produção era livre e a única instrução foi que desenhassem sobre o rio Doce, o que o rio representa, qual a relação deles com o rio, etc.

O desenho como já foi aqui mencionado é uma ferramenta importante e se mostra eficaz no que tange trabalhos que possuem as crianças como sujeitos centrais. Os desenhos abaixo apresentados também permitem para além de escutar a voz das crianças, deixar que elas contem a própria história, também se apresentam como a possibilidade de que elas conduzam a conclusões ou resultados gerais da pesquisa, mesmo que de forma não intencional.

Ou seja, os desenhos vão evidenciar ainda mais a perspectiva das crianças sobre as alterações no cotidiano e na paisagem de Povoação após o desastre-crime, mas para além disso permitem observarmos elementos centrais que se repetem nas diversas narrativas e

³⁰ Vale destacar que nem todos os desenhos produzidos durante a oficina de desenho estão aqui apresentados.

perspectivas apresentadas, e conseqüentemente, conduzir a percepções gerais e conclusivas sobre tais alterações e afetações.

Antes de apresentá-los e analisá-los é preciso entender um pouco o que aqui entendo como desenho, como ele se constrói, constitui e se relaciona. Um breve resgate histórico mostra que no início do modernismo o desenho possuía um valor de expressão livre das amarras sociais e dogmas estéticos (BARBOSA, 2015, p. 310). Esse caráter de expressão livre do desenho é notável e importante de ser mencionado na medida em que o desenho é universal, inclusive o desenho é uma forma de comunicação mais universal do que a própria palavra (BARBOSA, 2015, p. 310).

Essa forma de expressão que se destaca por ser livre e universal, entretanto, demora a florescer dentro da educação brasileira, por exemplo (BARBOSA, 2015). O ensino de design e a inserção dos desenhos em currículos educacionais no Brasil ocorreram de forma muito tardia e encontraram resistências (BARBOSA, 2015). Com certeza esse modo de expressão livre, universal, meio de produzir cultura e de manifestar, propulsiona algumas formas de resistência.

Mas afinal, o que é o desenho? Para os objetivos aqui propostos e segundo as bases que orientam esse trabalho, o desenho é uma forma de expressão que “[...] registra ideias, constrói ideias e as irradia. O desenho denota conflitos e busca soluções. O desenho funda novas realidades” (BARBOSA, 2015, p. 12).

Há, ainda, muitos fatores relativos aos desenhos que merecem ser mencionados, o primeiro deles é que o desenhar é um processo socialmente construído, ou seja, o desenho precisa ser pensado como um produto histórico que não pode ser desvinculado da cultura. Precisamos entender, não obstante que o desenho não é somente um produto final, ele é um processo que envolve meio social, pessoas, recursos materiais, e experiências concretas dos sujeitos que desenharam, nesse caso as crianças. Existem, entretanto, perspectivas que compreendem as crianças sozinhas, isoladas de um meio social e o produto final (o desenho), essas perspectivas não enxergam o processo como um todo (SILVA, 2002).

Esse processo que é coletivo, ou seja, há sempre a participação do outro, é um processo interativo. Um processo que vai muito além do próprio ato físico do desenhar, um processo em que não há certo ou errado, uma produção que representa algo de maneira distinta. É um processo que percorre tempos, pois momentos do não-desenho também fazem parte do processo, o antes, o durante e o depois. Um processo sempre relacionado com o contexto social a sua volta (SILVA, 2002).

O desenho enquanto processo também possui caráter de complexidade com o mundo de maneira geral, pois “[...] desenhar também é sonhar, imaginar, recordar e criar [...]” (SILVA, 2002, p.14). O desenho, assim como a paisagem já aqui apresentada, possui uma dimensão afetiva (SILVA, 2002).

Nada disso, no entanto, é uma novidade, desde o final do século XIX já são realizados estudos acerca do desenho infantil, época em que as crianças começaram a ter acesso a papel e lápis. Isso não significa, entretanto, que antes as crianças não desenhavam, só o faziam de outras maneiras; antes desenhavam no chão, nas paredes, nos muros, em vidraças, com as próprias mãos, com gravetos, pedaços de carvão, entre vários outros materiais que elas tivessem disponíveis (SILVA, 2002).

Para os objetivos e discussões aqui propostas vale ressaltar que o desenho possui grande importância ou forma de expressão nas imagens que as crianças trazem do lugar, na maneira pela qual elas o representam. Nos desenhos aqui apresentados é possível destacar uma demarcação nítida entre um antes e um depois, um rio vivo e um rio morto, um rio que muda de cor.

Assim como várias conceituações desse trabalho – a infância; o desastre-crime; a paisagem – o desenho também possui grande complexidade e correlações entre os sujeitos e o mundo. O desenho aqui proposto é também uma nova maneira de interpretação do mundo, ele se dá sob outro modo de pensar (IAVELBERG; MENEZES, 2012, p. 97-98). Nesse trabalho, portanto, o desenho é uma forma de compreender a interpretação das crianças sobre o seu próprio mundo, é um modo de entender como elas pensam, como elaboram suas perspectivas sobre o desastre-crime no rio Doce, singulares àquelas já estudadas e apresentadas.

Figura 13 – Desenho de menina representando o mar depois e antes do desastre

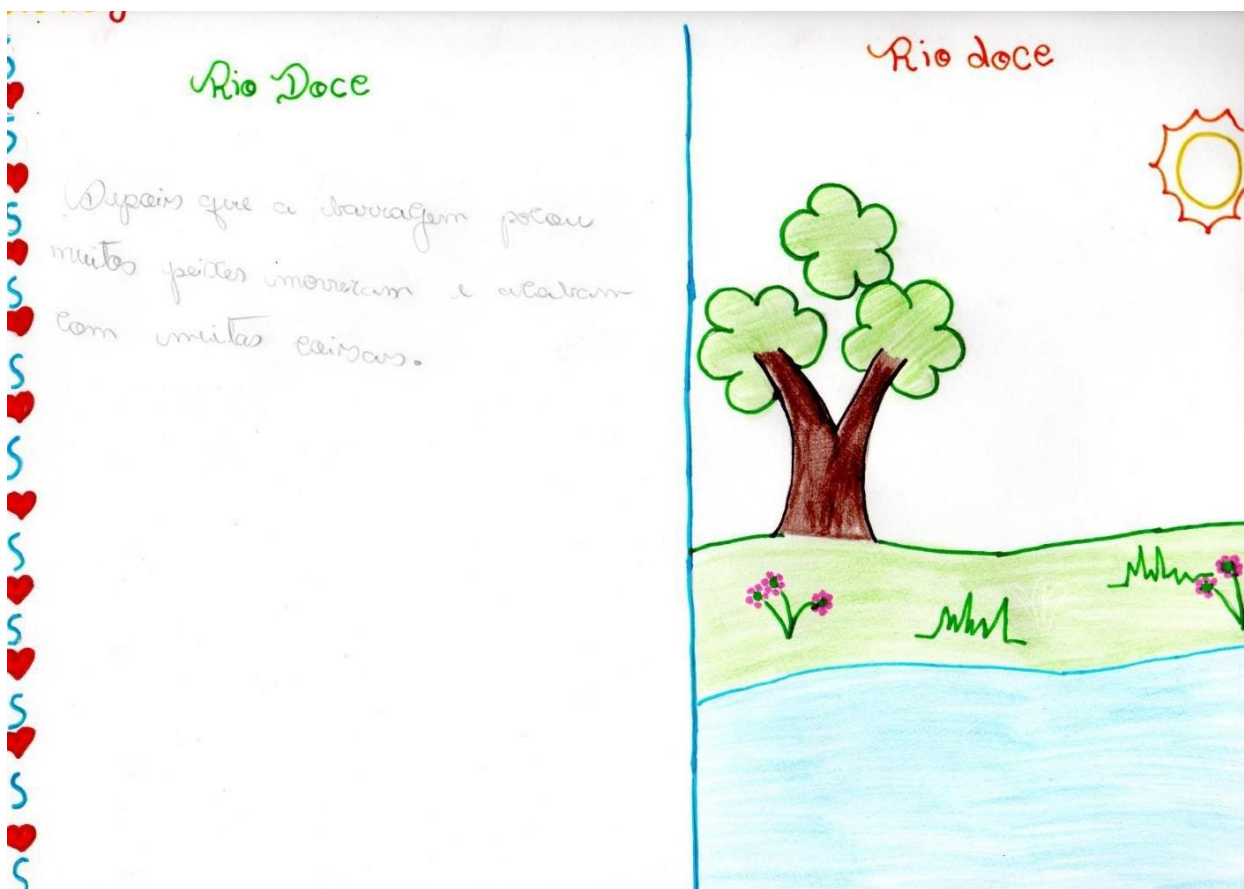


Fonte: Desenho feito na oficina de desenho realizada no dia 01/11/2019

A **Figura 13** acima representada é um desenho que traz uma dimensão importante acerca do desastre a ser pensada. É possível observar que o antes e o depois representados no mar são duas ondas que se encontram, ou melhor, são duas ondas uma ao lado da outra, uma incidindo sobre a outra. O que diferencia, nesse caso, o antes e o depois? A cor das ondas. A onda que antes era azul, agora é marrom, a cor da lama. Tal representação permite pensarmos acerca de relações temporais num contexto de desastre ambiental e na magnitude do que ocorreu/ocorre na bacia do rio Doce. O desastre não acaba, ele se perpetua no tempo e no espaço. O antes e o depois não estão separados temporalmente, são aspectos relacionais, eles estão interligados, incidindo um sobre o outro, se conectando de alguma forma, assim como as ondas do antes e do depois apresentadas em tal desenho.

Já a **Figura 14** se constitui de uma maneira um pouco diferente das demais. Tal desenho não representa um antes e depois do desastre, traz uma representação ao lado de uma frase. Observa-se a seguir:

Figura 14 – Desenho de menina de 13 anos representando o rio Doce



Fonte: Desenho feito na oficina de desenho realizada no dia 01/11/2019

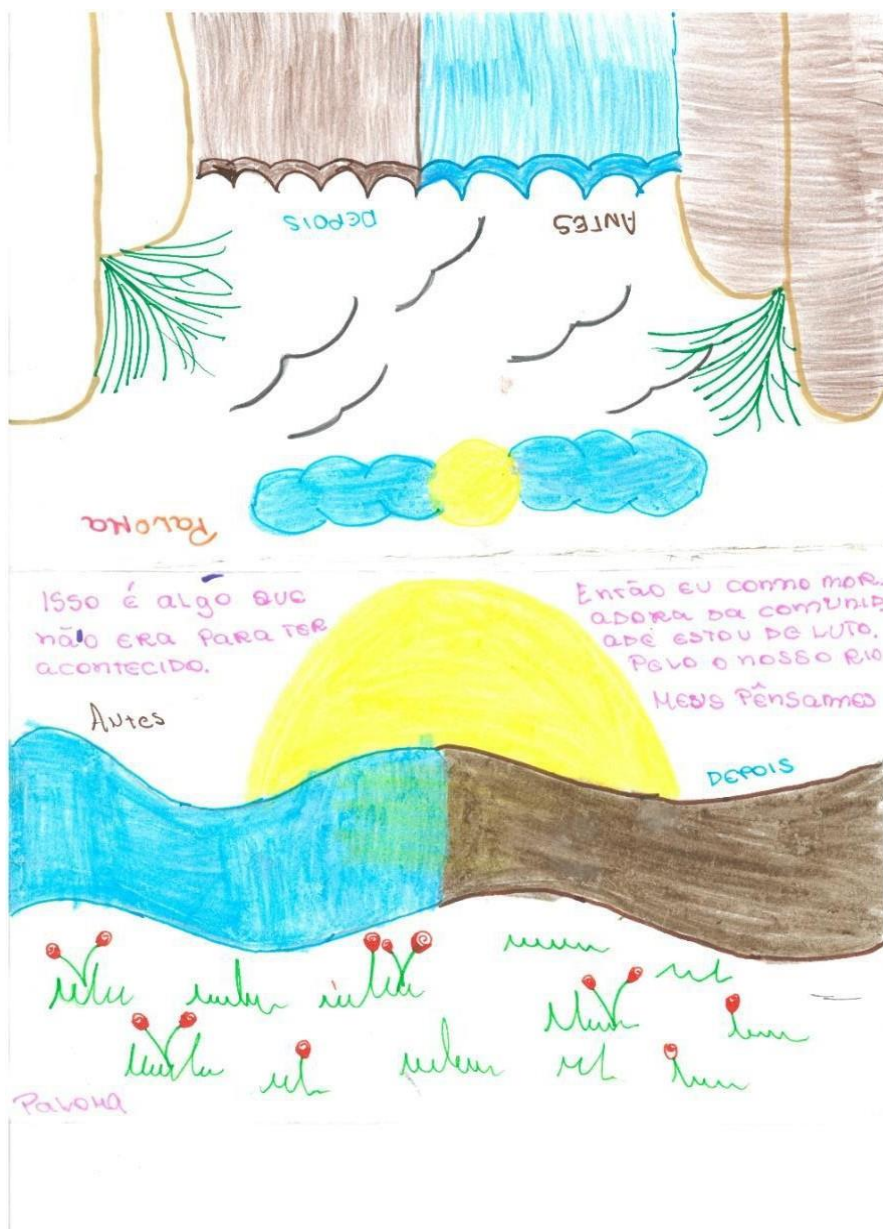
O desenho acima apresentado foi realizado por uma menina de 13 anos que sempre morou na comunidade. Diferente de grande parcela das crianças e adolescentes, ela optou por fazer um desenho que mostra o que é o rio para ela, ao lado de uma frase, ao invés de estabelecer uma comparação por meio de representações no desenho de um antes e depois do desastre. Nota-se que devido as dificuldades para digitalização do desenho e do escrito, por causa da maneira como foi escrito, a frase na **Figura 14** se tornou um pouco ilegível.

O desenho original permite identificar que a frase escrita foi: “Depois que a barragem pociu muitos peixes morreram e acabaram com muitas coisas” (MENINA, 13 anos). Ou seja, é possível observar que ela identifica o rompimento da barragem como algo ruim, que afetou “muitas coisas”, mas no desenho que vem ao lado ela prefere representar o rio enquanto algo bonito, de cor azul, com uma árvore viva bonita, com uma vegetação verde em sua margem. Com o olhar de fora, de um pesquisador e como um adulto não é possível

afirmar com exatidão o porquê de tal representação dessa maneira. Algumas possibilidades, entretanto, podem ser pensadas e deixo como ponto de reflexão.

A primeira delas é que a representação feita no desenho pode ser de um rio de antes do rompimento, a segunda possibilidade é de que a menina ainda veja o rio dessa maneira, nos dias atuais, mesmo após o rompimento da barragem. Outra possibilidade a ser pensada é que ela observa que o rompimento matou os peixes e trouxe danos a comunidade, mas sua representação do rio continua mais “positiva” pois sua relação ou dimensões de vivência e afeto a fazem representar dessa maneira. Mesmo que não seja possível afirmar os motivos de tal desenho ter se configurado dessa maneira serve como reflexão sobre o que pode ter levado a tal, e evidencia que há perspectivas diversas entre as crianças e adolescentes sobre o desastre-crime no rio Doce.

Figura 15 – Desenho de menina de 12 anos acerca do desastre-crime



Fonte: Desenho feito na oficina de desenho realizada no dia 01/11/2019

A **Figura 15** acima apresentada traz dois elementos importantes a serem analisados a fim de uma melhor compreensão acerca da experiência de paisagem, que envolve a percepção da alteração do cotidiano, do ponto de vista das crianças. O primeiro elemento é a frase escrita pela menina que fez o desenho, mesma frase que compõe o título da presente dissertação: “Isso é algo que não era para ter acontecido”. Dentre outras coisas, essa frase nos diz que o desastre-crime não foi um evento natural, ou seja, efetivamente foi algo que não era para ter acontecido, foi algo que alterou a vida local (a expressão citada “estou de luto” é emblemática).

O segundo elemento presente nesse desenho que pode trazer importantes reflexões, para além das representações não-verbais do antes e depois do desastre-crime, com a mudança de coloração do rio e do mar, é o outro elemento verbal presente no desenho, mais precisamente a frase que diz “Então eu como moradora da comunidade estou de luto pelo nosso rio. Meus pêsames.” Tal frase nos releva a percepção de um rio que morreu – como uma experiência de luto –, pois o luto só existe quando alguém morre, e essa morte é sentida também além de uma perspectiva subjetiva mais individual, enquanto moradora da comunidade, ou seja, essa construção e experiência de paisagem para com o rio – esse mesmo que morreu – se dá, também, de maneira coletiva, da comunidade como um todo.

Conforme dito na introdução desse trabalho, durante a realização da oficina de desenho a decisão do tipo de produção a ser realizada ficou a cargo das próprias crianças/adolescentes, dessa maneira alguns optaram por realizar produções escritas, utilizando apenas linguagem não-verbal, ou linguagem mista (verbal e não-verbal). Tais produções serão abaixo apresentadas porque também constituem a construção da experiência de paisagem e/ou a representação do desastre-crime.

Figura 16 – Texto de menina de 14 anos sobre o rio, o mar e o desastre-crime

O Rio Doce: Representa para mim, um rio ^{que} nós possamos, tomar banho, brincar, na água, e mais outras coisas sobre isso. Antes que o rio tivesse poluído agente tomava mais banho no rio brincava e outras coisas... tipo agente ia mais no rio do que agente vai agora.

Antes agente ia mais se divertia mais com amigos, familiares. Mais agora que o rio está poluído quase não podemos tomar banho, brincar de varias coisas dentro da água, tipo não podemos agora e, se divertiu mais do que agente se divertiu antes.

Mais eu acredito que o rio doce tem chance de mudar de voltar ao normal, de como era antes.

Mar: Representa para mim tipo a mesma coisa do que o rio doce, tipo antes agente se sentia mais seguro no mar, brincava sem muito perigo, tomava banho também sem muito perigo. Mais agora eu já não me sinto mais segura, eu já me sinto insegura por causa da barragem que estorou no rio doce.

Mar e rio doce: no mar e no rio doce eu já não me sinto segura como eu me sentia antes disso acontecer.

tipo agora eu estou muito insegura, com o mar e o rio doce...

Fonte: Texto escrito na oficina de desenho realizada no dia 01/11/2019

A **Figura 16** demonstra grande profundidade e reflexão, uma maneira expressiva de representação sobre o desastre-crime. Proponho que seja feita uma leitura atenta, buscando sentir tudo aquilo ali representado. Aspectos que marcam a perspectiva dessa adolescente são apresentados de forma direta e indireta, de modo sutil e contundente, em tal produção escrita.

O texto apresentado na **Figura 16** evidencia uma ruptura que aparece de forma reiterada em toda a produção escrita da menina. Ela relata seguidamente em três tópicos distintos que não se sente segura, que o rio e o mar não são os mesmos. Isso só corrobora a ideia de que novas formas de vulnerabilidade passaram a ser sentidas na comunidade e que as crianças percebem e vivenciam emocionalmente essas diversas rupturas e alterações no cotidiano e na paisagem. Outro fator importante que pode ser pensado é a respeito da insegurança, sobre algo que se rompeu também dentro das crianças, numa dimensão corpórea e subjetiva, há assim alterações que marcam agora as ligações com esse lugar habitado.

Figura 17 - Texto de menina de 12 anos sobre o rio Doce e as afetações do desastre-crime

Rio Doce...:

* O que é para você?:
Ele para mim, era um ponto turístico que os que chamava a atenção dos turistas, surfistas e o povo da comunidade.

* O que afetou?:
Por mim tudo, os brincadeiros, o Turismo, a economia e a cultura.

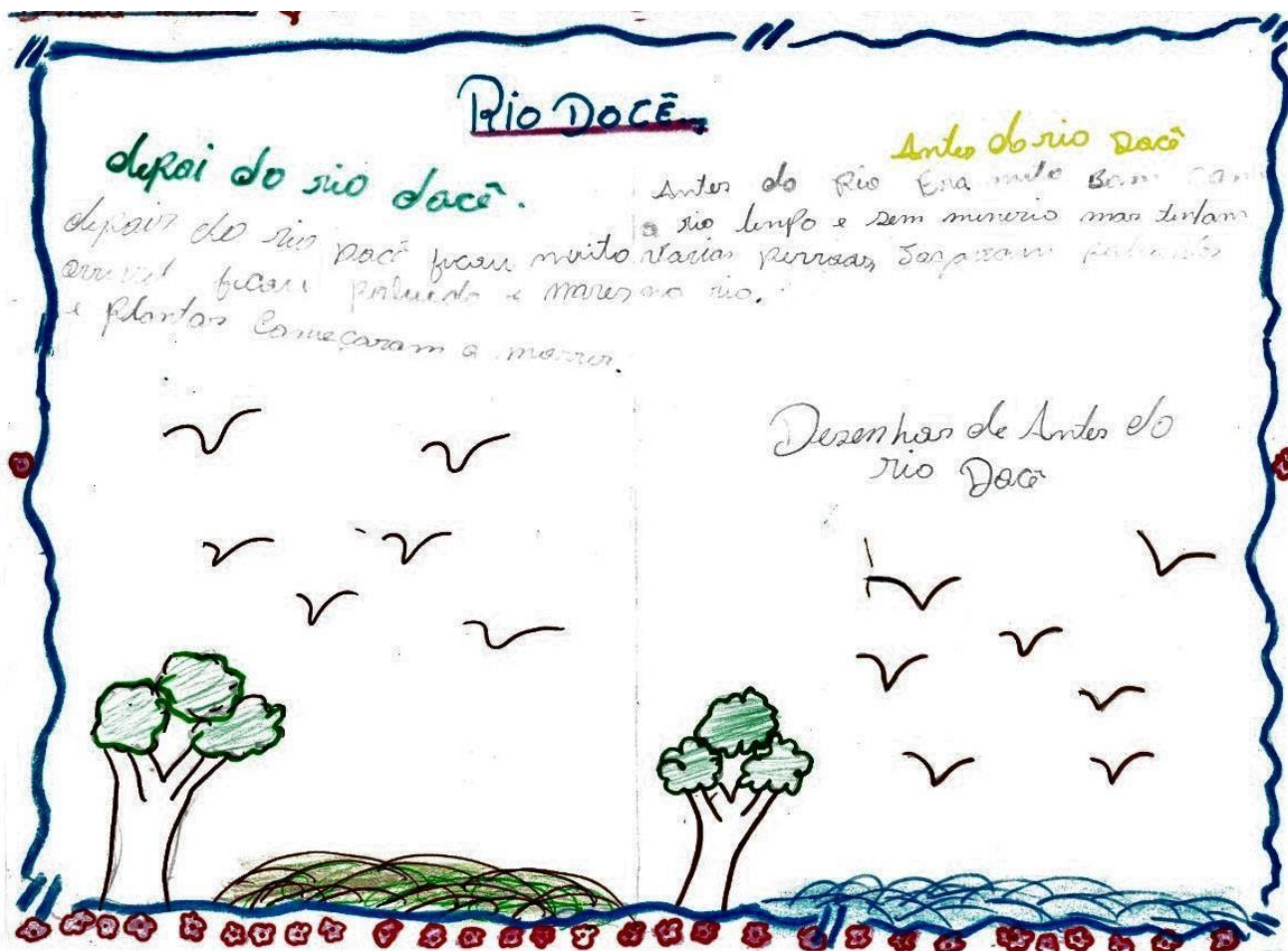
* Por que?:

- **Brincadeiro** - Porque agente não brinca no rio enqual antigamente que agente brincava.
- **Turismo** - Porque depois que aconteceu isto tropeidou ficou vindo pouca gente para aqui em época de festas.
- **Econômico** - Porque veio este negocio da Renova o "dinheiro" e atraiu muita gente e depois foram embora e os comerciantes aumentaram o preço das coisas.
- **Cultura** - Porque sem rio e sem mar não vai ter mais festa: dos surfistas por causa do mar que está poluido no litoral e as festas do mar-club e do roble porque não dá para pesca e as festas tem nome de peixe e sem o peixe a festa fica ruim.

Fonte: Texto escrito na oficina de desenho realizada no dia 01/11/2019

Outra produção escrita muito interessante é o texto acima apresentado na **Figura 17** que apresenta aspectos relevantes pois informa como o rio era representado antes do rompimento da barragem e de que modo a presença da lama de rejeitos modificou as dinâmicas sociais na relação com o rio, as alterações nas brincadeiras das crianças, no turismo, na economia e na cultura. Tal fator demonstra a complexidade e completude da perspectiva das crianças que abrange não somente o rio, mas também toda a configuração espacial e social da comunidade. Nos termos aqui apresentados, apresenta uma perspectiva das mudanças locais que o presente estudo buscou identificar por meio do trabalho de pesquisa.

Figura 18 – Desenho de menina de 12 anos sobre o desastre-crime



Fonte: Desenho feito na oficina de desenho realizada no dia 01/11/2019

Já na **Figura 18** pode ser observada uma linguagem mista, ou seja, verbal e não-verbal. A representação não-verbal se deu através do desenho de árvore, pássaros e a representação do rio que muda de cor a partir de uma diferenciação entre um antes e um

depois do desastre-crime. Essa comparação de um rio que era azul agora é marrom, ou descrito em outras cores, mas sempre um rio que após o rompimento mudou de coloração, ficou mais escuro, ou mais “sujo”. A utilização de linguagem verbal em tal desenho explica a representação não-verbal na medida em que diz que antes do desastre-crime o rio era limpo, sem minério, depois do rompimento o rio ficou poluído e plantas começaram a morrer.

Podemos, assim, chegar a algumas conclusões, ou melhor a algumas considerações sobre os desenhos que aqui foram apresentados e que orientam esse trabalho e as análises aqui feitas. Podemos concluir que os desenhos das crianças são um meio de dizer o que elas percebem e sentem acerca do desastre, retratam uma leitura social ao mesmo tempo em que são expressões do ato criativo dessas crianças. E o próprio ato de criar também precisa ser entendido como um ato social e histórico. O desenho é um processo que resulta em um produto social, construído no diálogo do eu com o mundo, do eu com o outro (PAIVA, 2008). O desenho é mais uma ferramenta do conjunto que busca capturar a voz e dar centralidade às crianças, a essas crianças que raramente foram convidadas a participar efetivamente dessa sociedade, que diz zelar por seus direitos, mas opta, geralmente, por processos de silenciamento de suas vozes (PAIVA, 2008).

O presente capítulo, em suma, buscou apresentar o que foi aqui entendido enquanto paisagem, a construção da experiência da paisagem e as percepções do cotidiano, por meio das interpretações, sentidos e figurações das crianças sobre o desastre-crime (no contexto pós-chegada da lama de rejeitos na foz do rio Doce) e seus efeitos na comunidade de Povoação. Para tanto, foram apresentados tanto falas das próprias crianças, como desenhos feitos (com a utilização de linguagem verbal e/ou não-verbal), a fim de tornar visíveis as perspectivas desses sujeitos, considerados aqui neste trabalho como sujeitos ativos, com seus modos singulares de contar as suas próprias histórias, que são também as histórias dos lugares onde habitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância, da maneira que até aqui foi discutida, merece ser pensada como algo singular, histórico, cultural e principalmente inventado. Por isso, torna-se importante compreender as abordagens que discutem a infância como uma construção cultural e histórica. Minhas contribuições, todavia, não quiseram negar essa ideia de construção, antes seguir com ela até o seu limite, ampliando-a a partir da noção de invenção, que traz consigo outros aspectos analíticos para além da ideia de construção.

Um passo fundamental para tanto foi fugir de concepções que caracterizam as crianças enquanto tábulas-rasas, que não sabem e só aprendem, ou enquanto sujeitos passivos. Do mesmo modo, busquei não recair nos universalismos. É impossível se pensar uma infância universal, ou em crianças universais, nesse sentido é fundamental compreender a necessidade de ancorar as reflexões numa abordagem histórica e cultural, que compreende as infâncias a partir de seus diferentes contextos.

Vale destacar também o desafio de meu lugar, enquanto pesquisador, ao estudar a infância, buscando dar ouvidos as falas das crianças, escapando de um olhar adultocêntrico, ou a tentativa de escapar de um olhar exterior sobre a infância e os sujeitos que a constroem. Portanto, o trabalho foi um constante processo de construção/desconstrução tanto de minha parte enquanto pesquisador, quanto do próprio processo do rompimento da barragem de rejeitos, assim como da experiência de paisagem.

As contribuições do campo da etnologia indígena são fundamentais para corroborar a ideia da existência de “infâncias”, sempre no plural, para a existência de diferentes práticas do brincar e para a reflexão aqui proposta de uma invenção da infância, como apontei. Por isso, considere pertinente ressaltar que é preciso deixar que as crianças contem suas próprias histórias, escutar suas vozes. Estou ciente do desafio epistêmico que envolve essa perspectiva, pois talvez não seja efetivamente possível esse ato, considerando que sou eu quem escrevo, logo, também sou eu um inventor da minha própria ideia de infância. O dilema, no entanto, não se sobrepõe a tentativa.

No seu cerne, o trabalho aqui apresentado buscou analisar o desastre-crime no rio doce e seus efeitos e alterações no cotidiano e na paisagem da comunidade de Povoação/ES a partir da perspectiva das crianças, perpassando três eixos fundamentais. O primeiro eixo, já acima mencionado, se refere à infância, a construção/invenção da infância; o segundo eixo tratou da discussão propriamente sociológica do tema do desastre e suas repercussões; já o terceiro eixo se referiu à algumas considerações a respeito do que aqui foi entendido enquanto paisagem ou experiência de paisagem.

Vale destacar também, no que tange às discussões apresentadas no primeiro eixo, que a prática do brincar teve um papel importante para o desenvolvimento desse trabalho, tanto em níveis teóricos quanto empíricos. Num nível teórico vale destacar a importância da prática do brincar, suas conceituações e ferramentas analíticas quando os sujeitos da pesquisa são crianças. Portanto, essa discussão serve tanto como embasamento teórico para compreender melhor o ser criança, a infância ou infâncias, quanto como ferramenta prática de análise pela qual as crianças podem ser estudadas.

As práticas do brincar foram aqui compreendidas como a forma de habitar das crianças, ou seja, a forma como elas se relacionam com a comunidade, com o ambiente à sua volta. O brincar é também habitar, viver, se relacionar e construir o ambiente material (e simbólico) no qual se está inserido. Portanto, essa compreensão do brincar é uma importante ligação na compreensão da perspectiva das crianças sobre o desastre-crime no rio Doce e as alterações no cotidiano e na paisagem de Povoação. As alterações e afetações nas práticas do brincar podem ser consideradas indicativos da perspectiva das crianças sobre como a chegada da lama de rejeitos afetou a história local.

Retomando ainda o segundo eixo, vale destacar, conforme apresentado no respectivo capítulo 2, que o desastre é aqui entendido não enquanto um evento natural, e sim como resultado de relações sociais e interação e ação humanas. Não obstante, é importante destacar a utilização da palavra crime para marcar a gravidade do evento ocorrido, o descaso para com os moradores e afetados, afora as pessoas mortas e as vidas destruídas de maneira geral. Não obstante, cabe assinalar, a partir da pesquisa que foi realizada, que não se pode esquecer o fato de que as crianças não estão presentes e/ou contempladas, pelo menos ainda, nos planos de reparação para os desastres, sendo o rompimento da barragem um deles. Isso é uma falha grave, considerando o modo como são afetadas e

como elas têm suas vidas alteradas, suas histórias, seus cotidianos e seus futuros. Uma das contribuições do presente trabalho dissertativo é, pois, chamar a atenção para este fato, para esta lacuna, e deixar como sugestão a necessidade de que venham a ser desenvolvidos trabalhos de pesquisa e análises - desde o campo das políticas públicas e das políticas de reparação dos desastres – voltados exclusivamente para esse grupo específico: as crianças e jovens das localidades atingidas.

Ainda, cabe destacar a importância de se propor estudos que contemplem a questão da infância dentro da temática da sociologia dos desastres, considerando que a mesma não possui centralidade ou destaque até o momento; os trabalhos que mobilizam tais sujeitos geralmente são restritos ao ambiente escolar. Portanto, uma das contribuições do presente estudo foi justamente esta: escutar a voz dessas crianças como sujeitos ativos na construção e no estudo da infância, dentro de uma ampla agenda do campo da sociologia dos desastres.

Dessa maneira, foram aqui apresentadas as falas das crianças, desenhos, imagens e textos produzidos por elas a respeito do tema mencionado, assim como observações feitas por mim, enquanto pesquisador, a partir de idas a campo, conversas, vivências e entrevistas com moradores locais, líderes e funcionários da escola da comunidade.

Conforme foi apresentado com maior detalhes na introdução desse trabalho, todos esses dados foram coletados via idas a campo, com realização de grupos focais e oficina de desenho na própria escola da comunidade, parceria essa fundamental para a realização desse trabalho, para além das observações, fotografias e entrevistas. Todas essas ferramentas foram resultado de pesquisas e discussões sobre como trabalhar com crianças e qual a melhor maneira de compreender os aspectos aqui pretendidos.

No âmbito do terceiro eixo apresentado, vale destacar que a paisagem, em suma, é aqui compreendida enquanto uma co-constituição entre sujeito e ambiente, uma construção, uma relação entre os sujeitos e o meio ambiente material envolvido. A paisagem é uma relação de construção também subjetiva, de afetos, de pontos de vista. Portanto, foi fundamental ouvir as crianças e observar a partir de suas representações como eram suas relações com o rio, com a comunidade, e como isso é alterado a partir da chegada da lama na foz do rio Doce. Afinal, as crianças são co-criadoras dessa paisagem e desse cotidiano.

Em âmbitos gerais, vale ressaltar que a frase presente no título deste trabalho também é um excelente indicativo das conclusões gerais a que se pode chegar. O desastre-crime no rio Doce *não é algo que era para ter acontecido*, ou seja, não foi um evento natural e inesperado. E suas dimensões precisam ser compreendidas em contextos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos específicos. É preciso ainda entender que a lama escura, figurada nos desenhos das crianças, representa uma outra configuração socioambiental que foi, abruptamente, inserida na dinâmica o no dia a dia da comunidade. Com isso, as crianças e jovens tiveram seu direito à paisagem e ao brincar diretamente comprometidos, tiveram, portanto, de se reinventar como crianças (tanto quanto os adultos também o tiveram) e isso precisa ser problematizado e discutido, conforme aqui intentamos.

É importante destacar também que o presente trabalho serve como um documento de memória para dizer que o desastre-crime não pode cair no esquecimento. Até porque além do passado e presente, o futuro será sempre afetado pelo ocorrido. A perspectiva de futuro, ainda que não apareça com tanta força nos dados, falas, relatos, desenhos e representações, vale dizer que ela foi abordada sim por algumas crianças/adolescentes, num momento do grupo focal realizado, quando disseram que gostariam de ir embora da comunidade, ir morar em outro lugar. Alguns assinalaram, inclusive, que a localidade nunca mais seria a mesma coisa, e que Povoação acabaria por virar uma cidade, acentuando o processo acelerado de mudanças que passou a ocorrer com a chegada da lama. Ou seja, o desastre mobiliza referências e sentidos que interpenetram o passado, o presente e o futuro.

Sabemos que ainda há o que se discutir sobre o tema de pesquisa *criança-desastre-paisagem*, não obstante, consideramos que esta dissertação promoveu um esforço analítico ao trazer à cena algumas dimensões do cotidiano comunidade de Povoação, orientando-se pelo olhar e perspectiva das crianças. Espera-se também que o presente trabalho possa servir como ferramenta de mobilização de políticas públicas dirigidas às crianças, sujeitos tão afetados quando os adultos, mas que são invisibilizados, e cujas vozes pouco são escutadas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 1014 p.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR: Paraná (SC), n. 5, p.49-60, jan./jun., 2002.

ALEXANDER, David. **Modelos de vulnerabilidade social a desastres**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 93, p. 9-29, jun. 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARBOSA, Ana Mae. **Redesenhando o desenho: educadores, política e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2015. 453 p.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo – exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BUSS-SIMÃO, Márcia. **Antropologia da Criança: uma revisão da literatura de um campo em construção**. Revista Teias, Uerj, v. 10, n. 20, p.1-16, 2009.

CAMPELO, Álvaro. **A Paisagem**. Introdução a uma gramática do “espaço”. António Vieira, Francisco Costa (Eds.). Aula inaugural do Curso de Doutorado em Geografia. Portugal: Guimarães, 2012.

CANNELLA, Gaile S.; VIRURU, Radhika. **Childhood and Postcolonization: Power, Education, and Contemporary Practice**. New York: Routledgefalmer, 2004.

CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. 320p.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COHN, Clarice. **Concepções de infância e infâncias**. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p.221-244, maio/ago., 2013.

COHN, Clarice. **Crianças indígenas: introdução ao dossiê, estado da arte e agenda de pesquisas**. In: COHN, Clarice; LORETI, Gabriela Braga (Ed.). *Dossiê Crianças e Infâncias Indígenas*. *Revista de Antropologia da Ufscar: RAU*, São Carlos, v. 11, n. 1, p.1-734, jan./ jun., 2019.

COLLOT, Michel. **Poética e filosofia da paisagem**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. CosacNaify, 2014. p. 345-406.

CREADO, Eliana Santos Junqueira; HELMREICH, Stefan. **A wave of mud: the travel of toxic water, from Bento Rodrigues to the Brazilian Atlantic**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 33-51, abr. 2018.

DIP, Flávia Franzini. **SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: O que tem sido dito sobre ela e seu impacto sobre o entendimento de protagonismo infantil e cultura de pares**. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2016.

DUTRA, Gracy Kelly Monteiro; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. **PERCEPÇÕES AMBIENTAIS DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM ESPAÇOS DEGRADADOS NA AMAZÔNIA**. *Ambiente & Sociedade*: São Paulo, v. 21, p.1-20, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciencias sociais - Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. 278 p.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Org.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados, 2002.

FORTUNA, T. R. **Vida e morte do brincar**. In: ÁVILA, I. S. (org.) *Escola e sala de aula: mitos e ritos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-59.

FREITAS, Carlos M. [et al.]. **Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência** – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6), p. 1577-1586, 2012.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIEDMANN, Adriana. **História do percurso da sociologia e da antropologia na área da infância**. São Paulo: Revista Vera Cruz, 2011.

GONÇALVES, Felipe Pinto. **Distribuição da população no litoral de Linhares-ES**. *Revista Geografares*: Vitória, n. 16, p.94-119, jul. 2014.

GONÇALVES, Juliano C. et al. **Colapso de barragens**: aspectos sócio-políticos da ineficiência da gestão dos desastres no Brasil. p.160-175. In: VALENCIO, Norma, et al. (Orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima Editora, vol I, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. Papeles Relaciones Ecosociales y Cambio Global:** Madrid, n. 143, p. 61-70, 2018.

HERCULANO, Selene. **O CLAMOR POR JUSTIÇA AMBIENTAL E CONTRA O RACISMO AMBIENTAL. Interfacehs – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente,** São Paulo, v. 3, n. 3, p.1-20, jan./ abril, 2008.

IAVELBERG, Rosa; MENEZES, Fernando Chui de. In REBOUÇAS, Moema Martins; GONÇALVES, Maria Gorete Dadalto (Org.). **Investigações nas práticas educativas da arte.** Vitória: Edufes, 2012. 358 p.

INGOLD, Tim. **Pare, olhe, escute!** Visão, audição e movimento humano. Ponto Urbe 3, 2008.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood.** London: Falmer Press, 2005.

KEHILY, Mary Jane (Ed.). **An introduction to childhood studies.** 2. ed. New York: Open University Press, 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Cengage Learning, 1998.

KOUSKY, Carolyn. **Impacts of Natural Disasters on Children. The Future Of Children,** Princeton, v. 26, n. 01, p.73-92, Spring, 2016.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES).** Relatório de pesquisa. GEPEDES., 2017.

LOPES, Jader Janer Moreira; FERNANDES, Maria Lidia Bueno. **A criança e a cidade:** contribuições da Geografia da Infância. Educação: Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 202-211, maio/ago. 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia de. **GEOGRAFIA DA INFÂNCIA:** Territorialidades Infantis. Currículo Sem Fronteiras, v. 6, n. 1, p. 103-127, jan./jun. 2006.

LOSEKANN, Cristiana; MAYORGA, Claudia (Org.). **Desastre na bacia do Rio Doce:** desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018. 216 p.

LOSEKANN, Cristina; MILANEZ, Bruno. **Desastre no Vale do Rio Doce:** antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MACHADO, Marina Marcondes. **A Poética do Brincar.** São Paulo: Edições Loyola, 1998. 80 p.

MARANDOLA Jr., Eduardo. HOGAN, Daniel J. **As dimensões da vulnerabilidade.** São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 33-43 jan./mar. 2006.

MARCHEZINI, Victor. **As ciências sociais nos desastres:** um campo de pesquisa em construção. São Paulo: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 83, 1/2017, p. 43-72, 2018.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). **Pedagogia histórico-crítica:** 30 anos. Campinas, Sp: AutoresAssociados, 2011.

MATTEDI, Marcos. **Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais.** Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, p. 260-285, 2017.

MAUSS, Marcel (1937). **Três observações sobre a sociologia da infância.** Tradução de Renato Abramowicz Santos. Pro-posições: Campinas, v. 21, n. 3, p.237-244, set./ dez., 2010.

MEAD, Margaret. **COMING OF AGE IN SAMOA: A PSYCHOLOGICAL STUDY OF PRIMITIVE YOUTH FOR WESTERN CIVILIZATION**. 2. ed. New York: Harper Perennial, 2001. 223 p.

MELLO, João Batista de Oliveira. **O triunfo do lugar sobre o espaço**. In. Qual o espaço do lugar?. Editora Perspectiva: São Paulo, 2012.

MORUZZI, Andrea Braga. **A Sociologia da Infância: esboço de um mapa. Educação: teoria e prática**, Rio Claro (SP), v. 21, n. 36, p.125-137, jan./ jun., 2011.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas**. Contexto & Educação: Ijuí (RS), v. 79, n. 23, p.47-63, jan./ jun., 2008.

PAIVA, Rosiane dos Santos. **Processos mediadores vivenciados pela criança na produção de imagens em contexto digital**. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

PAVAN, Beatriz Janine Cardoso. O olhar da criança sobre o desastre: uma análise baseada em desenhos. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (org.). **SOCIOLOGIA DOS DESASTRES: construção, interfaces e perspectivas no brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2009.

PINHEIRO, Hudson; JOYEUX, Jean-Christophe. **Pescarias multi-específicas na região da foz do Rio Roce, ES, Brasil: características, problemas e opções para um futuro sustentável**. Brazilian Journal Of Aquatic Science And Technolog: Itajaí, v. 2, n. 11, p.15-23, 2007.

QUEIROZ, Norma Lucia Neris de; MACIEL, Diva Albuquerque; BRANCO, Angela Uchôa. **BRINCADEIRA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM OLHAR SOCIOCULTURAL CONSTRUTIVISTA**. Paidéia, São Paulo, v. 16, n. 34, p.169-179, ago. 2006.

QVORTRUP, Jens (ed.). **Studies in Modern Childhood**: society, agency, culture. New York: Palgrave Macmillan, 2005. 294 p.

SANTOS, Santi Marli Pires dos. **Brinquedoteca**: a criança, o adulto e o lúdico. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, Bianca de Jesús. **RISCO E CONTAMINAÇÃO**: Alguns desdobramentos sobre as águas do rio Doce e do Oceano Atlântico após a chegada dos rejeitos de mineração da Samarco na foz do rio Doce - ES. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SILVA, Silvia Maria Cintra da. **A constituição social do desenho da criança**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. 135 p.

SILVA, Telma Camargo da. **Corpos em Perigo**: Uma análise sobre percepção de risco em caso de desastre radiológico. In: XXII Reunião – ANPOCS, 22., 1998, Caxambú (MG). Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt11-5/5128-telmasilva-corpos/file>>. Acesso em: 18 de março de 2020.

SILVA, Telma Camargo da. **Silêncios Da Dor**: Enfoque Geracional E Agência No Caso Do Desastre Radioativo De Goiânia, Brasil. **Iberoamericana – Nordic Journal Of Latin American And Caribbean Studies**, [s.l.], v. 46, n. 1, p.17-29, 24 jan. 2017. Stockholm University Press.

SILVA, T. R. D. et al. **O cruzamento das ausências e das presenças na tessitura de vulnerabilidade e de riscos de desastres em áreas de desenvolvimento tardio**: o caso de Vila Velha (Espírito Santo, Brasil). *Estudios Rurales*, Buenos Aires, v. 08, 2018, p.179-202.

SIMMEL, G. **Filosofia da Paisagem**. Tradução Artur Mourão. LusoSofia: Covilhã, 2009.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico**. In: *O Efeito Etnográfico*. São Paulo:

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. *Nueva Sociedad*: Buenos Aires, n. 244, mar./abr. 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Editora Difel: São Paulo, 1980.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. **Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas:** reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan./mar. 2006.

VALENCIO, Norma. **Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil:** o contexto brasileiro. Saúde Soc: São Paulo, v.19, n.4, p.748-762, 2010.

VIÉGAS, R; PINTO, R.; GARSON, L. F. **Negociação e acordo ambiental:** o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura.** São Paulo: Ubu Editora, 2017. 240 p..



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ALINE TRIGUEIRO VICENTE - SIAPE 1331840
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 24/03/2021 às 17:14

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/163922?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
VANIA CARVALHO DE ARAUJO - SIAPE 1173407
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE
Em 25/03/2021 às 14:47

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/164380?tipoArquivo=O>